

VALÉRIA APARECIDA ROCHA TORRES.

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA E A MEMÓRIA DO  
PERÍODO REGENCIAL.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
CAMPINAS  
1998

T636j

36357/BC

VALÉRIA APARECIDA ROCHA TORRES

## JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA E A MEMÓRIA DO PERÍODO REGENCIAL

(Dissertação de mestrado)  
apresentada ao Departamento  
de História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de  
Campinas, sob a orientação da  
Profa. Dra. Izabel Andrade  
Marson.

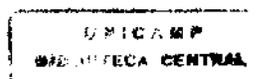
Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
26/11/98.

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson. *Izabel Andrade Marson*

Profa. Dra. Cecília Helena Lorenzini de Sales Oliveira *Cecília Helena Lorenzini de Sales Oliveira*

Profa. Dra. Célia Marinho de Azevedo. *Celia h. marinho de Azevedo*

Novembro de 1998



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMBO BC/	36357
PROC.	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	29/01/99
N.º CPD	

CM-00120537-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**T 636 j** Torres, Valéria Aparecida Rocha  
Justiniano José da Rocha e a memória do período regencial /  
Valéria Aparecida Rocha Torres. - - Campinas, SP: [s.n.], 1998.

**Orientador: Izabel Andrade Marson.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Rocha, Justiniano José da, 1812-1862.
2. Discurso político.
3. Partido Liberal.
4. Partido Conservador (Brasil).
5. Historiografia.
6. Brasil - História - Regência, 1831-1840.
7. Brasil - História - II Reinado, 1840-1889. I. Marson, Izabel Andrade, 1948- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

COM MUITO AMOR  
PARA ELSIO ( *IN MEMORIAM* ),  
PEDRO E GERALDO.

## AGRADECIMENTOS:

Desejo expressar meus agradecimentos a pessoas muito queridas que direta ou indiretamente acompanharam esse processo de trabalho, que de forma alguma foi uma tarefa fácil, principalmente por causa de uma grande perda pessoal ao longo desse caminho.

Agradeço a minha mãe Maria Ivete que sempre me apoiou, cuidando de meu filho, enquanto me dedicava aos estudos e trabalho.

Com muito carinho agradeço as amigas Silvana Blanco, Erminia Silva , Cláudia Denardi , Kátia Abrucese e Inês Giardini companheiras de todos os momentos e por tudo o que representam fazem da expressão amizade ter um significado muito especial.

Aos amigos Emerson Mhery e Jefferson Cano obrigado pelo incentivo e pela amizade. Vocês foram cada um a sua maneira, importantes interlocutores.

A Carla Gimenez e Zoraide Prátola muito obrigado pelo auxílio que me deram nesse trabalho. Ambas são pessoas muito especiais.

Um agradecimento muito especial a minha orientadora Izabel Marson que nesse último ano só demonstrou compreensão. Foi muito bom trabalhar com você. Obrigado!

Agradeço, também, ao CNPq que durante os dois primeiros anos de mestrado financiou uma parte desse trabalho.

Finalmente, agradeço a todos os “mestres”, aprendi muito com vocês.

“ A narrativa histórica coloca-se para além de todos os documentos, visto que nenhum deles pode ser o acontecimento; ela não é um documentário fotomontado e não faz ver o passado ‘ em direto, como se você lá tivesse estado’; para retomar a útil distinção de G. Gennette, ela é *diegesis* e não *mimesis*”

Paul Veyne **Como se Escreve a História** p.15

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
<u>CAPÍTULO 1</u>	
A REGÊNCIA DA HISTORIOGRAFIA .....	06
<u>CAPÍTULO 2</u>	
A REGÊNCIA COMO ARGUMENTO: UM DEBATE ENTRE “AÇÃO; REAÇÃO; TRANSAÇÃO: DUAS PALAVRAS ACERCA DA ATUALIDADE POLÍTICA DO BRASIL” E “O LIBELO DO POVO”.....	46
<u>CAPÍTULO 3</u>	
CONCILIAÇÕES INCONCILIÁVEIS.....	75
3.1 – Introdução.....	75
3.2 – Propostas de Conciliação na Década de 1840.....	79
3.3 – Tolerância e Justiça Política: 1848 o final do Quinquênio Liberal .....	84
3.4 – A Pluralidade da unanimidade.....	98
FONTES .....	121
BIBLIOGRAFIA .....	122

# INTRODUÇÃO:

“ O ‘passado social formalizado’ é claramente mais rígido, uma vez que fixa o padrão para o presente. Tende a ser o tribunal de apelação para disputas e incertezas do presente: a lei é igual ao costume, sabedoria dos mais velhos, em sociedades iletradas; os documentos que consagram esse passado e que, com isso adquirem certa autoridade espiritual, fazem o mesmo em sociedades letradas ou parcialmente letrada

Eric Hobsbwm : **Sobre História** p.23

Toda produção do conhecimento histórico se conforma a partir de "testemunhos" que chegam até, nós, historiadores, das mais variadas formas: através de relatos orais, escritos, monumentos, obras de arte, utensílios de múltiplas natureza, etc. São vestígios, interpretados, analisados, dissecados pelo historiador, que ávido de conhecimento sobre o seu passado, procura atribuir a esses vestígios sentidos e significados.

No entanto, essa relação entre o historiador e as suas "fontes" não se estabelece de maneira, assim, tão imperativa, ou seja, o produto final do conhecimento da história, também, mediatizado por sentidos e significados que esses "testemunhos" trazem do momento e das circunstâncias sociais e políticas em que forma produzidos.

Não foram poucos os historiadores que se propuseram a refletir sobre a relação "sujeito/objeto" do conhecimento histórico e em suas reflexões procuraram discutir tanto questões de técnicas como problemas no campo da epistemologia da História. Este, é o caso do texto clássico de Marc Bloch "Introdução à História", onde o autor no capítulo III aborda "o esboço de uma história do método crítico", demonstrando uma, série de precauções que o historiador deveria ter em relação ao tratamento das "fontes".

*Até, o polícia mais ingênuo sabe que não se deve forçosamente acreditar naquilo que as testemunhas dizem.*

*Ainda que nem sempre saibamos, aliás, tirar deste conhecimento teórico o partido conveniente.*

*Analogamente, a muito tempo que se toma precaução de não acreditarem cegamente nos testemunhos históricos.*

*Ensinou-o uma experiência que tão velha quanto a humanidade: mais do que um texto se dá como sendo de uma, pouca ou de uma proveniência diferentes do que realmente é: nem todos os relatos são verídicos e os vestígios podem ser falsificados.<sup>1</sup>*

Caminhando nas dicotomias verdade \ mentira, falso \ verdadeiro, fiel \ anacrônico, voluntário \ involuntário, Marc Bloch demonstra sabiamente como "a dúvida examinadora" pode contribuir de maneira positiva para o alargamento das perspectivas de trabalho do historiador, na medida em que esta instituiu a crítica aos documentos. Pretendo adentrar numa reflexão um pouco mais complexa pois aborda a questão do documento escrito, em particular fontes voluntárias de natureza política<sup>2</sup>. Pode-se considerar esse tipo de fonte como voluntária, uma vez que o discurso nela contido aparece repleto de intenções: foram construídos no interior de uma luta político-partidária e procuram o convencimento de seus interlocutores. O emissor de um documento de natureza política no momento de sua criação, institui ao mesmo tempo um discurso sobre sua "realidade" e do interior dela, uma vez que apresenta também, a defesa de um determinado projeto para a sociedade da qual faz parte.

---

<sup>1</sup> Bloch, Marc "A Crítica" In: Introdução à História, Coleção Saber, Tradução de Maria Miguel e Rui Grácio, Publicações Europa América, p. 73.

<sup>2</sup> Sobre esta forma de abordagem do discurso político lembramos o trabalho de Maria Stella Bresciani, Ideologia e Controle Social (um estudo sobre São Paulo entre 1850 e 1910), tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH - USP, 1976. mimeo.

Dessa forma, seu discurso, extremamente comprometido com o seguimento social e o grupo que representa.

Nesse sentido, o trabalho com o documento político coloca um especial desafio metodológico para o historiador: o de não se deixar seduzir por um bom argumento. Também, faz parte desse desafio o exercício de uma crítica que possibilite resgatar a historicidade do documento, de seu autor e de seus interlocutores, a fim de demonstrar a trama complexa que os envolve, bem como seus compromissos como um momento histórico muito específico.

Esse exercício de crítica implica ainda outros procedimentos, pois paralelamente ao trabalho de trazer a tona a trama que envolve o engendramento das fontes, é preciso uma exaustiva desmontagem do discurso político, no sentido de redimensionar seus significados e apresentar sua relatividade. De forma geral, são essas preocupações que orientam minha dissertação de mestrado: "Justiniano José da Rocha e a Memória do Período Regencial".

Tornou-se um certo consenso entre os historiadores que trataram direta ou indiretamente desse período da História entre os dois reinados, que a Regência foi o momento de *anarquia, desgoverno, descentralização política, tentativa de imposição do federalismo, perigo do separatismo e até, mesmo experiência Republicana*. Enfim, inúmeras denominações e "qualificações" foram atribuídas à Regência, sempre de maneira encadeada, no sentido de conferir-lhes uma certa relação. Nesse sentido, uma historiografia<sup>3</sup> que reúne autores de variadas origens e tendências políticas e metodológicas se limitou a pensar este momento a partir de tais categorias, sem questionar-lhes o sentido, restringindo-se apenas a atribuir a elas um registro positivo ou negativo dependendo da filiação política do historiador.

---

<sup>3</sup> Entre essas obras pode-se citar:

Lima, Oliveira O Império Brasileiro de 1822 a 1889 São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1921, vol. VIII.

Prado, Caio Jr. Evolução Política do Brasil e outros estudos São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972, 33a edição.

Rodrigues, José Honório O Parlamento e a Evolução Nacional Brasília DF, Senado Federal, 1972, vol. IV.

Sodré, Nelson Werneck O Panorama do Segundo Império São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1939.

Torres, João Camilo de Oliveira A Democracia Coroada : Teoria Política do Império do Brasil Petrópolis: Ed. Vozes, 1964.

Costa, Emília Viotti da Da Monarquia à República: Momentos Decisivos São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

Em uma leitura mais acurada dessa produção historiográfica sobre o Período Regencial pude perceber, também, que praticamente todas as interpretações se inspiraram ou se fundamentaram (direta ou indiretamente) na obra de Joaquim Nabuco Um Estadista do Império<sup>4</sup> que se encarregou de divulgar o panfleto “Ação; Reação; Transação: Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil”<sup>5</sup> de Justiniano José da Rocha, nenhuma delas produzida durante o evento da Regência.

Tais autores foram tratados simultaneamente como obras de cunho historiográfico, uma vez que elaboraram interpretações extremamente convincentes, e como fontes, verdadeiros banco de dados sobre o Período Regencial. Devido a tais procedimentos, Joaquim Nabuco, contribuiu de forma significativa na divulgação das teses sobre a Regência contidas no panfleto “Ação; Reação; Transação” de Justiniano José, da Rocha. Ao abordar o período de 1831 a 1840, segue passo a passo, quase sem nenhuma modificação, a análise lise do famoso jornalista do Segundo Reinado:

*... para o estudo da evolução Monárquica do Brasil , fundamental ler cada palavra do opúsculo Ação; Reação; Transação.*<sup>6</sup>

Coube-me, então, procurar a matriz fundante de tal pensamento sobre o Período Regencial, o opúsculo de Justiniano José da Rocha. Mas não bastava saber sua origem e seus compromissos com determinado projeto político do Segundo Reinado. Havia ainda outras indagações, como, por exemplo: qual a força argumentativa desse panfleto que o fez imperar (na maioria das vezes indiretamente ) como - A Fonte - sobre o Período Regencial?

<sup>4</sup> Nabuco, Joaquim Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo sua vida, suas opiniões, sua época Rio de Janeiro: Garnier Editor, 1898.

<sup>5</sup> Rocha, Justiniano José da “ Ação; Reação; Transação: Duas Palavras Acerca da Autlidade Política do Brasil.” In: Magalhães Jr. Raimundo . Três Panfletários do Segundo Reinado São Paulo: Ed. Nacional, 1956, pp.165-216. A partir daqui o panfleto de Justiniano José da Rocha será indicado apenas como “Ação; Reação; Transação”.

<sup>6</sup> Nabuco, Joaquim op.cit.p.40.

Existiriam outras possíveis "versões" sobre a Regência que poderiam servir de contraponto aos argumentos de Justiniano José da Rocha?

Dessa maneira, no primeiro capítulo procuro indicar a presença do modelo Ação/Reação na historiografia que tratou direta ou indiretamente o tema do Período Regencial, pois apesar das diferenças interpretativas entre os vários autores, esse modelo se destacou indiscutivelmente como uma fórmula de compreensão do período.

No segundo capítulo, início um trabalho de resgate do processo político do qual o texto de Justiniano José da Rocha fez parte trazendo para o debate um de seus possíveis interlocutores do autor de "Ação; Reação; Transação", o deputado Francisco Sales Torres Homem - o Timandro - e seu panfleto "O Libelo do Povo". Este pode ser utilizado como um importante contraponto ao modelo explicativo de Rocha, pois aborda uma versão sobre a Regência divergente daquela cristalizada pela memória historiográfica do período, versão que acabou por se perder. Ele ainda testemunha a importância da avaliação da experiência regencial no debate político travado entre liberais e conservadores no período de 1848 e 1855.

No terceiro capítulo, partindo do pressuposto de que o texto modelar de Justiniano José da Rocha emergiu da disputa política da "Conciliação", coube-me demonstrar o intrincado jogo político no qual ele se engendrou, através dos inúmeros significados que a política da "Conciliação" se revestiu. Eles aparecem nos debates Parlamentares entre 1848-1855 e ficaram registrados nos Anais do Parlamento Brasileiro. Nos debates parlamentares foi possível apreender os múltiplos registros do significado político da palavra "Conciliação", na maioria das vezes, também, tratada pela historiografia como um projeto único.

No entanto, preciso ressaltar que apesar de todas as divergências em torno da "Conciliação" houve efetivamente um projeto "vencedor" concretizado por uma facção do partido conservador que se construiu sua ação política. E sem dúvida, uma das preocupações deste projeto - dentre outras exaustivamente estudadas - foi a de cristalizar uma memória desabonadora da atuação liberal na qual uma determinada concepção da Regência desempenhou um papel essencial.

# CAPÍTULO 1

## A REGÊNCIA DA HISTORIOGRAFIA.

No início da década de 1890, Joaquim Nabuco escreveu Um Estadista do Império<sup>7</sup> tendo, entre outros objetivos, duas grandes intenções: a primeira de resgatar a memória de seu pai Nabuco de Araújo "como um dos grandes estadistas do Império" e a segunda - que não está desvinculada da primeira - elaborar uma peça de defesa do Império Brasileiro num momento em que o Brasil vivia os primeiros anos de experiência republicana.

Sem dúvida alguma, uma empresa dessa natureza não estava isenta de um forte conteúdo político, tanto do ponto de vista argumentativo quanto do ponto de vista da escolha das fontes que sustentaram seus argumentos de defesa do Império e da trajetória política de seu pai.<sup>8</sup>

Dessa forma, o trabalho de Joaquim Nabuco procura estabelecer a convergência entre a figura do político Nabuco de Araújo e a do Império Brasileiro, projetando a partir dessa convergência um grande período *positivo* da história política do Brasil "... a Grande Era Brasileira..."<sup>9</sup>.

Se a intenção de Joaquim Nabuco foi estabelecer um contraponto entre a estabilidade do Império e a insegurança do quadro político que se desenhava no Brasil durante os primeiros anos da República, um dos argumentos mais valiosos de que habilmente se serviu foi justamente a imagem do Período Regencial - 1831 a 1840:

---

<sup>7</sup>-Nabuco, Joaquim Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: Garnier Editor, 1898. T.I.( 1813 - 1857).

<sup>8</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit .p.VII.

<sup>9</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.VII.

*... de 1831 a 1840 a república foi experimentada em nosso país nas condições mais favoráveis em que a experiência podia ser feita. Ela tinha diante de si pela Constituição Imperial treze anos para fazer suas provas; durante esse prazo, que é a madureza de uma geração, se o governo do país tivesse funcionado de modo satisfatório, - bastava não produzir abalos insuportáveis - a desnecessidade do elemento dinástico, que era um pesadelo para os espíritos adiantados teria ficado amplamente demonstrada.<sup>10</sup>*

Entre os dois reinados, a "experiência republicana da Regência" produziu *abalos insuportáveis* que a impossibilitaram de levar adiante seu projeto político; e tais abalos colocaram na ordem do dia a necessidade do retorno ao elemento dinástico. Estava assim, justificado o fato de que "a experiência republicana" havia tido seu tempo no Brasil.

Cabe, no entanto, analisar, e não apenas indicar, as fontes nas quais o autor se fundamentou para sustentar a tese de que a Regência poderia ser pensada como uma "experiência republicana fracassada".

O domínio sobre o tempo ( uma vez que o autor está escrevendo meio século após os eventos interpretados ) e sobre as informações contidas nas fontes permitiram a Joaquim Nabuco desprender-las dos contextos em que foram produzidas e delas selecionar e combinar harmonicamente os dados que comprovassem seus objetivos e interpretação de suas teses: realizar um julgamento histórico sobre o Período Regencial, de forma a demonstrar a inadequação do regime republicano para o Brasil e, no reverso, a pertinência e a estabilidade das instituições monárquicas.

Nesse sentido, o 7 de Abril, momento da abdicação de D.Pedro I, é lido como resultado de uma série de contingências que são somadas pelo autor ao longo de sua

---

<sup>10</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.42.

exposição: em primeiro lugar a abdicação foi obra da habilidade política do próprio D.Pedro I que tentou assegurar a seus descendentes os tronos do Brasil e de Portugal, fato que desagradou profundamente a Nação Brasileira<sup>11</sup> provocando um "desquite amigável entre o Imperador e seus súditos".<sup>12</sup> A passividade desse momento deveria ser destacada diante da "violência dos episódios que caracterizariam, a partir daí, a Regência/República".

Dessa forma, estava resguardada a reputação política de nosso primeiro Imperador que foi *incompreendido pela nação que libertou e governava*. Portanto "não restou outra alternativa a D.Pedro I a não ser arquitetar uma Regência que respondesse pelo trono do Brasil durante a longa menoridade de seu filho e partir para Europa com sua filha a fim de assegurar-lhe o trono Português".<sup>13</sup> Assim, num primeiro momento a Regência aparece como obra de D.Pedro I, personagem que teve discernimento político suficiente para compensar a imaturidade dos outros elementos políticos que atuaram nos acontecimentos do 7 de Abril, particularmente o exército e os partidos liberal exaltado e moderado.

Ao reportar-se à intervenção militar no processo de abdicação, citando Armitage, alega que o exército traía D.Pedro I, atitude que considerava injusta pelo fato de que o Imperador sempre compreendera a importância do papel político dessa instituição. Todavia a acusação de traição não se encontra no texto por acaso, pois logo em seguida faz uma observação:

*Ao liberalismo brasileiro a eficiência do exercito sempre pareceu secundária; a sua função primordial, consagrada em 7 de Abril e em 15 de Novembro, é a grande função cívica libertadora.*<sup>14</sup>

<sup>11</sup>- O conceito de Nação é explorado por Joaquim Nabuco ao longo do texto com múltiplos significados. Nesse momento a idéia de nação está circunscrita aos homens que exerciam o poder político de Estado.

<sup>12</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.23.

<sup>13</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.24.

<sup>14</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.26. A atuação submissa do exército aparecia em dois momentos de ruptura política no Brasil - a do Primeiro e Segundo Reinados. Não se pode esquecer que no início dos anos de 1890, quando o texto foi escrito, o Brasil era governado por militares.

Destacando a omissão do apoio do exército a Pedro I, Joaquim Nabuco dá início à avaliação do "jogo político da Revolução" desencadeado tanto por esta "omissão" quanto pelo projeto político liberal radical e extremado, procurando destacar suas *terríveis consequências*. Nesse jogo político *desastroso* faz questão de demonstrar a sucessão de exclusões e desencantos dos grupos envolvidos no processo de abdicação de D. Pedro I,<sup>15</sup> exclusões que estariam na origem das "desordens" que se sucederam ao longo do Período Regencial.

O primeiro grupo a ser excluído da participação política foi o exército. A Revolução havia se aproveitado de suas ações e, após ter atingido seu intento, pretendeu dispersá-lo. A suspensão da participação do exército deveu-se principalmente à habilidade do Padre Feijó que com firmeza evitou a anarquia militar, advinda após ruptura do pacto político entre exército e os partidos "extremados".<sup>16</sup>

A segunda decepção fora do "partido Exaltado" que havia projetado a Revolução: "homens que haviam concebido, organizado, feito o movimento"<sup>17</sup> foram excluídos do poder pelo grupo Moderado que só havia se manifestado depois a vitória.

Fora justamente a exclusão dos "Exaltados" que trouxe a agitação federalista extrema - o perigo separatista - que durante a Regência ameaçou o país de norte a sul, com a **anarquização das Províncias**. Dessa forma, Joaquim Nabuco chega ao clímax de sua análise ao demonstrar que o caminho da *Anarquia* no Período das Regências foi uma sucessão de derrotas e exclusões das instituições organizadas politicamente no Brasil.

---

<sup>15</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. pp.26-27. Exclusões que confirmariam a famosa expressão "journée des dupes" utilizada anos mais tarde por Theophilo Ottoni ao analisar o período na "Circular aos Eleitores de Minas Gerais".

<sup>16</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.27.

<sup>17</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.27. Novamente o autor utiliza a expressão "journée des dupes" de Teófilo Ottoni, para avaliar a derrota política desse grupo.

Com a "radicalização" do grupo "Exaltado" a Revolução assume proporções indesejadas que surpreenderam a Nação<sup>18</sup>. Ela esperava apenas por uma simples troca de gabinetes e assistiu, estarecida, a vacância do trono.

É importante observar que ao introduzir esse novo personagem "nação estarecida", Joaquim Nabuco projeta a Abdicação e seus desdobramentos como resultado da atuação de grupos minoritários que manobram o poder em favor de seus interesses pessoais, e em detrimento dos "desejos dessa nação maior". A política assim desenvolvida emerge enquanto manobra dos grupos que direcionam a maioria dos cidadãos.

Além disso o fato da Nação ter "sido apanhada de surpresa", torna-se um argumento fundamental para a justificar o fato de que os espíritos não estavam preparados para disputas políticas radicais. Citando Bernardo Pereira de Vasconcelos considera que "era preciso frear o carro Revolucionário", pois o movimento havia ido além do desejado. Com essa recorrência procura justificar como foi possível que de um momento a outro, os mais ardentes revolucionários -Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo da Veiga e o próprio Feijó - passaram a conservadores quase reacionários<sup>19</sup>.

E foi essa a atuação do grupo Moderado (que governou o Brasil de 1831 a 1837) que salvou o país da ruína que ele mesmo havia arquitetado. A partir desse momento -1837/1840 a narrativa passa a demonstrar a necessidade o retorno do elemento Monárquico. Pois somava-se a dispersão política a idéia da ineficiência da atuação dos grupos Exaltados e Moderados que se originava da falta de experiência desses grupos no gerenciamento do Estado.

A partir dessa performance política desastrosa pós-revolução de 7 de Abril, a Nação não desejava outra coisa senão o retorno conservador. Assim, Joaquim Nabuco fecha

---

<sup>18</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.29. Diferentemente do início do texto, aqui o conceito de nação aparece como a somatória de todos os indivíduos do país.

<sup>19</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.30.

sua análise sobre os primeiros anos de Regência trazendo textualmente o "testemunho" de Justiniano José da Rocha uma de suas principais "fontes":

*O que caracteriza a época é o abalo a um tempo de todo o edificio nacional. É quasi um decênio de terremotos políticos. A reação está no espirito, no sentimento, de todos os homens de governo; se não fosse o receio da volta de D. Pedro I, ela teria desde logo levado tudo de vencida. Ainda assim o que faz a grande reputação dos homens dessa quadra, Feijó, Evaristo, Vasconcellos, não é o que eles fizeram pelo liberalismo , é a resistência que opuseram à anarquia.*<sup>20</sup>

A conclusão apreendida do texto de Justiniano José da Rocha veio corroborar, de maneira definitiva e contundente, a "imagem" de *anarquia*, que já havia sido explorada com maestria por Joaquim Nabuco desde o início de sua interpretação sobre o Período Regencial. A partir daí sua análise preocupou-se apenas em repor todas as proposições contida no opúsculo "Ação; Reação; Transação" demonstrando, de forma categórica, a necessidade da reação Monárquica. Assim, o texto de Justiniano José da Rocha serve como suporte argumentativo até o período que denomina de "Reação", da decorrida de "experiência republicana fracassada":

*No todo a Regência parece não ter outra função histórica senão desprender o sentimento liberal da aspiração republicana.... Sem esse intervalo democrático dos os primeiros estadistas do Segundo Reinado não teriam a forte convicção que mostram da necessidade da Monarquia, convicção que, para o fim, a ordem inalterável, a paz prolongada , o funcionamento automático das instituições livres foi apagando em cada um deles, a começar pelo Imperador, e que a perfeita*

*estabilidade do reinado não deixou amadurecer nos mais novos, os quais só tinham a tradição daqueles anos difíceis.*<sup>21</sup>

Somando aos argumentos apropriados de Justiniano José da Rocha, a questão da experiência política Européia, particularmente a francesa, como elemento de comparação ao processo político brasileiro, Joaquim Nabuco reforça que também na França, durante os anos de 1830, o desapontar dos republicanos fora natural, porque em vez do governo de que já se julgavam de posse após a queda de Carlos X, Lafayette lhes dera a "melhor das Repúblicas" com um rei vigoroso e rodeado da mais numerosa e brilhante família real européia.

Assim, as tese de Justiniano José da Rocha endossam plenamente a interpretação de Joaquim Nabuco sobre a Regência, entendendo-a como uma experiência de *república provisória* associada à idéia de "anarquia" e "desgoverno". Joaquim Nabuco afirmou textualmente:

*...para um estudo da evolução monárquica no Brasil é fundamental ler cada palavra do opúsculo Ação; Reação; Transação.*<sup>22</sup>

Cabe enfatizar duas decorrências do texto de Joaquim Nabuco: a primeira é o fato de Um Estadista do Império ter-se transformado em uma das mais importantes referências para trabalhos posteriores que direta ou indiretamente abordaram o Período Regencial. Sua análise foi incorporada pela historiografia, a qual acabou por perpetuar a relação Regência/Anarquia/República.

A segunda decorrência da obra de Joaquim Nabuco refere-se ao fato de ter-se tornado o grande divulgador do texto de Justiniano José da Rocha, particularmente como a

---

<sup>20</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit .p.32.

<sup>21</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.33.

leitura mais lúcida sobre os episódios da História do Brasil no período de 1822 a 1855, instituindo-o como memória inquestionável, o que pode ser percebido pelo acompanhamento de autores que sucederam Joaquim Nabuco.

Em 1914 Aureliano Leal apresentou a tese O golpe da Parlamentar da Maioridade<sup>23</sup> no Congresso de História do Brasil promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>24</sup>, do qual destaco o capítulo "Do Ato Adicional à Maioridade", dividido em duas partes: História Constitucional e História Política. No capítulo em que trata da história política o autor procura demonstrar como todas as crises políticas vivenciadas no Brasil durante a primeira metade do século XIX foram resolvidas na "civildade" do debate parlamentar.

Como material de investigação Aureliano Leal selecionou primordialmente os textos do Anais do Parlamento de 1831 a 1840, fonte que combinou com outros registros e interpretações posteriores de períodos diversos - a exemplo do opúsculo de Justiniano José da Ação; *Reação; Transação*", e Um Estadista do Império de Joaquim Nabuco - tendo como objetivo referendar um "Modelo" de análise sobre os sucessos políticos ocorridos no Brasil de 1831 a 1840.

Sua preocupação principal foi demonstrar que, do ponto de vista constitucional a recorrência ao Ato Adicional de 1834 foi um desdobramento necessário da abdicação, visando a implantação de um governo de nítida tendência liberal. Consideração que, no entanto, não o impediu de avaliar a experiência liberal vivida no Brasil após a promulgação do Ato Adicional como ineficiente:

---

<sup>22</sup>-Nabuco, Joaquim op.cit. p.40.

<sup>23</sup>-Leal, Aureliano O Golpe Parlamentar da Maioridade Col. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Série Estudos Históricos, Vol.VIII, Brasília: Senado Federal/Ed.UnB, 1978.(Primeira edição 1915 ).

<sup>24</sup>-Quanto a natureza da produção historiográfica efetivada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ver o trabalho de Manoel Luís Salgado Guimarães "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e projeto de uma História Nacional". De acordo com o autor a historiografia produzida pelo IHGB esteve sempre, desde de sua concepção vinculada ao projeto de construção do Estado Nacional Brasileiro empreendido por uma elite letrada herdeira muito próxima de uma tradição iluminista.

*...a emenda à Constituição do Império provocou um cisma no poder que envolveu diretamente a unidade nacional.*

*O futuro demonstrou que o Ato Adicional era imprestável para realizar os intuitos visados por seus autores. O artifício combinado não permitiu que os dois governos - o geral e o provincial - se movessem harmonicamente o primeiro contrastando o segundo, mas deixando-lhe aquela porção de autonomia que decorre da descentralização política e administrativa.<sup>25</sup>*

É preciso ressaltar que em nenhum momento houve preocupação por parte do autor de discutir o próprio texto do Ato Adicional. Sua argumentação sobre os equívocos dessa emenda constitucional é fruto de uma sobreposição de avaliações retiradas do debate em torno da Lei de Interpretação do Ato, ocorridas posteriormente - entre 1837/1840 - quando os grupos conservadores já haviam se assenhoreado do Parlamento.

Tais critérios são no mínimo discutíveis, pois, além de extrair sua argumentação sobre o Ato Adicional do debate em torno de sua interpretação, recortou desse debate apenas as avaliações desfavoráveis, as quais só serviram para referendar as proposições que ressaltavam a ineficiência do Ato e sua incontestável necessidade de interpretação.

Parte de um comentário do Visconde de Uruguai<sup>26</sup> sobre um discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos no Senado, em 1839:

*Na sessão do Senado, de 29 de Maio de 1839, Bernardo Pereira de Vasconcelos ressaltou a sua responsabilidade ao insucesso da Reforma dizendo: 'Eu entendi que o Ato Adicional deveria ser aprovado tal qual redigi e apresentei à Câmara*

<sup>25</sup>-Leal, Aureliano op.cit. p.35.

<sup>26</sup>-Leal, Aureliano op.cit. p.36. Citação 50 extraída das páginas dos "Estudos Práticos sobre Administração das Províncias" Vol.I,p.XXIX.

*dos Deputados. Não consegui meu desejo, fizeram-lhe consideráveis emendas que podem tornar, como eu receava, a Carta da Anarquia, se o Senado, a Câmara dos Deputados e o Poder Moderador não promovessem sua interpretação de maneira tal que os diversos elementos governativos não se combatessem*.<sup>27</sup>

Corroborando a idéia de ineficiência dos termos nos quais o Ato foi redigido, Aureliano Leal se fundamenta e parafraseia o opúsculo "*Ação; Reação; Transação*" de Justiniano José da Rocha :

*Se entendia (no período) haver no Ato Adicional o germe da anarquia e da ruína da sociedade Brasileira*".

*'Se iam mostrando duas tendências fatais: uma para criar antagonismos de interesses territoriais e fiscais entre as Províncias, outra para alterar a legislação, transforma-la e, acabando com a unidade dela, acabar com a unidade nacional*'.<sup>28</sup>

Mais uma vez o opúsculo de Justiniano José da Rocha é citado como um excelente "arquivo" de consulta sobre os acontecimentos do Período Regencial, referendando a idéia de *anarquia*<sup>29</sup> como a grande experiência política do período. No texto de Aureliano Leal a idéia de anarquia se assenta ainda em um outro argumento desenvolvido exemplarmente por Justiniano José da Rocha, a tese da inevitabilidade da Ação/Reação:

<sup>27</sup>-Leal, Aureliano op.cit. p.36 (grifos meus).

<sup>28</sup>-Leal, Aureliano op.cit. p.36 (grifos meus).

<sup>29</sup>-Aqui a expressão Anarquia aparece com o significado de incompatibilidade entre os poderes gerada pela autonomia provincial contida na lei do Ato Adicional.

*...Era pois, necessário interpretar ou reformar, se o Parlamento errou interpretando, ao invés de sujeitar-se ao processo moroso da reforma do Ato Adicional, que fora incorporado à Carta Fundamental do Brasil, não é isto uma questão de história, mas de direito.*

*O que é verdade é que o artifício do Ato Adicional feito para melhorar o país, reduziu a um entrave do seu desenvolvimento.<sup>30</sup>*

Dessa forma, o "modelo" explicativo para as mudanças na Constituição do Império estava concluído. Com a descentralização política, o Ato Adicional havia gerado uma anarquia legislativa (Ação) que por sua vez desencadeou um processo de revisão inevitável (Reação) que se consolidou com a antecipação da Maioridade de D.Pedro II.

Na outra parte desse capítulo denominada de História Política, Aureliando Leal mantém os mesmos marcos explicativos de Ação/Reação para compreender o processo político do Período Regencial. Preocupa-se em comprovar como aquele momento constituiu-se numa demonstração do fracasso do governo liberal que se instalou no Brasil após a abdicação de D.Pedro I, recorrendo exclusivamente a avaliações retiradas dos discursos da oposição conservadora. Seu alvo principal foi mostrar a fraqueza e a falta de coesão política do Partido Liberal que assumiu o poder em 1831:

*Pode, num dado instante, haver uma expectativa em torno do mesmo pensamento. Mas logo a realidade se foi revelando, os representantes das idéias liberais diferenciar-se-ão naturalmente.<sup>31</sup>*

---

<sup>30</sup>-Leal, Aureliano op.cit. p.40.

<sup>31</sup>-Leal, Aureliano op.cit. p.56.

Referendando a leitura de Armitage<sup>32</sup> sobre a abdicação, o autor considera que coube aos "exaltados" a responsabilidade pelo sucesso do 7 de Abril de 1831. Porém estes foram afastados da cena política pelos "moderados" que apareceram somente após o triunfo da luta contra D.Pedro I. Assim, a cisão do Partido Liberal foi também a grande responsável pela fraqueza dos governos regenciais pois originou disputas constantes que se mantiveram durante todo o período.

E Aureliano Leal conclui sua reflexão sobre a História Política do Período Regencial observando que nesse quadro de disputas entre facções políticas perdeu-se a credibilidade para a direção do Estado, fato que tornou incontornável a reação conservadora. Justiniano José da Rocha, mais uma vez, é instrumentalizado de forma conclusiva:

*A causa do fato ( conclui Aureliano Leal ) não estava nas concessões feitas à descentralização (fato que afirmou na parte da História Constitucional). Estava sim, na falta de preparo da maioria para arranjar o artifício dessa descentralização. O mal vinha do tempo de D.Pedro I e era bastante vasto para desaparecer. Diz Justiniano José da Rocha: 'O mal da época não provinha da falta de patriotismo ou de inspirações interesseiras, pelo contrário: todos almejavam a ventura da pátria, o mal provinha das duas fontes que indicamos, a falta de conhecimentos práticos e a inexperiência política'.<sup>33</sup>*

Oliveira Lima, em seu trabalho O Império Brasileiro 1822 - 1889<sup>34</sup>, talvez seja um dos grandes divulgadores do pensamento de Joaquim Nabuco e conseqüentemente de Justiniano José da Rocha. O autor não incorpora nenhum novo elemento interpretativo sobre o

<sup>32</sup>-Leal, Aureliano op.cit. p.44. citação Armitage, J. História do Brasil p.309.

<sup>33</sup>-Leal, Aureliano op.cit. p.131. A idéia de Anarquia surge aqui com outro registro, também dado por Justiniano José da Rocha, a falta de experiência política.

<sup>34</sup>-Lima, Oliveira O Império Brasileiro 1822 - 1889 São Paulo: Edições Melhoramentos, 1921, Vol.VIII.

Período Regencial. Apenas reproduz as páginas de Um Estadista do Império, às vezes, citando-as diretamente outras parafraseando-as. Sua inclusão nesse levantamento bibliográfico deveu-se ao fato de que é fonte de muitas outras obras que trataram o tema.

Em nota introdutória, Oliveira Lima observa que seu trabalho sobre a História do Império Brasileiro não era fruto de uma investigação histórica direta, entendendo por investigação histórica direta uma pesquisa sistemática através de documentos (fundamentalmente de caráter político). Também faz parte de sua nota explicativa que seu intento não era a defesa de uma época, no caso o Império, pois este período, segundo o autor, "traz em si mesmo todo seu esplendor". No entanto, apesar da negativa do autor, seu objetivo foi elaborar uma justificativa para o período imperial, discutindo os temas mais "relevantes" que sobre ele emergiram nas fontes secundárias com as quais trabalhou.

Dessa forma, o Império Brasileiro é abordado a partir das lutas civis revolucionárias dos seus primeiros vinte e cinco anos (1824-1848) as quais garantiram "os dois quartos de século de paz e ordem doméstica" que se seguiram. Apresentando-se basicamente como uma síntese do trabalho de Joaquim Nabuco, Oliveira Lima repôs todos os temas e argumentos que teceram o fio explicativo da história política do Brasil contidas em Um Estadista do Império.<sup>35</sup>

Assim, o Império Brasileiro nasceu sob a égide de uma dupla opinião: a oposição entre o elemento português (representante da antiga Metrópole) e o ideal Republicano (que consistia a expressão do espírito revolucionário do Mundo desde a Revolução Francesa). Essas duas correntes "excitavam as imaginações da época" e somente se deixaram acalmar com o intuito de não "desmanchar a integridade nacional" que a opção Monárquica havia oferecido ao Brasil após a independência.

---

<sup>35</sup>-São inúmeros os trechos em que Oliveira Lima se fundamenta diretamente na obra de Joaquim Nabuco Um Estadista do Império, pode-se citar entre eles a parte referente ao processo de abdicação de D. Pedro I.

São essas duas correntes de pensamento e ação (que se acalmaram, mas não desapareceram) que ressurgiram de forma antagônica na Assembléia Constituinte em 1823 e foram a causa da dissolução da Assembléia, pois criaram um cisma entre o Imperador e os Constituintes:

*A dissolução da Constituinte tem origem remota no projeto de expulsão dos portugueses hostis...*<sup>36</sup>

O antagonismo entre os elementos portugueses e brasileiro estavam também na raiz do processo de abdicação de D.Pedro I. Na interpretação de Oliveira Lima existe uma seqüência explicativa que se encaixa perfeitamente: o antagonismo tinha sua raiz na oposição Metrópole x República; de um lado o espírito revolucionário afinado com seu tempo do outro o espírito conservador:

*...O espírito liberal ganhou mais do que perdeu com essa medida violenta da dissolução, pois o momento histórico era de liberdades e estava na moda a filântropia, no seu sentido literal de amor a humanidade.*<sup>37</sup>

Dessa forma, qualquer atitude de *autoridade* assumia facilmente um aspecto de tirania, sobretudo após o triunfo Absolutista nas Cortes Portuguesas. O efeito produzido pela dissolução da Constituinte foi tal que provocou uma explosão de republicanismo.

Assim o autor compreende o processo político pós dissolução da Assembléia Constituinte até a abdicação de D.Pedro I, como uma luta entre o espírito democrático e o

---

<sup>36</sup>-Lima, Oliveira op. cit .p.13.

<sup>37</sup>-Lima, Oliveira op.cit. p.15.

espírito autoritário, luta essa, sempre permeada pelo "fantasma" dos processos de independência das colônias espanholas:

*A coroa passou a ser mais ameaçada pelos seus possíveis excessos de autoridade e repúdios da vontade popular do que quaisquer conluíus locais, com revolucionários de fora do continente. Teófilo Ottoni foi um dos que sacrificaram seu ideal democrático por dois temores - o temor da anarquia demagógica e o temor do despotismo militar, entre um e outro baixo sossobrado a América Espanhola, não renunciavam eles as suas crenças políticas, mas num oportunismo, falavam em republicanizar a constituição imperial, conservando muito embora a forma de governo. O Brasil converter-se-ia naquilo em que de fato veio a transformar-se uma Democracia Coroada.<sup>38</sup>*

Quando a narrativa de Oliveira Lima atinge o momento de abdicação de D.Pedro I, seus argumentos são todos tomados a Joaquim Nabuco; desde a pequena reconstituição dos momentos mais imediatos que precederam a abdicação - utilizados tanto por Joaquim Nabuco como por Oliveira Lima como recurso para demonstrar a relevância da atuação de D.Pedro I em todo esse processo - até afirmações mais categóricas:

*Escreveu com acerto Joaquim Nabuco que a revolução do 7 de Abril de 1831 foi afinal, como uma separação amigável entre o soberano e a nação, isto é, a maioria que a si arvorou representa-la e agiu em seu nome.<sup>39</sup>*

---

<sup>38</sup>-Lima, Oliveira op.cit. p.17.

<sup>39</sup>-Lima, Oliveira op.cit. p.23.

Quanto ao Período Regencial é importante observar que também não existem diferenças entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima:

*Observa Joaquim Nabuco que a Regência foi uma época de abalos políticos que ameaçaram derruir todo o edifício nacional e que a reação era uma necessidade por tal forma arraigada no espirito de quantos tinham responsabilidades de governo, que o que fez a reputação dos homens D'Estado desse período não foi o que realizaram em favor do liberalismo, mas a resistência que opuseram a anarquia.<sup>40</sup>*

Oliveira Lima não viu necessidade de discorrer longamente sobre a Regência, pois considerou que este período já fora bem avaliado por Joaquim Nabuco. Nesse sentido, faz apenas algumas observações para demonstrar como a lei orgânica da nação, que havia sido modificada pelo Ato Adicional, fora *ultra-liberal*: argumento que soma-se à idéia de que o excesso de democracia gerou a *anarquia*.<sup>41</sup>

De certa forma os autores abordados até aqui trataram o Período Regencial como um momento de excessão no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro<sup>42</sup>, momento este em que a nação se viu ameaçada "pelo perigo do separatismo", "pela ameaça republicana"; "pelo federalismo"; "pelo desgoverno" e, fundamentalmente, pela *anarquia*, um conceito extremamente plástico, muitas vezes utilizado para sintetizar todos os elementos citados acima. Recorreram a um "modelo conturbado do Período Regencial" de forma a construir uma justificativa para o sucesso do projeto político conservador. Nesse sentido, a

<sup>40</sup>-Lima, Oliveira op.cit. p.24.

<sup>41</sup>- O conceito de anarquia aqui se confunde com a idéia de excesso de democracia.

<sup>42</sup>-Não faz parte da preocupação deste trabalho discutir a questão do caráter do Estado Imperial Brasileiro - durante o século XIX -. No entanto, boa parte da historiografia que ele aborda procurou entender o processo histórico de formação e consolidação deste Estado de maneira ideal, ou seja, se um Estado Autoritário ou Liberal.

imagem de um processo entendido como Ação e Reação adequou-se perfeitamente aos objetivos destas análises nas quais as ações humanas são fruto de um movimento conhecido e inevitável.

No entanto, a partir da década de 1930 outras leituras sobre o Período Regencial viriam problematizar as interpretações anteriores. Em 1933 Caio Prado Júnior publica seu ensaio Evolução Política do Brasil e Outros Estudos<sup>43</sup> trabalho que no seu conjunto não se propunha a ser uma obra de História do Brasil como até então se praticava mas, uma "síntese de nossa evolução política". Abrindo um debate com uma certa prática historiográfica vigente até então, que privilegiava "heróis e grandes feitos", o autor é categórico em afirmar que sua intenção foi colocar o leitor em contato com o tipo de história que não atendesse aos interesses da "classe dominante".

A história da evolução política do Estado Brasileiro foi pensada por Caio Prado Júnior sob a perspectiva da luta de classes, sentido e motor propulsor dessa evolução. Seu objetivo maior, assim como para muitos interlocutores de sua geração, estava na busca das origens históricas da Revolução Brasileira.

É importante observar que naquele momento Caio Prado Júnior pensou a evolução política como um processo natural espelhado em um imaginário orgânico, em que as revoluções são entendidas como inevitáveis no progresso da humanidade. Dessa forma sua concepção de tempo histórico é marcada pelo tempo da revolução:

*Com a abdicação de D.Pedro I chega a revolução da Independência ao termo natural de sua evolução: a consolidação do "estado nacional. O primeiro reinado não passara de um período de transição em que a reação portuguesa, apoiada no absolutismo precário do soberano, se conservava no poder. Situação*

---

<sup>43</sup>-Prado, Caio Jr. Evolução Política do Brasil e Outros Estudos São Paulo :Ed.Brasiliense, 1972.

*absolutamente instável que se tinha de resolver ou pela vitória da reação - recolonização do país, que várias vezes, como vimos ameaçou o curso natural da revolução - ou pela consolidação definitiva da autonomia brasileira, noutras palavras, do "estado nacional". É este o resultado a que chegamos com a revolta do 7 de Abril.*<sup>44</sup>

De acordo com o autor, para a elite dominante, o processo revolucionário terminara no 7 de Abril com a abdicação de D.Pedro I. Porém, para chegar até a abdicação essa elite levou a reboque as classes populares, para quem o 7 de Abril de 1831 não se constituía num ponto de chegada, uma vez que considerou a abdicação uma etapa de um processo que previa conquistas mais amplas, como por exemplo, o voto universal.

Caio Prado Júnior qualifica o Período Regencial como um desdobramento e acirramento da luta de classes, uma vez que, a elite dominante que havia conseguido seu intento, derrubar D.Pedro I, passou a refrear "o processo natural" das aspirações revolucionárias das "classes inferiores". Considera que tais classes, embora importantes para a concretização do 7 de Abril, ainda não dispunham da organização política necessária para empreender um movimento revolucionário próprio que instaurasse um Estado democrático. Por esse motivo todos os movimentos que eclodiram durante a Regência fracassaram.

Assim, as rebeliões fracassadas do Período Regencial assumem uma conotação positiva porque tornam-se testemunho de um processo revolucionário em curso e ponto originário de uma tradição revolucionária no Brasil. Coube a Caio Prado Júnior demonstrar e entender o "fracasso" dos movimentos regenciais como exemplo para as "futuras revoluções":

*Naturalmente, dada a falta de conexão entre os vários movimentos que surgem separadamente aqui e acolá, nunca se vai além da tomada do poder local. No*

---

<sup>44</sup>-Prado, Caio Jr.op.cit. p.58.

*centro a reação sempre se conserva indene, e daí a possibilidade de ela, apesar das lutas intestinas que dividem, continuamente, se renovar, e ir assim consolidando o seu poder. Para a vitória completa da reação concorre também e principalmente a atitude revolucionária inconseqüente das camadas inferiores.*<sup>45</sup>

Em relação a bibliografia tratada até agora, Caio Prado Júnior propõe uma interpretação inédita do Período Regencial. Enquanto Joaquim Nabuco, Aureliano Leal e Oliveira Lima trataram os governos regenciais como habilidosos confeccionadores de uma precária democracia que acabou por suscitar crises políticas - anarquia - no país por mais de uma década, o autor por sua vez inverteu essa leitura, argumentando que foi devido ao reacionarismo dos governos regenciais e das elites que o controlavam que gerou-se a agitação e o conflito que permeou todo o período:

*A reação começa logo no dia seguinte da revolta. O impulso dado era contudo violento demais para que lhe pudesse por com muita facilidade um paradeiro. Em todo período das regências e dilatando-se para a maioria, a agitação lavra intensa. Enquanto isso, os grupos no poder se revezavam incessantemente, às tontas incapazes de dominar a onda revolucionária que se desencadeava...*<sup>46</sup>

No entanto, se o registro de Caio Prado Júnior sobre o Período Regencial<sup>47</sup> é original, essa originalidade tem alguns limites: nela o modelo de Ação/Reação foi mantido como referência de análise, embora com uma conotação inovadora, pois no período que

---

<sup>45</sup>-Prado, Caio Jr. op.cit. p.60.

<sup>46</sup>-Prado, Caio Jr. op.cit. p.60.

<sup>47</sup>-Outro exemplo, da análise diferenciada de Caio Prado Júnior, é quanto as reformas do Ato Adicional que em sua avaliação aparecem como pequenas concessões à democracia.

abrange 1831 a 1837 Ação e Reação aparecem como procedimentos simultâneos, testemunho de uma luta de classes:

*Existe um caráter comum a todas as reações que é o fato de que enquanto não se estabiliza procuro se fortalecer cada vez mais é uma força em contínua ascendência, que se revigora a cada momento, uma energia contra-revolucionária que recrudesce a cada instante.<sup>48</sup>*

Porém, da mesma forma que Justiniano José da Rocha, Joaquim Nabuco, Aureliano Leal e outros. Caio Prado Júnior repõe a idéia da inevitabilidade da reação como uma força natural nas lutas políticas da História do Brasil Império.

O processo de formação do Estado Nacional Brasileiro também foi uma grande temática para João Camilo de Oliveira Tôrres em seu livro A Democracia Coroada: Teoria Política do Império do Brasil<sup>49</sup>. Nele defende, explicitamente, a tese de que a Monarquia Constitucional - regime "ideal" de governo - se engendrou no século XIX como alternativa política às formas absolutistas e republicanas de gerência do Estado .Nesse sentido, "a grande invenção do século" também constituiu-se no modelo organizativo do Estado Liberal Brasileiro. Discute a pertinência da Monarquia Constitucional na experiência brasileira, separadamente, do ponto de vista teórico e histórico, tentando provar que esse modelo de regime político pôde ser comprovado historicamente ao longo dos embates político-ideológicos vivenciados no Brasil Império:

---

<sup>48</sup>-Prado, Caio Jr. op.cit. p.78.

<sup>49</sup>-Tôrres, João Camilo de Oliveira A Democracia Coroada: Teoria Política do Brasil Império Petrópolis: Ed.Vozes, 1964 2a edição revisada (1a edição 1953).

*A grande invenção, porém, de um século que se orgulhava de seu republicanismo foi a Monarquia Constitucional, o cabinet government. Esta, a sua originalidade; a república, ao contrário, era coisa antiga; se dermos ao termo o significado corrente - um poder executivo forte, realmente distinto do legislativo, e com ele proveniente dos sufrágios populares - tal regime era conhecido dos antigos, com fiel descrição nas Escrituras (1, Marc 8,14-16).*

*A monarquia tradicional - chefe de estado hereditário, com funções guerreiras e justiceiras, também faz parte do patrimônio das nações políticas universais e da experiência geral dos homens, pois a passagem da barbárie à civilização faz quase sempre pelo seu intermédio.*

*A idéia, porém, da Monarquia Constitucional: um rei com funções de chefe de Estado; orientação de governo, administração públicas, as finanças e outros assuntos, sob a fiscalização da representação nacional um documento escrito, colocado em posição superior na hierarquia das leis, fixando limites e atribuições do Estado e os direitos dos cidadãos eis a grande criação do século.<sup>50</sup>*

Trabalhando com uma concepção idealizada de Monarquia Constitucional, esforçou-se por demonstra-la como uma forma de governo que não permite entre outras coisas o abuso de poder, possibilidade que - de acordo com seu raciocínio - pode ocorrer tanto nos regimes monárquicos absolutos quanto nos regimes republicanos. Conclui a parte teórica de seu texto com o seguinte axioma: "nem reis nem políticos deveriam ter o poder absoluto; todo o poder corrompe, todo poder absoluto corrompe absolutamente".<sup>51</sup>

Com o campo teórico sobre a Monarquia Constitucional devidamente definido e justificado, passa a demonstrar a "pertinência histórica" de sua tese através da análise do que

<sup>50</sup>-Tôrres, João Camilo de Oliveira op.cit.p.8

<sup>51</sup>-Tôrres, João Camilo de Oliveira op.cit.p.18.

denominou como as fases do desenvolvimento da Monarquia Constitucional no Império Brasileiro. Para tanto faz o percurso das etapas políticas da história imperial respeitando os mesmos marcos e concepções de alguns dos autores tratados anteriormente: o Primeiro Reinado como um período de tentativa da experiência Absolutista de D. Pedro I; a Regência como um período de excesso democrático; o Segundo Reinado como a obra da reação conservadora.

Nessa concepção das fases do desenvolvimento da Monarquia Constitucional no Brasil, a Regência aparece como uma etapa fundamental, pois o já consagrado modelo explicativo da Ação/Reação atrelado à idéia de anarquia<sup>52</sup> fortalece a tese de que o excesso na prática de determinados princípios políticos - no caso o "abuso" democrático da Regência - levam fatalmente ao despotismo.

Sua reflexão privilegia a questão jurídico-política que atravessou o Período Regencial: a elaboração do Ato Adicional e a sua Interpretação. No entanto, o autor não aborda tais temas diretamente, a partir dos textos dessas duas leis. Restringe-se a comentá-las considerando apenas avaliações de seus contemporâneos, como por exemplo, o celebre comentário de Bernardo Pereira de Vasconcelos proferido quando da justificativa de uma Lei de Interpretação: "Eis o código da anarquia".

Ainda apoia seus argumentos numa linhagem de autores que, posteriormente, criticaram o Ato Adicional : o Visconde de Uruguai - "o Ato Adicional libertou as províncias e aprisionou os municípios"; Aureliano Leal - "O futuro demonstrou que o Ato Adicional era imprestável para realizar os intuitos visados por seus autores"; Tavares Lima - "Era ( o sistema adotado no Ato Adicional) uma organização francamente democrática, inadequada, porém à cultura política e às paixões desordenadas do tempo".<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup>- O conceito de anarquia é pensado por João Camilo de Oliveira Torres como o excesso de democracia contido na letra da lei do Ato Adicional.

<sup>53</sup>-Tôrres, João Camilo de Oliveira op.cit.p.443.

Não faltaram, portanto, a João Camilo de Oliveira Tôrres elementos para sustentar a interpretação de que o Período Regencial foi tão despótico quanto o momento que o precedera, ou seja, as tentativas absolutistas de D.Pedro I durante o Primeiro Reinado, confundindo a democracia com o despotismo:

*A Regência continuaria teimosamente a tendência absolutista de D.Pedro I...*<sup>54</sup>

Também é importante ressaltar a obra de Raimundo Faoro O Donos do Poder<sup>55</sup>, trabalho que tem como preocupação fundamental defender a tese de que o Brasil, desde o período colonial, sempre foi gerido por uma elite de burocratas - herança da nossa formação portuguesa. Considera que essa herança colonial foi a grande responsável pelo subdesenvolvimento brasileiro, e chega a detectar resquícios desse "estamento burocrático" no momento mesmo em que compunha sua obra.

Logo no Prefácio, Raimundo Faoro informa seus leitores que preocupou-se em recortar algumas "fases da história do Brasil" e relaciona-las com essa herança portuguesa. Tal herança acabou por dar origem a uma elite que se alojou na burocracia e tomou conta do poder de Estado no Brasil. Preservando a periodização política clássica da História do Brasil, o autor acabou repondo também alguns modelos explicativos acerca de determinadas etapas de nossa história, particularmente no que se refere ao Período Regencial.

O modelo fundamentado no movimento de Ação/Reação/Anarquia é mantido por Raimundo Faoro na medida em que sua fonte de referência é a obra de Joaquim Nabuco Um Estadista do Império, obra que como já foi demonstrado, é a grande divulgadora desse modelo.

---

<sup>54</sup>-Tôrres, João Camilo de Oliveira op.cit.p.431.

<sup>55</sup>-Faoro, Raimundo Os Donos : Formação do Patronato Político Brasileiro Vol.I, Rio de Janeiro: Ed.Globo, 1987.(1a edição 1958, revisada em 1972).

Dessa forma, todos os elementos utilizados por Joaquim Nabuco para explicar os sucessos e os insucessos políticos no Brasil de 1831 a 1840 são repostos por Raimundo Faoro, no entanto avaliou positivamente a experiência regencial:

*A reação - escreverá Joaquim Nabuco - ` está no espirito, no sentimento de todos os homens de governo; se não fosse o receio da volta de D. Pedro I, ela teria desde logo levado tudo de vencida. Ainda assim o que faz a grande reputação dos homens dessa quadra, Feijó, Evaristo, Vasconcelos não é o que eles fizeram pelo liberalismo, é a resistência que opuseram à anarquia. A glória de Feijó é ter firmado a supremacia do governo civil; a de Evaristo é ter salvado o princípio monárquico; a de Vasconcelos é ter reconstruído a autoridade'.<sup>56</sup>*

Essa história mais que solidificada vem apenas servir de "pano de fundo" para Raimundo Faoro sustentar a interpretação de que durante o Período Regencial houve um curto espaço de tempo onde o poder dessa elite burocrática - embuida pela prática do centralismo bragantino - esteve ameaçado pelas "medidas liberalizantes" do Código do Processo Penal (29 de novembro de 1829) e do Ato Adicional ( 12 de Agosto de 1834):

*Duas medidas consagram a autonomia local, medidas arrancadas à reação e partejadas com dor: O Código do Processo Penal ( 29 de novembro de 1829 ) e o Ato Adicional ( 12 de Agosto de 1834 ). O Código do Processo Penal, a mais avançada obra liberal e a mais duramente criticada nos dez anos seguintes, deu fisionomia nova aos municípios, habilitando-os a exercer, por si mesmos,*

<sup>56</sup>-Faoro, Raimundo op.cit.p.304. Além disso é preciso enfatizar que Joaquim Nabuco retira elementos para essa observação das páginas do panfleto de Justiniano José da Rocha "Ação; Reação; Transação".

*atribuições judiciárias e policiais, num renascimento do sistema morto desde o fim do século XVIII...*

*...O Ato Adicional ( lei de 12 de Agosto de 1834 ),arrancado não às convicções mais ao medo dos moderados, procura organizar um feixe de poderes, concentrados nas províncias, de cuja aliança se firmaria o império. O esquema visa desmontar, pela descentralização, quase federativa, mas adversa à federação, o centralismo bragantino, ao tempo que foge da fragmentação municipal..<sup>57</sup>*

Portanto, para Raimundo Faoro essas "medidas liberalizantes" organizadoras da gerência do Estado durante a Regência e que implementaram no Brasil um estilo de governo que "saltou da centralização das Ordenações Filipinas à copia do localismo inglês", foram as grandes responsáveis pela inflexão conservadora e monárquica dos anos de 1837 em diante.

Um outro trabalho de referência para a historiografia brasileira é o de Emilia Viotti da Costa, publicados em uma série de ensaios relativos à história do Brasil Império - reunidos sob o título Da Monarquia à República: Momentos Decisivos<sup>58</sup> - esses textos emergiram de uma preocupação da autora em entender e analisar historicamente o caráter do Liberalismo Brasileiro:

*...a fraqueza das instituições democráticas e da ideologia liberal assim como a marginalização política de amplos setores da população.<sup>59</sup>*

<sup>57</sup>-Faoro, Raimundo op.cit.pp.305-307.

<sup>58</sup>-Costa, Emilia Viotti da Da Monarquia à República: Momentos Decisivos São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

<sup>59</sup>-Costa, Emilia Viotti da op.cit.p.15.

Preocupou-se em entender as razões das estruturas sócio-econômicas da sociedade brasileira não se terem alterado profundamente a despeito das transformações ocorridas no Brasil entre 1822 e 1889, e o fato do liberalismo brasileiro assumir um caráter anti-democrático. Questões que levaram Emilia Viotti da Costa a compreender o processo histórico de conformação do Liberalismo no Brasil como experiência e prática política muito específica em nossa história, particularmente quando referenciado a outras experiências históricas modelares, em especial a Revolução Francesa.

De acordo com a autora, a ideologia burguesa na Europa se conformou na luta contra as instituições do Antigo Regime - excessos do poder real ,privilégio da nobrezas, os entraves do feudalismo . Por sua vez, no caso brasileiro, o liberalismo não se apoiou nas mesmas bases nem compartilhou dos mesmos objetivos, pois esses princípios não haviam sido forjados na luta contra a nobreza/realeza e muito menos evoluíram em função da Revolução Industrial.

Nesse sentido, os modelos inglês e francês de liberalismo servem de medida e de limite para Emilia Viotti da Costa conceituar o que denomina de especificidade do liberalismo brasileiro. Este, de início concebido como um instrumento de luta contra o absolutismo real, tornou-se em seguida um defensor das pretensões democratizantes dos radicais.

*Para a compreensão do liberalismo no Brasil é essencial indagar o seu significado específico, pois através de formulas aparentemente idênticas às do liberalismo europeu existe uma realidade histórica distinta que lhe confere sentido próprio, a de um país colonial e dependente inserido dentro de um contexto capitalista.<sup>60</sup>*

---

<sup>60</sup>-Costa, Emilla Viotti da op.cit.p.121.

Sem dúvida alguma, para Emilia Viotti da Costa a estrutura econômica brasileira do século XIX - agro-exportadora e escravista - contribuiu de forma decisiva para o engendramento de práticas políticas liberais diferenciadas das européias. Sua preocupação foi, então, demonstrar historicamente as diferentes formas de representação liberal no Brasil durante o século XIX, as quais vão desde liberalismo heróico da independência até o liberalismo regressista do Segundo Reinado, passando pelo liberalismo radical dos primeiros tempos da Regência:

*Nos anos que se seguiram ( a Regência), os grupos do poder sofreram oposição de liberais radicais que se insurgiram em vários pontos do país. Ressentiam-se uns da excessiva centralização e pleiteavam o regime federativo, outros propunham a abolição gradual da escravidão, demandavam a nacionalização do comércio, chegaram a sugerir a expropriação dos latifúndios improdutivos.<sup>61</sup>*

Segundo a autora o liberalismo radical dos primeiros tempos da Regência foi obra primordial de um setor médio da sociedade brasileira - comerciantes, artesãos, farmacêuticos, soldados, ourives -, enfim representantes do que denomina pequena burguesia, e das camadas populares urbanas. Eram setores que se congregavam em torno do jornal a Nova Luz Brasileira<sup>62</sup> e defendiam a federação democrática, condenavam a escravidão e os privilégios da nobreza e pleiteavam a elegibilidade para todos os cargos. Foi através das páginas de A Nova Luz Brasileira e de outro jornal, o Jurujuba, que se articularam as primeiras agitações regenciais em 1831; incentivaram a tropa a rebelar-se e a reclamar um governo do povo e pelo povo.

<sup>61</sup> -Costa, Emilia Viotti da op.cit. p.8

<sup>62</sup>-De acordo com Emilia Viotti da Costa o jornal A Nova Luz Brasileira surge em 1829 e desaparece logo em seguida em 1831, mas apesar da exiguidade de tempo de sua circulação, segundo a autora, através de suas páginas foi possível ter dimensão dos projetos políticos desses setores da sociedade brasileira.

Porém, a agitação que esses porta-vozes das aspirações populares promoveram, acabaram por detonar o germe do movimento regressista - o liberalismo regressista que seria vitorioso - a partir de 1836.

O Período Regencial é concebido como um período de excepcional confronto, pois comportou dois momentos do liberalismo : o radical dos primeiros tempos e o regressista, próximo da Maioridade. Nesse sentido, assim como Caio Pardo Júnior, sua leitura sobre a Regência agrega a percepção da multiplicidade das práticas liberais com a concepção de luta de classes adaptada ao modelo de Ação/Reação que ainda permanece como o fio condutor explicativo do período.

Em 1967 Paulo de Castro publicou "A Experiência Republicana"<sup>63</sup>, na qual confere ao Período Regencial uma interpretação que congregou, de forma inédita, as colocações dos autores que o precederam. Tratou o período como um momento de emergência de vários projetos políticos transformadores do *status quo* monárquico, configurando uma "experiência republicana" desencadeada a partir de uma - revolução burguesa - <sup>64</sup> contra o governo de D.Pedro I.

Pensando sob essa perspectiva, o autor analisou todos os episódios políticos do período - como a reforma de Código do Processo Penal, o Ato Adicional, as alterações na composição dos governos da Regência ( passagem de Trina para Una através de um processo eleitoral )- como tentativas de implantação de um regime que tinha como inspiração e referência práticas republicanas. É importante enfatizar que Paulo de Castro entende essa "experiência republicana" como um testemunho de seu tempo, pois a República enquanto projeto político alimentava a "imaginação política dos contemporâneos".

---

<sup>63</sup>-Castro, Paulo de "A Experiência Republicana" in: Holanda, Sérgio Buarque de (org.) História Geral da Civilização Brasileira - Brasil Monárquico Tomo II, Vol. II, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

<sup>64</sup>-Revolução Burguesa afinada com o contexto mundial ( leia-se europeu ocidental )do período de 1830, momento em que o embate político em torno de formas e sistemas de governo se deu expressamente nos limites do Parlamento.

*A eleição periódica do Regente por votação nacional surgiu para imaginação da época como meio de realização de uma experiência republicana.*<sup>65</sup>

Nesse sentido, difere substancialmente de Joaquim Nabuco que registra o período como uma experiência republicana fracassada por que imposta a uma tradição monárquica brasileira. Paulo de Castro atribuiu à "experiência republicana" da Regência dois significados: o primeiro, já foi demonstrado: estava na imaginação política da época a alternativa política republicana; o segundo é o fato dessa experiência ter efetivamente se engendrado através da prática política dos governos regenciais e com eles ter malogrado devido à dificuldade dos liberais chegarem a uma política de consenso:

*Feijó disporia de todo um interstício parlamentar para realizar sondagens políticas e para chegar a uma composição que assegurasse apoio ao governo que organizava. Mas nada fez nesse sentido. Já na sessão de 1836 tornar-se-ia patente que se governo inviável.*

*Quis interpretar a experiência republicana em termos de um presidencialismo, como aliás os liberais esperavam. Mas não foi por isso que malogrrou. Não se preocupou jamais em contornar politicamente as dificuldades que se levantaram na Câmara, o que teria sido um cuidado mínimo em qualquer regime presidencialista. Agiu impelido por ressentimentos e rancores que o opunham à parte mais capaz e mais combativa da Câmara, procurando aprofundar em vez de*

---

<sup>65</sup>-Castro, Paulo de op.cit.p.39.

*aplainar as diferenças que os separavam. Mesmo sua aliança com Evaristo se revelou afinal um equívoco.*

*A renúncia tornou-se para ele um imperativo.<sup>66</sup>*

De acordo com o autor, a renúncia de Feijó abriu uma fenda no Partido Moderado e com ela desagregou-se o projeto republicano, facilitando o avanço do "regresso" que passou a constituir uma base sólida composta por Rodrigues Torres, Paulino José de Souza Soares e Euzébio de Queirós.

Apesar de todas as mediações que sua análise introduziu, como por exemplo, a minuciosa avaliação das diferenças internas do grupo liberal - através das múltiplas significações da vivência da "República" - sintonizando-as com sua contemporaneidade. No entanto, quanto a experiência regencial, Paulo de Castro manteve em sua argumentação o clássico modelo da Ação/Reação.

Outro título que merece ser aqui abordado é a Construção da Ordem: A Elite Política Imperial<sup>67</sup> de José Murilo de Carvalho. Sua tese principal foi a de demonstrar que a opção monárquica no Brasil foi um projeto levado adiante por uma elite extremamente coesa do ponto de vista de sua formação intelectual e de seus interesses, preocupada essencialmente com manutenção da unidade nacional pós-independência.

Considera que esta interpretação seja uma explicação alternativa às obras que tentaram compreender a questão da unidade nacional e o governo civil instalado no Brasil pós-1822, apenas como resultado de interesses econômicos ou políticos, não se preocupando com uma pesquisa mais profunda acerca das razões dessa opção:

<sup>66</sup>-Castro, Paulo de op.cit.p.41.

<sup>67</sup>-Carvalho, José Murilo de A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial Rio de Janeiro: Campus, 1980.

*Argumentaremos, portanto, que a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia, a construção de um governo civil estável foram em boa parte conseqüência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerada pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava pela homogeneidade, particularmente no que se refere à ideologia e ao treinamento.*<sup>68</sup>

Assim sendo, preocupou-se em construir uma *tipologia* da elite política do Império utilizando critérios como a instrução ou educação superior, a posição ocupada no sistema produtivo, a ocupação formal de posições no poder, bem como o revezamento na ocupação dessas posições. Considerando que a soma destes fatos tornaram-se elementos suficientes para minimizar os conflitos intra-elite garantindo a sua capacidade de construir um modelo único de dominação política.

*A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar um determinado modelo de dominação política.*<sup>69</sup>

Sua estratégia de análise foi a de rastrear a atuação dessa elite política, através do longo processo histórico de Império Brasileiro, o qual poderia ser dividido em etapas distintas, pois, segundo seus argumentos a cronologia de que parte são fases bem demarcadas por transformações políticas que o permitiram compreender a conformação do papel dessa elite na gerência dos negócios do Estado:

---

<sup>68</sup>-Carvalho, José Murilo de op.cit.p.21.

<sup>69</sup>-Carvalho, José Murilo de op.cit.p.21.

*Assim, definimos como os dois primeiros períodos o Primeiro Reinado (1822 - 1831) e a Regência (1831-1840). São fases bem marcadas por transformações políticas. O fim do Primeiro Reinado significou o afastamento de muitos políticos ligados a Pedro I e a entrada em cena de nova geração de líderes. Ao final da Regência a nova geração chegava ao Senado e ao Conselho de Estado, já dividida em conservadores e liberais. Os períodos seguintes são de mais fácil definição. Tomamos dois ministérios geralmente considerados como pontos de inflexão da política imperial e colocamos aí os cortes. O primeiro foi o do Marquês de Paraná (1853), conhecido como ministério da conciliação. Significou o fim de uma fase de lutas entre liberais e conservadores culminada tragicamente para os primeiros na Revolução Praieira, a última de grande porte do Império. Trouxe também a posições de liderança um grupo de jovens políticos que teriam grande influência nos anos seguintes. Além disso, o ministério se beneficiou das transformações econômicas que se processavam desde o final do tráfico de escravos em 1850.<sup>70</sup>*

Privilegiando uma periodização para a história da elite imperial, na qual assinala a existência de cinco fases distintas, sua interpretação sobre o Período Regencial, retoma os mesmos elementos explicativos do modelo de Ação/Reação, mas, ao contrário de outros autores, para referendar a tese de coalizão do grupo intra-elite: a "experiência republicana fracassada" da Regência trouxe como consequência a formação dos dois grandes e verdadeiros partidos preparados para o exercício da política parlamentar, que dominaram a vida política do Império até o final: O Partido Liberal e o Partido Conservador:

---

<sup>70</sup>-Carvalho, José Murilo de op.cit.p.58.

*As conseqüências da descentralização efetiva pelo Código do Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação dos dois grandes partidos que, com alguns altos e baixos, dominariam a vida política do Império até o final.<sup>71</sup>*

Diferentemente de José Murilo de Carvalho, Ilmar R. de Mattos em sua obra O Tempo Saquarema<sup>72</sup> procura rebater a idéia de que não havia, na política imperial, nenhuma diferença entre as práticas políticas de Liberais e Conservadores. No entanto, sua reflexão vai além dessa constatação pois procura demonstrar também toda a hierarquia que permeou a conformação da classe dirigente no Brasil do século XIX.<sup>73</sup>

*Ora, é justamente a identificação de uma diferença e de uma hierarquia - de modo inverso à proposição da leitura corrente do provérbio imperial - que cria a possibilidade de nos interrogarmos sobre a direção que os Saquaremas exerciam, assim como investigar a força que representavam. Todavia, e embora podendo parecer incoerente, caso queiramos elucidar estas questões, devemos retomar à semelhança que o provérbio sugere.<sup>74</sup>*

A partir da análise dos discursos de liberais e conservadores o autor gradativamente vai demonstrando uma hierarquização entre Saquaremas e Conservadores de todo o Império, e os Luzias. Ressalta a origem específica dos Saquaremas tanto quanto ao

<sup>71</sup>-Carvalho, José Murilo de op.cit.p.158.

<sup>72</sup>-Mattos, Ilmar R. de O Tempo Saquarema Hucitec: Brasília INL, 1987.

<sup>73</sup>-Ilmar R.de Mattos inspira-se na obra de E.P.Thompson "A Formação da Classe Operária Inglesa". Apesar de todas as diferenças de contexto e mesmo de classe, o autor alega ser possível acompanhar Thompson metodologicamente, ou seja, não pensar a classe como um corpo uníssono e sim pensa-la a partir de sua diferença.

<sup>74</sup>-Mattos, Ilmar R.de op.cit.p.109.

espaço geográfico que ocupavam - o Vale do Paraíba - assim como sua posição no processo produtivo como cafeeicultores. Portanto, segundo o autor, esse núcleo Saquarema, que começa a se constituir a partir de 1830 com a expansão cafeeira no Vale do Paraíba se singulariza quanto às práticas políticas, tanto dos Luzias quanto do que denomina de conservadores do restante do Império.

Dessa forma, considera que o núcleo Saquarema começou a construir-se como um grupo coeso, durante o Período Regencial, justamente para enfrentar na disputa do poder o princípio democrático associado ao conteúdo republicano<sup>75</sup> defendido por liberais de múltiplos matizes, incapazes de se reunir em torno de um único projeto. E a partir da constatação desta diferença começa a analisar como grupo Saquarema dominou do ponto de vista institucional tanto seus pares quanto seu opositores, no caso os Luzias que de acordo com sua avaliação sempre tiveram dificuldades em unir forças:

*"Procuravam (os liberais) construir uma unidade, por meio da negação das propostas Saquaremas..."<sup>76</sup>*

O trabalho de Ilmar R. de Mattos constitui-se em importante referência para meu trabalho por dois motivos: primeiro reconhece e enfatiza que o panfleto "Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade" de Justiniano José da Rocha é uma importante fonte informação para a historiografia do Segundo Reinado, que seguindo suas análises acaba repondo a dicotomia Ação/ Reação, principalmente no que diz respeito aos primeiros anos desse período. Em segundo lugar, pelo fato de que preocupação fundamental de seu trabalho foi o de demonstrar as diferenças entre liberais e conservadores:

---

<sup>75</sup>-Mattos, Ilmar R. de op.cit.p.109.

<sup>76</sup>-Mattos, Ilmar R.de op.cit.p.161.

*Esta proposição nos coloca, sem dúvida, no mesmo campo de reflexão de parte considerável da Historiografia, que tende a reduzir a dinâmica do Império, e mais particularmente a dos primeiros anos do Segundo Reinado, à luta entre a Liberdade e Autoridade, dando à primeira os conteúdos de ordem privada, localismo e descentralização político-administrativa e à última os conteúdos de ordem pública, poder central e centralização político-administrativa.*

*Observemos também que esta produção encontra suas raízes no panfleto de Justiniano José da Rocha - Ação; Reação; Transação: Duas Palavras acerca da Atualidade...<sup>77</sup>*

O acompanhamento feito até aqui teve o intuito de demonstrar como autores distantes no tempo e com filiações políticas e tendências interpretativas diferenciadas, acabaram por aproximarem-se pois analisaram o Período Regencial segundo o modelo organizado por Justiniano José da Rocha. Inspiraram-se no movimento de Ação/Reação para pensar a política imperial de 1822 a 1855 e conceberam a Regência como um momento de *Anarquia*.

Se tal leitura poderia ser problematizada, restava a pergunta: Que tipo de procedimentos de análise levariam a demonstrar outras dimensões do panfleto de Justiniano José da Rocha? Uma possível indicação veio com o artigo "A Falsa Dialética: Justiniano José da Rocha"<sup>78</sup> de Maria de Lourdes Janotti.

A proposta desse texto foi justamente destacar o duplo significado de determinadas fontes, a exemplo dos famosos panfletos de Justiniano José da Rocha, Francisco Sales Torres Homem, João Francisco Lisboa e outros: ao mesmo tempo construções

---

<sup>77</sup> Mattos, Ilmar R. de op.cit., p.125.

<sup>78</sup>-Janotti, Maria de Lourdes "A Falsa Dialética: Justiniano José da Rocha" in: *Revista Brasileira de História* 2(3)-Março 1982. pp.3-17.

historiográficas e testemunhos compromissados com a luta política vivenciada no momento de sua criação:

*Residem também impasses quanto à classificação de um documento historiográfico. Comumente os livros são apontados como objeto único da análise historiográfica, entretanto existem possibilidades de documentos, de natureza vária, conterem importantes informações historiográficas. Nesta medida qualquer documento cujo o discurso baseia-se em explicações históricas para justificar-se adquire um interesse historiográfico significativos. Os famosos panfletos de Justiniano José da Rocha, Francisco Sales Torres Homem, Tavares Bastos, João Francisco Lisboa e outros, recorreram ao discurso histórico para defender uma posição política de momento. Estas produções têm duplo sentido pois baseando-se em obras históricas, reproduzem ou não sua ideologia, oferecendo em si mesmas a medida da divulgação social de determinados autores".<sup>79</sup>*

Partindo da premissa de que a análise historiográfica do documento deve suplantar questões como se são verdadeiras ou falsas, e tentar surpreender as intenções que o documento revelada ou acoberta, Maria de Lourdes Janotti sugere um série de procedimentos que permitam ao pesquisador: "revelar as implicações do autor do documento com determinado grupo social, as condições que envolveram sua produção bem como concepção de história que assume".<sup>80</sup>

Procurando demonstrar esta proposta, a autora faz uma reflexão sobre o opúsculo de Justiniano José da Rocha visando exemplificar uma metodologia de desconstrução do

---

<sup>79</sup>-Janotti, M. de Lourdes op.cit.p.3.

<sup>80</sup>-Janotti, M. de Lourdes op.cit.p.4.

documento. Como primeiro procedimento, sugere ao pesquisador procurar identificar a natureza do documento, no caso um panfleto político:

*Os panfletos são muitas vezes fontes do maior interesse. Sua produção envolve perguntas cujas respostas encaminham sua decodificação. Sendo um pronunciamento, deseja atingir a quem, defender o quer, ser atacado por que grupos. A extensão e profundidade do seu conteúdo permitem ter sido redigido no calor da hora, ou sua elaboração foi anterior e aproveitada no momento? Justamente quando se explora a natureza da fonte, é necessário que se examinem as questões referentes à autoria, ao público a que se destina e à linguagem empregada.<sup>81</sup>*

Dessa forma, Maria de Lourdes Janotti começa a elaborar sua interpretação sobre o panfleto de Justiniano José da Rocha destacando, em primeiro lugar, sua vinculação com a defesa do projeto político de "Conciliação" empreendida pelo Marquês de Paraná, observando também que esse panfleto não apresenta o modelo clássico dos panfletos de última hora, que geralmente contém uma linguagem superficial e mal cuidada. Ao contrário "Ação; Reação; Transação" reúne em suas páginas argumentos fundamentados em uma exposição histórica, oferece à historiografia grandes possibilidades de reflexão.

Partindo do pressuposto que esse documento assume uma forma eminentemente histórica segundo procedimento sugerido pelo autora é identificar a elaboração histórica contida no discurso do autor, ou seja, acompanhar a periodização inerente ao texto de maneira a apreender o conceito de história nele inscrito.

---

<sup>81</sup>-Janotti, M. de Lourdes op.cit.p.5

*Em geral chega-se a identificar no discurso histórico várias periodizações simultâneas. As mais comuns são as estabelecidas pela cronologia, pelos títulos e subtítulo...*

*...O aspecto ideológico do texto começa a se delinear claramente, ao se perceber que existe uma periodização inerente aos vários assuntos expostos que se submetem ao conceito de história do autor.<sup>82</sup>*

Nesse sentido, Maria de Lourdes Janotti procura identificar a idéia e as contradições de cada período em que se divide o opúsculo "Ação; Reação; Transação período da Ação, que se inicia com o processo de emancipação e se estende até 1836, tem como tema fundamental a luta e triunfo do elemento democrático bem como a sua crítica:

*Desta síntese percebe-se que o autor identifica a ação à democracia e esta a república e federalismo. Referindo-se ao governo atem-se aos membros do executivo, elogiando tanto D.Pedro I quanto ao trio dos regentes...*

*A primeira vista pode parecer que reconhece a obra democrática, pois adota um tom imparcial no discurso aplaudindo a criação do tribunal do júri, mas não disfarça o tom crítico a todas as instituições. Termina o Período insistindo na ditadura da Câmara, de forma contraditória afirma que o poder não existe mais.<sup>83</sup>*

O período seguinte é o Período da Reação ( 1836 a 1852 ). Nele Justiniano José da Rocha procura identificar a origem da reação, localizando-a na extinção dos meios legítimos da atuação do poder, procedimento que teria caracterizado o período anterior, o da

<sup>82</sup>-Janotti, M. de Lourdes op.cit.p.7.

<sup>83</sup>-Janotti, M. de Lourdes op.cit.p.9.

ação. Nesse sentido, considera que a resposta da sociedade frente à obra desorganizadora do período da Ação teria sido a reorganização do poder. De acordo com a autora nesse momento, Justiniano José da Rocha revela algumas inconsistências em seu discurso, pois se a reação é fruto inexorável do período anterior, todos os acontecimentos suscitados por ela foram dotados de homogeneidade e transcendência atributos que negam o princípio da luta:

*Encontra-se dificuldade em caracterizar a reação, pois ela apenas se define pela negativa da ação. Assim o elemento monárquico se opõe ao democrático, a ordem à anarquia, a centralização ao federalismo, as idéias morais aos interesses individuais, o governo contra a Câmara.*

*É interessante notar que a força irrefreável da reação é transcendente, pois assenhora-se dos "espíritos", ou da "nação" de tal forma que liberais e conservadores agem do mesmo modo, adotando tais posições, as explicações do autor sobre a revolução de 1848 tornaram-se insatisfatórias. Recorre com freqüência ao providencialismo, ao patriotismo, aos espíritos ilustrados que impediram a reação desviar seu curso. Como isso seria possível, se parte do axioma de que a história é a luta eterna da liberdade contra a autoridade, e que essa luta se dá em três períodos: ação, reação e transação?<sup>84</sup>*

Encerrando a análise, Maria de Lourdes Janotti passa a discutir os limites e as contradições do terceiro período - a Transação :

*Na justificativa da transação, o autor modifica muitos critérios que vinha adotando, chega mesmo a contradizer-se. Se a tendência do poder é expandir-se*

---

<sup>84</sup>-Janotti, M. de Lourdes op.cit.p.10.

*ilimitadamente, como se dará uma conciliação a partir do poder? Se há um processo histórico, como o regime representativo encerrará definitivamente as convulsões? Se desde 1852 a tendência social é pela transação, como o poder agiria contra ela? Como poderia o princípio monárquico conciliar-se com a democracia, que no período da ação fora identificada com a república?*<sup>85</sup>

O texto de Maria de Lourdes Janotti não pretendeu esgotar todas as possibilidades de desconstrução de um documento. Mas destaca decisivas questões inscritas no conteúdo das idéias de determinadas fontes, questões que problematizam as informações nelas contidas e, sobretudo, o seu uso como banco de dados imparciais. No caso do opúsculo de Justiniano José da Rocha, chamou a atenção para os compromissos deste texto com Partido Conservador.

Foi como um prosseguimento de suas proposições que minha pesquisa teve início. Procuro nos capítulos seguintes revelar com mais clareza os vínculos entre este texto e seu autor e a disputa política na qual originariamente se imbricou.

---

<sup>85</sup>-Janotti, M. de Lourdes op.cit.p.13.

## CAPÍTULO 2

### A REGÊNCIA COMO ARGUMENTO: UM DEBATE ENTRE "AÇÃO, REAÇÃO, TRANSACÇÃO" DUAS PALAVRAS ACERCA DA ATUALIDADE POLÍTICA DO BRASIL E "O LIBELO DO POVO"

Acredito ter demonstrado no Capítulo I o quanto o modelo Ação/Reação foi utilizado como método explicativo do Período Regencial, por uma série de autores que trataram direta ou indiretamente da análise desse período. No entanto, esse trabalho não se restringe a detectar um determinado modelo de análise historiográfica. Pretendo demonstrar as implicações políticas do modelo através de diálogo de sua matriz mais divulgada<sup>86</sup>, o opúsculo “Ação; Reação; Transação” de Justiniano José da Rocha e “O Libelo do Povo” de Francisco Sales Torres Homem, um dos mais importantes interlocutores de Rocha.

A escolha de Sales Torres Homem com interlocutor de Justiniano José da não foi aleatória, ambos foram oponentes na imprensa desde de a década de 1830<sup>87</sup>. Além disso, autor de “O Libelo do Povo” construiu nas páginas desse panfleto uma importante peça do pensamento liberal do final da década de 1840 que nos apresenta uma análise diferenciada da de Rocha quanto às concepções de história e do exercício da política.

---

<sup>86</sup> Não afirmo que o panfleto “Ação; Reação; Transação” tenha sido a matriz fundante desse modelo, mas sem dúvida, por sua elaboração bem cuidada do ponto de vista histórico sintetizou-o de forma exemplar.

<sup>87</sup> Ver os esboços biográficos dos autores In: Magalhães, Raimundo Jr. Três Panfletários do Segundo Reinado São Paulo, Ed. Nacional, 1956.

Justiniano José da Rocha é considerado um dos maiores jornalistas de seu tempo e alguns estudiosos do Segundo Reinado<sup>88</sup>, o consideram o mais importante jornalista do período, de acordo com Raimundo Magalhães Júnior são inúmeras as referências a Justiniano José da Rocha em trabalhos que vão do Barão de Rio Branco a Hélio Viana:

*' Foi o primeiro dos jornalistas de seu tempo '-, é o julgamento sintético do Barão de Rio Branco, numa das páginas das 'Efemérides', a respeito de Justiniano José da Rocha, cuja atuação se exerceu no período regencial e no dois primeiros decênios do Segundo Reinado...*

*Na sua 'Contribuição à História da Imprensa Brasileira', publicada em 1945, escusa-se o professor e historiador Hélio Viana de não se ocupar mais longamente da personalidade daquele homem de imprensa com a declaração que o fará noutro trabalho, com o título de 'Justiniano José da Rocha, o maior jornalista brasileiro.'<sup>89</sup>*

O trabalho de Justiniano José da Rocha como jornalista sempre esteve ligado à sua atuação política, pois na imprensa defendia sistematicamente as idéias e os projetos políticos do Partido Conservador, vínculo que manteve durante toda sua carreira de jornalista e político.

Sua formação intelectual deu-se no campo jurídico, formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e três anos após, iniciou a carreira jornalística fundando o ATLANTE um jornal, obviamente, de tendência conservadora que teve um curto período de circulação. Suas iniciativa no jornalismo quase sempre fracassaram, seguindo o ATLANTE

---

<sup>88</sup> Não faz parte das preocupações desse trabalho elaborar as biografias dos autores em questão, portanto seus dados biográficos aqui apresentados são somente **importantes informações**.

<sup>89</sup> Magalhães, Raimundo Jr. op.cit. p.127.

veio O CRONISTA mantendo a mesma tendência conservadora e a curta duração, porém o que destaca-se desse periódico foi a ferrenha oposição de Justiniano José da Rocha ao governo Feijó.<sup>90</sup>

Após a extinção de O CRONISTA, Justiniano José da Rocha iniciou outras tentativas na imprensa com O BRASIL sucedido pelo CORREIO DO BRASIL e o CONSTITUCIONAL. Foi através das páginas de periódicos como ATLANTE E O BRASIL, ambos do período regencial, que travou inúmeras polêmicas com os Liberais, como por exemplo, quando da tentativa de transferir-se os encargos da Regência à princesa D. Januária e o mais importante, sem dúvida alguma, foi sua oposição veemente à antecipação da maioria de D. Pedro II. alegando ser esta inconstitucional.

Como parlamentar atuou nas legislaturas de 1842/1844, 1850/1852, 1853/1856, sempre deputado por Minas Gerais, sua última atuação como parlamentar coincide com a ascensão do chamado Gabinete da “Conciliação” organizado pelo Marquês de Paraná, serviço do qual Justiniano José da Rocha produziu sua obra mais divulgada: o panfleto “ Ação; Reação; Transação” :

*Tem sido tal panfleto o guia de quantos historiadores se têm ocupado da política brasileira desde a independência ao período conhecido como a ‘ Conciliação dos Partidos’, empreendida por Honório Hermeto Carneiro Leão. Um dos seus merecimentos maiores é o ter fornecido a Joaquim Nabuco a linha mestra dos primeiros capítulos de seu famoso livro ‘Um Estadista do Império’. Cita-o êste repetidamente, ou repete-o sem citar, particularmente ao tratar da abdicação de D. Pedro I e suas conseqüências políticas e da reação monárquica de 1837. É o próprio Joaquim Nabuco quem, nessa passagem, declara, em nota, ao pé da página: ‘ Para o estudo da evolução monárquica, lêr cada palavra dêsse*

<sup>90</sup> Magalhães, Raimundo Jr. op.cit. pp. 131-132.

*opúsculo.* Bastaria tal recomendação para dar uma idéia do valor do panfleto de Justiniano José da Rocha, fonte que tantos se têm abeberado. Alfredo Pujol subscreveu este juízo : 'O estilo, de que deixou o notável modêlo no panfleto *Ação; Reação; Transação*, é cerrado e terso, travado de uma dialética vigorosa.<sup>91</sup>

É importante observar que, pessoalmente, Justiniano José da Rocha não nutria nenhuma afeição ao Marquês de Paraná<sup>92</sup> e muito menos fazia parte do grupo político que apoiava incondicionalmente a "Conciliação". Mas por fidelidade partidária, colocou mais uma vez suas idéias a serviço do partido.

Tendo a idéia da **Transação** como inspiração de seus argumentos Justiniano José da Rocha começou a desenhar-lhe significado partindo de um princípio geral : o estudo refletido da história sempre demonstraria verdades facilmente respaldadas tanto pela razão quanto pela ciência do político e conforma esse axioma a outro, a história dos homens sempre movimentou-se através da luta eterna entre a liberdade e a autoridade, desse embate resultam períodos de Ação sucedidos por períodos de Reação que deveriam ser substituídos pela **Transação**: momento de equilíbrio das forças políticas.

*A fase da Transação é pois a que exige mais prudência, mais tino, mais devoção dos estadistas a quem é confiada a fôrça governamental e alta direção dos negócios públicos; pois se não sabem ou não querem reconhecer, se não querem*

<sup>91</sup> Magalhães, Raimundo Jr. op.cit. p.144 (grifos meus).

<sup>92</sup> A carreira política do Marquês de Paraná começou em 1830 e se desenrolou até 1856 ano de seu falecimento. Foi deputado, ministro da Justiça durante a Regência, presidente da Província do Rio de Janeiro, conselheiro de Estado, senador, presidente da Província de Pernambuco, presidente do Conselho de Ministros, ministro Plenipotenciário do Prata e pela segunda vez presidente do Conselho de Ministros - no chamado "Gabinete da Conciliação". Ver : Janotti, Aldo O Marquês de Paraná : inícios de uma carreira política num momento crítico da história da nacionalidade. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990.

*ou não sabem facilitar, se ainda mais o contrariam provocam calamidades a que depois não há sabedoria que possa acudir.*<sup>93</sup>

Portanto, uma das verdades que lhe cabia demonstrar, nas páginas de seu opúsculo, era que os anos de 1822 a 1852 haviam transcorrido entre os embates do elemento monárquico (autoridade) com o elemento democrático (liberdade) tais disputas levaram o Brasil a momentos de radicalização política e o menor vislumbre de um possível retorno às radicalizações tornava-se uma perspectiva assustadora. Por isso caberia aos homens de “espírito” refletido evitar recomeço da polarização autoridade/ liberdade e aproveitar o momento para a **Transação**.

Havia, portanto, uma tarefa a ser cumprida por Justiniano José da Rocha demonstrar suas “teses” a seus interlocutores e, nesse sentido o domínio sobre a “História” era um fundamental indicativo dos embates entre autoridade e liberdade, daí o autor apresentar um resgate amplamente desenvolvido do processo histórico brasileiro entre 1822 a 1855:

*Dividiremos este opúsculo em diversos períodos, bem distintos. De 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta entre os elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta da reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 a 1852, domínio de princípio monárquico, reagindo contra a obra social do princípio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado; 1852 até hoje arrefecimento das paixões; quietação do presente, ansiedade do futuro; período de transação.*<sup>94</sup>

<sup>93</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit. pp.163-164.

<sup>94</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit. p. 165.

Cabe aqui abri espaço para o interlocutor de Justiniano José da Rocha: Francisco Sales Torres Homem. Sua formação acadêmica teve início na Academia Médico-Cirúrgica; no entanto, seu interesse por assuntos de medicina foram logo suplantados por interesses jornalísticos e políticos.

Aos vinte anos envolveu-se com o grupo de jovens que circundava Evaristo da Veiga<sup>95</sup> e por seu intermédio filiou-se à Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência fundada pelo próprio Evaristo da Veiga. O relacionamento entre ambos foi fundamental para a inserção do autor de “ O Libelo do Povo” no mundo das letras e no exercício das atividades políticas pois, acabou por muito tempo, sendo colaborador do jornal AURORA FLUMINESE.

Após a abdicação de D. Pedro I conseguiu, por intermédio de Evaristo da Veiga, lugar de adido junta à Legação do Brasil em Paris, na capital francesa acabou licenciando-se em Direito pela Faculdade de Paris onde permaneceu até 1837 ano de seu regresso ao Brasil. Nesse mesmo ano faleceu Evaristo da Veiga e tornou-se fundamental para Francisco Sales Torres Homem suceder o amigo e jornalista, passou assim a escrever em vários periódicos de tendência liberal entre os quais destaca-se: JORNAL DE DEBATES POLÍTICOS E LITERÁRIOS, O DESPERTADOR E O MAIORISTA, nesses dois últimos começou a travar seu debate político com Justiniano José da Rocha justamente em torno da Maioridade de D. Pedro II., naquele momento defendida por liberais e atacada por conservadores.

Em 1842 foi eleito, pela primeira vez, deputado pela Província do Ceará. Porém, devido às ocorrências nas Províncias de Minas e São Paulo, naquele ano a Câmara foi previamente dissolvida<sup>96</sup> e juntamente com Limpo de Abreu ( futuro Visconde de Abaeté ), os

---

<sup>95</sup> Evaristo da Veiga foi, sem dúvida alguma, um dos mais atuantes jornalistas de tendência liberal que participou tanto do processo de emancipação política do Brasil como do processo de abdicação de D. Pedro I. Sua atuação destacou-se, principalmente, através das páginas do jornal AURORA FLUMINENSE do qual era proprietário e editor.

<sup>96</sup> Em 23 de Março de 1841 o Gabinete Maiorista ( composto por liberais) havia sido destituído e o Gabinete que o sucedeu tratou de articular reformas que ficaram conhecidas como “ o programa do retrocesso” - a restauração do Conselho de Estado e a Reforma do Código do Processo Criminal. Essas medidas tornaram tenso o clima

senadores José Bento de Melo, Martiniano de Alencar e o deputado Teófilo Ottoni, formou uma sociedade secreta - “ Sociedade dos Patriarcas Invisíveis” que tornou-se o maior núcleo de apoio ao movimento de 1842, irradiando suas influências por inúmeras Câmaras Municipais. O resultado desse envolvimento para Sales Torres Homem foram alguns meses de exílio em Portugal.

Como pode-se observar, Sales Torres Homem teve sua formação e atuação política vinculada aos liberais tanto na prática quanto na teoria. Dessa forma após retornar do exílio em Portugal passou a envolver-se no jornalismo, participando da fundação de mais de um jornal de tendência liberal. Em 1845 foi eleito novamente deputado, desta vez pela Província de Minas Gerais, foi também reeleito em 1848, mesmo ano em que passou a integrar o conselho editorial do diário o CORREIO MERCANTIL.

Em 1849 por conta da dissolução da Câmara e da Rebelião em Pernambuco, Sales Torres Homem publicou “O Libelo do Povo”, sem dúvida alguma, sua obra mais polêmica que lhe custou inúmeras querelas durante toda sua trajetória política. Assinou o panfleto com o pseudônimo de Timandro, no entanto pouco se sabe a respeito de seu exato significado. Pode ser uma referência a Timom<sup>97</sup> um filósofo e misantropo que viveu em Atenas durante a Guerra do Peloponeso e que fazia questão de expressar seu profundo ceticismo e descrença no homem em geral, mas como veremos na análise do panfleto, Sales Torres Homem não poderia ser considerado de todo cético, apesar de seu profundo “espírito crítico”:

---

político e os liberais que acreditavam consolidar maioria na Câmara viram-na dissolvida em 1842. Não encontrando outro meio os liberais através da atuação de sociedades secretas como Sociedade dos Patriarcas Invisíveis recorrem às armas. Castro, Paulo de op.cit. p.66.

<sup>97</sup> João Francisco Lisboa jornalista e um dos grandes representantes do pensamento liberal do período em questão recorreu a imagem de Timon como forma de expressar seu pensamento político e chegou a publicar um periódico com o título JORNAL DE TIMON. Porém, fica complicado estabelecer qualquer relação direta entre ambos, pois Lisboa iria publicar seu jornal somente em 1852 alguns anos após a publicação do panfleto de Sales Torres Homem. A respeito de João Francisco Lisboa ver: Janotti, Maria de Lourdes João Francisco Lisboa: jornalista e historiador. São Paulo, Ed. Ática, 1877 p.29

*O panfleto era explosivo, revolucionário, escrito com um vigor que não havia exemplo no meio tímido e inclinado mais as louvinhas e bajulações que ataques frontais, às invectivas diretas e sem peias. Máu grado as cautelas do pseudônimo, não faltou quem identificasse o autor, cuja pena corajosa já deixara traços vivos no jornalismo da Côrte. Admiravam-no alguns, pelo rasgo da audácia. Insultavam-no muitos, candidatando-se às graças do poder.*<sup>98</sup>

Sales Torres Homem elaborou, também, nas páginas de “ O Libelo do Povo” uma meditada reflexão sobre a História do Brasil entre os anos de 1822 a 1849. Tendo como princípios organizadores de seu pensamento pelo menos três questões: a justificativa da revolta praieira em Pernambuco, a denúncia das arbitrariedades cometidas pelas autoridades do Império contra os praieiros<sup>99</sup> e, fundamentalmente, defender a convocação de uma Assembléia Constituinte:

*“ A obra da inversão que na política do Brasil o paternal govêrno da côrte houve por bem decretar, e que mantenedores da facção antinacional puseram mãos açodadamente, arrebatados uns da bárbara alegria de, que se vingam, aliciados pela perspectiva de tirarem da guerra civil e do sangue derramado larga porcentagem de proveito de sua ambição e fortuna, tal inversão, digo eu, não é senão uma nova fase da mesma crise, que durante vinte e cinco anos começou, enlutando as últimas cenas de nossa incompleta independência. Crise dolorosa, e cheia de desenganos, que continuou com intermitências, e da qual nosso pais, que*

<sup>98</sup> Magalhães, Raimundo Jr. op.cit.p. 6.

<sup>99</sup> Principalmente em virtude da morte do deputado por Pernambuco Nunes Machado. É importante reafirmar que todas as informações de caráter biográfico tanto de Justiniano José da Rocha como de Francisco Sales Torres Homem tiveram como fonte principal o livro de Raimundo Magalhães Júnior : Três Panfletários do Segundo Reinado, obra citada.

*a viram originar-se, não tiveram menos que sofrer do que a presente geração, a quem eles contavam legar fruição tranqüila, e definitiva de tão nobres sacrifícios! Quando acontecimentos como êsse, a que me refiro, e que envolvem a postergação de todos os princípios, e o mais insultante desprezo para a opinião pública, sobrevêm a um país, que atavia com nome de constitucional, é indubitável que mal profundo e data antiga aí vicia e corrói o âmago das instituições.*

*Causas acidentais podem momentaneamente conturbar a seriedade do jogo constitucional, mas não faze-la rebentar tão amiúdas vezes, e com tamanho desastre para a maioria dos cidadãos”.*<sup>100</sup>

Na perspectiva de Sales Torres Homem, em 1849, essas três questões estavam imbricadas de tal maneira que qualquer reflexão política a respeito desse contexto deveria buscar-lhe as razões mais profundas, que poderiam ser encontradas na análise do passado. Como Justiniano José da Rocha, o autor de “O Libelo do Povo” também considerou o domínio da “História” fundamental na análise de determinada conjuntura política. Por isso inicia a segunda parte do panfleto remetendo-se à Confederação do Equador que, em 1824, havia eclodido, entre outros motivos, por causa da outorga da primeira Constituição do Brasil.

A estratégia de Sales Torres Homem era aproximar os dois episódios - 1824/1849 - e pensa-los como facetas de uma mesma crise: Afinal éramos ou não uma Monarquia Constitucional onde as leis e a liberdade dos cidadãos eram respeitadas? Essa era a questão que Sales Torres Homem se propôs a responder.

Tanto Justiniano José da Rocha como Sales Torres Homem tiveram o mesmo procedimento como estratégia de discurso. Primeiramente anunciam suas proposições gerais e

---

<sup>100</sup> Homem, Francisco Sales Torres “O Libelo do Povo” in: Magalhães, Raimundo Jr. op.cit. pp. 61-62.

posteriormente as desenvolveram recorrendo a uma leitura do passado, por isso é a partir do desenvolvimento de suas teses, a respeito do passado, que pode-se confronta-los em forma de diálogo.

O primeiro recorte histórico de Justiniano José da Rocha no panfleto “Ação; Reação; Transação” é denominado período da Ação - 1822 a 1831. Quanto ao período precedente argumenta que não havia necessidade de retoma-lo, pois o que orientava as décadas pré-independência eram as *paixões* expressas nas aspirações republicanas, as quais considerou irracionais e instintivas, fruto das aspirações juvenis da elite do período colonial entusiasmada com a independência dos EUA. Como exemplos cita a Inconfidência Mineira e o Movimento de Pernambuco de 1817. Assim, havia um intrínseco vínculo entre as idéias de liberdade e de república, porém, a “razão” prevaleceu e debelando tais aspirações no dia em que o príncipe regente disse Fico, acabando por dar ao movimento de liberdade o apoio político das tradições monárquica:

*Baldada foi sua esperança pelo Fico que o príncipe regente havia dito ao senado da câmara do Rio de Janeiro, e pela resolução com que, lançando-se de corpo e alma às causas dos independentes, e à frente deles, deu a essa causa, despida de seu caráter revolucionário, apoio das tradições monárquicas e o prestígio das dinastias.*<sup>101</sup>

O processo de independência que resultou na conformação do regime monárquico no Brasil, para Justiniano José da Rocha, foi um ato de supremacia do princípio monárquico sobre o princípio republicano, levado adiante pelo príncipe regente que tomou a dianteira dos negócios políticos. Já Sales Torres Homem aborda a questão por outro ângulo, a

---

<sup>101</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit. p.166.

independência foi uma revolução e, ao mesmo tempo, um ato de soberania do povo brasileiro, a idéia de soberania do povo é utilizada pelo autor como uma forma de qualificar o direito escolha e atribuir ao processo de independência o caráter mais democrático possível.

Portanto, registrar a independência do Brasil como oriunda da “vontade do povo” que impôs a ruptura - revolução - foi uma maneira de resgatar um passado em que a “vontade coletiva” havia prevalecido em detrimento da “vontade do indivíduo”. Porém, não importa na lógica de seu discurso identificar quem era, afinal, o povo:

*A revolução da independência, que devolveu-nos à posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da ordem social o grande princípio das - soberania do povo - . No interior como exterior, êsse princípio, que é a pedra angular dos estados livres, tornava-se os árbitros únicos, supremos e absolutos de nossos destinos. Só do povo; só de suas luzes, e espontânea deliberação pendia a escolha e organização política, que então devia rege-lo; só êle, e a mais ninguém cabia traçar e erguer o novo edifício, em que havia de abrigar-se a nascente nacionalidade. Todos os laços que prendiam-nos ao passado, estavam mortos; tínhamos recebido uma segunda vida, uma segunda grandeza, que anulava e excluía as pretensões da realeza da conquista.<sup>102</sup>*

Fechada a questão do caráter de nossa independência, Justiniano José da Rocha tratou de explicar como os primeiros passos da organização política do Brasil se desdobraram na dissolução da Assembléia Nacional Constituinte em 1823. E atribuiu essa situação à ausência de maturidade política, falta de conhecimentos práticos de administração e de governo que tornavam inaptos os homens que desejassem conduzir os negócios públicos do

---

<sup>102</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit. p.62.

país através do elemento democrático. Afinal, o Brasil durante o período colonial estivera sob a tutela administrativa de Portugal; por isso, logo nas primeiras sessões da Assembléia, a inexperiência fez-se presente e não restou outra alternativa ao poder: senão, buscar seu instinto de preservação dissolvendo a Assembléia.

*O que teria saído desse caos de pretensões democráticas de envolta com aspirações, na falta quase absoluta dos conhecimentos práticos do govêrno e da administração, e no meio da confusão irrefletida de teorias opostas, preconceitos repugnantes?*

*A fôrça veio dizer-lo : o poder teve o instinto de sua conservação, e reagiu contra todo esse movimento pela dissolução da constituinte.<sup>103</sup>*

Sales Torres Homem aborda essa questão por outro viés. A prerrogativa “popular” teria sido usurpada da nação através de um ato “despótico” do imperador, que em detrimento da mesma, resolveu utilizar de sua soberania real. Mais uma vez em sua análise fica latente os conflitos entre o indivíduo ( o Imperador ) e o coletivo ( a Nação).

Com força dramática nação e imperador aparecem como personagens de uma tragédia onde o criador foi devorado pela criatura. Esse tipo de metáfora dá-nos uma dimensão das intenções do autor. Era claro que desejava demonstrar que a coletividade cria o indivíduo - e sobre ele deveria ter o controle - e não o contrário. Os tempos eram outros e, apesar de *soberania real e direito divino* terem ficado no passado, ainda eram uma ameaça:

*Porque tão azinha empalideceu a êstrela, que há pouco cintilava em céu puro, inspirando as mais doces e animadoras esperanças? O que aconteceu, para que*

<sup>103</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit. p.167.

*assim de disparasse o povo brasileiro ainda mais no meio das festas da liberdade, e se trocassem em murmúrios de pezar e consternação? Eu vou dizer-lo. Houve usurpação da soberania popular por aquilo que a côrte designa com diversos nomes - soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário -. A nova realeza saída da lavra da nação, ostentava-se superior a ela, ataca-a, e absorve em si.*

*É o caso da balada inglesa: o químico concebe o singular projeto de compôr uma criatura; já os ingredientes reagem e combinam-se no laboratório; forma-se um membro; depois outro; depois outro; enfim um ente vivo palpita e respira. Porém, oh Deus, é um monstro disforme, que lança-se sôbre o químico arrependido, o dilacera e devora.<sup>104</sup>*

A questão da dissolução da Assembléia suscitou nos dois autores um brilhante exame da atuação de D. Pedro I e de suas posições políticas frente às adversidades iniciais do Primeiro Reinado. Justiniano José da Rocha considerou “ditatorial” a dissolução da Assembléia, porém uma atitude necessária, que não mediu suas conseqüências e acabou desencadeando “reações” como, por exemplo, o espírito revolucionário adormecido desde nossa emancipação política retornou através da Confederação do Equador. Mas o elemento da autoridade não esmoreceu e se aproveitou da situação para organizar o aparato militar brasileiro que serviria à compressão do movimento.

No entanto, era preciso deixar claro, D. Pedro I jamais sequer vislumbrou a possibilidade de Absolutismo, pois sufocado o movimento em Pernambuco tratou de organizar um Conselho de Estado e formular uma Constituição. E ainda ressaltou que a inspiração da primeira Constituição do Brasil foram os mais respeitados publicistas da Escola

---

<sup>104</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit. pp.63-64.

Liberal. Portanto, o Brasil havia ganho - mesmo que outorgada - a mais Liberal da Constituições:

*Leia-se essa nossa constituição, pois oferecido pelo conselho de Estado obteve todas as adesões, e em geral sem restrições nem reservas; leia-se essa nossa constituição, e desculpando algumas minuciosidade regulamentares que nela foram escritas, diga-se qual o grande princípio que nela não se ache consagrado, qual instituição protetora que nela não esteja indicada, qual o direito do homem e do cidadão que nela não apreça proclamado e garantido?*<sup>105</sup>

A rigor, Justiniano José da Rocha também ressaltou , além do caráter liberalíssimo da Constituição de 1824, algo que lhe era singular e que fazia-se necessário enfatizar: a Carta Constitucional era extremamente flexível às mudanças e esse fato garantia-lhe a perenidade e a distinguiu das demais constituições contemporâneas:

*Ainda mais uma perfeição nessa obra admirável da sabedoria constituinte: todas as constituições de que há exemplo são feitas para eternidade, e por isso são efêmeras, nelas nada se institui quanto meios de altera-las para acolher essa lição, essa lei perdem-se, ou só podem triunfar por meio de revoluções: a constituição brasileira deixou uma porta aberta ao progresso; admitiu que podia ser modificada, determinou as cautelas de circumspecta lentidão com que deviam ser-lhe feitas as alterações julgadas necessárias; não quis ser eterna, e por isso subsiste há trinta anos, e tem todas as condições necessárias para eternizar-se, adaptando-se a todo o progresso que a nação possa fazer.*<sup>106</sup>

<sup>105</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit. p.168.

<sup>106</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit. p.169.

Distinguida nossa peculiaridade constitucional, Justiniano José da Rocha passou analisar sua aplicabilidade através da apresentação do governo de D. Pedro I. De acordo com o autor, imediatamente, o Imperador começou a articular o processo eleitoral no país - sem a mínima interferência da Coroa. Assim, democraticamente, instalaram-se as duas Câmaras, que quanto a sua composição comportavam duas categorias de homens : os desejam manter o princípio da autoridade - e não sabiam encaminha-lo - e os que amavam a liberdade, porém não tinham meios de cercear a autoridade. Nesse sentido, enfatizou a idéia de inexperiência política.

Existia um outro aspecto que somava-se a essa peculiar organização: o antagonismo entre brasileiros e portugueses, problema que, de acordo com Justiniano José da Rocha, era mais de ordem social que de política, porém, essa questão interferiu profundamente nos acontecimentos do Primeiro Reinado. Esse antagonismo acabou determinando a posição que brasileiros e portugueses assumiram na luta política. Era um procedimento de grande astúcia, por parte de Justiniano José da Rocha: deslocar a luta política para o campo do ódio e dos ciúmes entre as nacionalidades:

*O príncipe que ocupava o trono era nascido em Portugal; dos seus criados quase todos, dos ministros quase todos estavam no mesmo caso. Daí os ciúmes de nacionalidades, fomentados por levandades e arrogâncias; daí um antagonismo odiento permanentemente azedando os elementos políticos do govêrno representativo.*

*Nesse sentido, o caráter das primeiras lutas do Brasil pode antes ser considerado social do que político; o espírito democrático não aparecia em primeira linha, em primeira linha apareciam os ciúmes nacionais: em breve foi o timbre, foi como condição necessária, imposta até os respetos humanos, pelo temos do ridículo e*

*a humilhação a todo o nascido no Brasil, ser adversário do govêrno, ser liberal, e vice-versa aos nascidos em Portugal, como garantia de suas posições, de influência, foi a condição necessária apoiar o govêrno, querer desenvolver e fortificar a sua ação.*<sup>107</sup>

Essa indisposição entre as nacionalidades exacerbou-se com a Guerra Cisplatina e a formação de um exército mercenário, eventos que vieram se juntar ao fato do Imperador e seu staff administrativo serem de origem portuguesa. Somando-se a essas situações, a morte de D. João VI colocou D. Pedro I diante do trono português e o envolveu na disputa sucessória de Portugal, acabando por acirrar ainda mais os ânimos da política brasileira, e servindo à oposição liberal que soube capitular a crise em proveito próprio, explorando ao máximo o antagonismo luso-brasileiro. Justiniano José da Rocha avalia essa questão como mais uma prova de sua tese a respeito da falta de conhecimentos práticos e inexperiência política:

*O mal da época não provinha de falta de patriotismo, ou de inspirações interesseiras; pelo contrário; todos queriam o bem, todos almejavam a ventura da pátria, o mal provinha das duas fontes que indicamos, a falta de conhecimentos práticos, e inexperiência política. Uma singularidade : a oposição não buscava a conquista de pasta; estava convencida que seu fim era abnegar-se, renunciar à direção do govêrno, lutar permanentemente não tendo por fim do combate, por vitória, senão a ruína do poder. Quando alguma vez a corôa chamava ao gabinete algum dos mais proeminentes membros da oposição, via -se este desde logo incurso na desconfiança seu partido, e como em frente das exigências práticas do govêrno não podia manter-se oposicionista, a desconfiança dos seus como justificada; nada fazia. Chegou isso a ponto de não consentirem os amigos*

<sup>107</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit. p.171.

*de um mais ilustres parlamentares daquele tempo que conservasse êle a liberdade de deliberação, quanto constou que D. Pedro I queria entregar-lhe as rédeas da governança.*

*Êsse estado de coisas não podia senão levar a uma revolução: era sua meta necessária, inevitável: a revolução apareceu.<sup>108</sup>*

Estrategicamente, Justiniano José da Rocha atribuiu a responsabilidade da crise derradeira do Primeiro Reinado à oposição liberal que conduziu o país a uma ruptura que prenunciaria a radicalização do princípio da liberdade - considerada nos parâmetros da ciência política -. Dessa forma, apareceu a “revolução do 7 de Abril”, compreendida como um movimento em sincronia com sua contemporaneidade, e resultado das influências das jornadas de julho de 1830 na França, que haviam derrubado Carlos X. No entanto, a D. Pedro I coube um outro papel histórico : uma honrosa e lúcida saída que evitou a radicalização princípio da autoridade, não comprimiu o movimento e, mais ainda, abdicou do trono:

*A revolução apareceu, e triunfou na noite de 6 para 7 de abril de 1831, na capital do império, cumpre dizê-lo proclamá-lo, invocando as reminiscências dos coevos, que tudo no país para ela estava tão disposto que seu triunfo era infalível. Se na côrte houvesse o príncipe achado regimentos fiéis, e com êles comprimido a revolta, a explosão aparecia infalivelmente em outro e em outros pontos. Bem inspirado foi pois o príncipe retirando-se, tão bem inspirado como havia sido em 9 de janeiro ficando; assumir a ditadura, e tentar por meio dela uma luta de compressão era impossível; com que elementos os faria? Aniquilar-se-ia, e consigo levaria ao precipício a dinastia, e monarquia brasileira.<sup>109</sup>*

<sup>108</sup> Rocha , Justiniano José da op.cit. pp.174-175.

<sup>109</sup> Rocha, Justiniano José da op. cit. pp.175-176.

Já para o autor de “O Libelo do Povo” a questão fundamental era aproximar os eventos políticos de 1822 e 1831 aos eventos de 1849 atribuindo-lhes um mesmo significado histórico. Tratava-se da resistência dos arroubos autoritários do poder que colocaram em perigo os destinos do país. Nos dois casos, a guerra civil apareceu como resistência ao antagonismo entre o trono ( prerrogativas monárquicas ) e a liberdade, entre o “espírito nacional” e o “recolonizador”. Assim sua “História” centrava-se na narrativa da resistência em Pernambuco para relaciona-la à resistência ao autoritarismo no Movimento de 1817, na Confederação do Equador e no Movimento Praieiro. São momentos de uma mesma tragédia.

Dessa forma, as atitudes de D. Pedro I em relação à Confederação do Equador jamais poderiam ser pensadas como o esforço de um Imperador pela manutenção da ordem social. De acordo com Sales Torres Homem, D. Pedro I era o único que ameaçava a integridade nacional e suas iniciativas em debelar a Confederação demonstravam o desejo de governar o país em detrimento do próprio país. Por isso, lembrou as prisões, as condenações e as execuções, uma outra forma de denúncia dos acontecimentos de 1849:

*Para sopear a revolta, que efetivamente rebenta ao norte do Império, o sangue dos brasileiros, a quem a luta da independência preservara, é vertido em torrentes pelas paternais baionetas do imperador, não em nome do legítimo princípio da segurança social, que ninguém senão ele mesmo ameaçara, mas em simples oblação ao orgulho e à sanha da ambição do príncipe, que tendo usurpado os direitos do país, propunha-se governar sem ele e a despeito dêle.*

*Sob as vilas de Pernambuco, essa Termópilas veneráveis da liberdade, do heroísmo, e do martírio, jorra então como hoje a chuva de sangue e de*

*exterminio, que em 1817 as assolara, e que agora mais aperta, agourento até o horror das lembranças do regimen colonial..*<sup>110</sup>

Francisco Sales Torres Homem trata o processo de abdicação de D. Pedro I como uma tentativa de usurpação da soberania popular conquistada ( também ameaçada em 1849 ) no momento de nossa emancipação política. E, ao invés de valorizar a atuação de D. Pedro I, o autor faz um ataque violento à Dinastia de Bragança, como já foi mencionado, tentado desqualificar tanto a instituição monárquica como as figuras de D. Pedro I e D. Pedro II. Para ele, D. Pedro I foi único e o grande responsável por todas suas derrotas políticas durante o Primeiro Reinado, afinal como um rei com pretensões absolutistas concentrou o máximo de poderes em torno de si:

*Preocupado de sua pessoa, de seus direitos ,de suas paixões e prazeres, nenhuma relação estabeleceu entre a felicidade de seus súditos e a sua; e isolou-se no meio da nação mais dócil e agradecida. Como Luiz XIV, fez de seu eu o Estado, sem imitar contudo o grande rei em outras coisas, mais do que no despotismo, fausto, os favoritos e as concubinas...*

*...De tudo isto nem sequer o fumo remanesca em 7 de Abril; D. Pedro I estendo os braços em roda de si, não encontrou senão a solidão, o vácuo, as trevas, e a desesperação!*<sup>111</sup>

Inversamente coube a Justiniano José da Rocha demonstrar o processo de abdicação como uma obra de cálculo político de nosso primeiro Imperador, primeiramente porque era preciso salvaguardar a imagem de D. Pedro I - principalmente da instituição

<sup>110</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit. p. 66.

<sup>111</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit.pp.74-75.

monárquica - e justificar sua abdicação de forma que esta aparecesse, em sua análise, como um ato premeditado do Imperador que surpreendeu seus adversários:

*A inspiração de D. Pedro I, que o levava a abdicar do trono, como que havia tomado de surpresa os insurgentes que não tinham previsto, que não estavam preparados para essa eventualidade, e que, pasmos da fácil vitória que lhes entregava o poder, não sabiam que destino dar-lhe.*<sup>112</sup>

A questão da vivências das práticas democráticas durante o Período Regência (1831 a 1836) foi o tema trabalhado com mais ênfase pelos dois autores, pois tanto em 1849 quanto em 1855, momento da criação dos panfletos, a idéia de democracia e seu encaminhamento político estava na "ordem do dia", assim como estivera durante a Regência. Na verdade, o debate em torno da democracia, e sua eficiência do ponto de vista do exercício da política, é o eixo central dos textos de Rocha e Timandro sobre o Período da Regência. Nele ambos encontraram elementos exemplares para avaliações opostas sobre a vivência democrática.

Francisco Sales Torres Homem aborda a obra democrática contrapondo as práticas imperiais do Segundo Reinado com a dos governos regenciais. Sua argumentação procura demonstrar que a política da Corte - a partir de 1837 - preocupava-se apenas com a distribuição de favores, privilégios e bajulações, e que tais procedimentos haviam sido suprimidos no Período Regência, uma vez que a austeridade passou a orientar os atos do poder:

---

<sup>112</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit.p.178.

*...Se os regentes eram convidados a banquetes, portavam-se como convivas agradecidos; e depois retribuía a obsequiosidade de seus amáveis hóspedes com outros banquetes, ou com serviços de caráter pessoal. Mas nunca os pagavam com os dons do Estado, de modo que aquele, que empregara sua erudição e virtudes em preparar lauta mesa para regalar os chefes do governo, nem por isso ficava sendo, como agora, barão, marquês ou grão-cruz, como se os serviços gastronômicos fossem de menos valia e merecimento que os prestados à nação. Que injustiça!<sup>113</sup>*

A partir dessa diferença, define a seguinte imagem da Regência: a mudança do cerimonial, a simplicidade, a recusa de títulos, a relação de igualdade entre governante e governado. E enfatiza o principal aspecto de sua singularidade: o equilíbrio e a reciprocidade entre o executivo e o legislativo na administração dos negócios públicos:

*Nos discursos, com que se dirigiam [os regentes] ao corpo legislativo, enunciavam protestos de sua fidelidade e lealdade para com o país, e não diziam pelo contrário: `Eu aprecio os sentimentos de fidelidade e lealdade, que o país me há mostrado. Eles davam ao sistema representativo um singular interpretação; entendiam que sendo todos os poderes políticos delegações da nação, como o ensina a teoria da constituições, os depositários do poder delegado, seja qual for a sua hierarquia, nada mais eram relativamente a ela do que seus funcionários e representantes temporários ou perpétuos; e que conseguintemente ao monarca, ou à regência em seu nome, é a quem competia render preito e homenagem à*

<sup>113</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit.pp.76-77.

*nação, que é tudo, e não a nação a eles, seus subordinados, e criaturas suas. Que lógica estranha ! Não é assim?*<sup>114</sup>

Enquanto se ateu a estas características, o autor, não encontrou problemas na elaboração da imagem democrática abonadora, do Período Regencial. Porém como explicou os movimentos de rebeldia ocorridos durante este período?

Relacionou-os à herança política do Primeiro Reinado, ressaltando que da emancipação política até os seus dias - 1849 - o Brasil vivia um processo político, que podia ser entendido como "fases novas de uma mesma crise", que se amenizou por alguns instantes durante a tentativa de implantação de um governo liberal através da Regência.

É preciso considerar, também, que um dos objetivos de seu panfleto foi o de encontrar justificativas para os "fracassos" da atuação liberal - sobretudo para as rebeldias - durante todo esse processo político. Por isso preocupa-se em demonstrar que existiram bons liberais e maus liberais ,e o grande problema que vivia em sua atualidade(1849) era o fato do "poder" dar-lhes o mesmo tratamento:

*Nas revoltas subseqüentes à abdicação, o que aparecia era o desencadeamento das paixões, dos instintos grosseiros da escória da população; era a luta da barbaridade contra os princípios regulares, as conveniências e necessidades da civilização. Em 1842 pelo contrário o que se via à frente do movimento braços como soldado mercenário, era a flor da sociedade brasileira, tudo que as províncias contavam de mais honroso e eminente em ilustração e moralidade e riqueza; espetáculo, que se renova hoje em Pernambuco, com o mesmo séquito de atrocidades e infâmias.*<sup>115</sup>

<sup>114</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit.p.78.

<sup>115</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit.p.82.

Ressalta o contraste na forma de tratamento que a Regência e os Reinados conferiam à oposição para condenar truculência dos conservadores:

*O resultado destas duas políticas são dessemelhantes como os sentimentos, que as animam. Uma popular e generosa, considera a desordem, que não pôde conjurar um acidente funesto e lamentável; e logo que a desarma, apressa-se a apagar-lhe os derradeiros vestígios, promovendo pela moderação de seu proceder o arrefecimento das paixões, e a conciliação dos ânimos. A outra, aristocrática primeiro que tudo, rival implacável da liberdade, saúda com satânica alegria os sintomas precursores de revoltas, instiga-as acelera-lhe a marcha, porque vê nisso feliz oportunidade de conquistar e exterminar sua inimiga; e uma vez alcançando esse objeto de seu anelo, solta todas as fúrias da reação e vingança, que vão repartir a população de nossas províncias em vítimas e algozes, e eternizar o ressentimento dos partidos. Não é isto o que agora mesmo está produzindo em Pernambuco essa política selvagem e abominável que especula sobre discórdias civis, e bate a moeda de sua ambição sobre a carnificina do Brasileiros?*<sup>116</sup>

Reitera este contraste ao demonstrar a eficácia do governo democrático da Regência na questão da administração das finanças comparando-o à administração do país durante o Primeiro Reinado e o Segundo Reinado. Prova através de cálculos e balancetes a parcimônia com que a política econômica liberal utilizou os recursos públicos:

---

<sup>116</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit.p.83.

*Em referência às finanças do estado a administração da revolução não foi menos patriótica e admirável do que fôra enquanto à repressão da desordem. Ela as encontrou em delgado fio sobre o golfão da bancarrota, que tantos desvarios e dissipações do precedente regimen havia aberto.*<sup>117</sup>

Resta indicar como Francisco Sales Torres Homem, após construir essa apologia ao governo liberal da Regência, explica o seu final. E nesse sentido o autor de "O Libelo do Povo", diferentemente de Justiniano José da Rocha que trabalha com a idéia de lei imutável da ação e reação, recorre a idéia de "destino" expresso no "ressentimento pessoal" de "trânsfugas do campo liberal". Somente esse poderia dar um sentido aos fatos que se sucederam após 1837:

*Assim procedia a política de 7 de Abril; mas não tardava o momento, em que, por uma rotação caprichosa do destino, tinham de regressar ao governo do país as idéias e as práticas do regimen proscrito, e que ali levaria um grupo de sofistas, a quem o orgulho e o ressentimento pessoal contra o chefe de estado tornara trânsfugas do campo liberal.*<sup>118</sup>

Dessa forma, se para Francisco Sales Torres Homem o Período Regência foi utilizado como contraponto às práticas políticas despóticas do Primeiro e também do Segundo Reinado, para Justiniano José da Rocha, revidando a Timandro, a Regência serviu de elemento para a desqualificação da atuação liberal justamente pelo fato de representar o momento de triunfo democrático, sinônimo de "anarquia" conceito que assume sentidos diversos ao longo do texto. No 7 de Abril a anarquia representa a "vacância do poder".

<sup>117</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit.p.85.

<sup>118</sup> Homem, Francisco Sales Torres op.cit.p.87.

Assim, se para Rocha, no início da Regência, a perplexidade imperou junto aos setores que se embatiam politicamente com D. Pedro I - daí a *anarquia* - para Torres Homem o 7 de Abril representou o restabelecimento da "ordem" usurpada pelo Imperador durante o Primeiro Reinado.

Em seguida a argumentação de Justiniano José da Rocha procurou demonstra os usos e abusos da prática democrática, "um exemplo a não ser seguido" pelos os homens que em 1855 conduziam os destinos políticos do país. Para ele ,o conceito de democracia pressupõe a supremacia da Câmara dos deputados sobre as outras instâncias de poder no Brasil de 1831 a 1836. Neste momento a "anarquia" se transfigura em "despotismo":

*"Estava senhora do governo a democracia; a câmara dos deputados formava como seu conselho diretor: regência, ministério, tudo era ela; o senado, conhecendo a sua impotência sobre a opinião popular, única força naqueles dias, resignava-se à posição secundária que as circunstâncias lhe haviam dado; vivia obscuro para salvar a sua vida ameaçada."*<sup>119</sup>

O exercício da democracia chegava a pressupor "uma ditadura" pois, além do Parlamento, o princípio democrático havia "contagiado" outros segmentos da sociedade brasileira, como a imprensa e as associações políticas que se manifestavam no período. Tais manifestações são abordadas de forma negativa pelo autor, mais uma vez como uma maneira de reforçar a idéia de "anarquia", aqui ainda entendida como despotismo:

*Fora do Parlamento, a opinião inflamava-se em todos os devaneios de uma imprensa em que o talento político, e até a habilidade do escritor, eram*

<sup>119</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit.p.179.(grifos meus).

*substituídos pela fúria da paixão, pela violência do estilo, e pelas ameaças de subversão...O governo democrático compreende, como todos os governos, que é sua rigorosa obrigação defender a ordem pública, dar paz e segurança aos cidadãos; tendo porém de combater os excessos provenientes da aplicação dos mesmos princípios sobre que assenta, recorre mais à violência da ação, aos meios excepcionais, do que à prudência política, que nega ou cerceia o princípio, para não ter de reprimir a consequência.*<sup>120</sup>

Mas essa diversidade de sentidos imbricada no conceito de anarquia se enriqueceria novamente no momento em que a narrativa atinge os anos de 1835 transforma-se de ausência de poder e despotismo ,em dissolução do próprio poder originada nas reformas legislativas da Câmara :- Ato Adicional e Reforma do Código do Processo Penal .Foi essa representação da democracia /anarquia que despertou, naturalmente, na sociedade o princípio da reação como legítima desfez. Justificava-se assim, politicamente a reação conservadora a partir dos próprios argumentos liberais. Rocha fazia o argumento liberal voltar-se contra os próprios liberais:

*Na dissolução do poder, na extinção de seus meios legítimos de ação, na disseminação de princípios subversivos, na inflamação das paixões tumultuárias, era impossível que a obra da organização democrática se operasse sem que os distúrbios se multiplicassem, e o sangue brasileiro se desse lamentável testemunho de que a sociedade não pode caminhar sem autoridade que proteja a ordem. Era impossível que a fraqueza do governo, compensada pelos seus excessos, não adiantasse consideravelmente a educação política do Brasileiro,*

---

<sup>120</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit.pp.180-181.

*não infundisse em alguns corações patrióticos, a par dos desgostos da atualidade, uma como saudade do passado, um pesar de o haver comprometido.*<sup>121</sup>

Seriam apenas os liberais interlocutores de Justiniano José da Rocha?

Possivelmente não, uma vez que seu texto, não deixa de tecer críticas à reação:

*Tal foi a obra reação monárquica, tão completa como havia sido a ação democrática; uma partira do medo e da suspeita do poder e o aniquilara; a outra do medo da turbulência e do horror ao tumulto e à anarquia, aniquilara a liberdade.*<sup>122</sup>

Na justificativa do projeto de *transação* a narrativa do Período da Reação apresenta basicamente as mesmas características do Período da Ação, ou seja, o triunfo monárquico poderia suscitar os mesmos "perigos" de instabilidade política vivências durante o triunfo da Ação, pois recrudescimento da política do elemento monárquico poderia provocar novamente a ação do elemento democrático. Dessa forma a atuação política de liberais e conservadores, nesses dois períodos se aproximam.

*Se vai por adiante, irá necessariamente despertar novas lutas. Embora despido de toda a influência oficial, deserdado do seu quinhão constitucional, o espírito democrático não está morto, nem pode morrer no Brasil. Continuando a reação i-lo-á necessariamente provocar...e provocando, há de ele vencer, pois terá por si esse grande apoio do senso nacional, que anulou os caramurus em 1833, e lhe deu triunfo em 1836.*

<sup>121</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit.p.189.

<sup>122</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit.p.211.

*Há de vencer, pois o Brasileiro quer indispensavelmente a liberdade como condição da ordem e a ordem como condição da liberdade: e nossos pais bem o compreenderam, e por isso no grande pacto fundamental que liga os Brasileiros, estabeleceram o consórcio, o justo equilíbrio dos elementos monárquicos e democráticos, cada um com os direitos e os encargos que lhe são próprios.*<sup>123</sup>

O contraponto com os conservadores é testemunhado mais uma vez pelo rompimento em 1855 de Paraná com o escritor do opúsculo e correligionário de véspera, conforme a referência de Maria de Lourdes Jannotti:

*De início havia (Justiniano José da Rocha) sido contra a conciliação preconizada pelos liberais, mas aderiu ao projeto do visconde de Paraná, para no mesmo ano em que saiu publicado **Ação; Reação ;Transação** romper com o ministério. Esse rompimento em maio de 1855 fundamentava-se em sua discordância em relação à política platina(pois o gabinete agira sem consultar a Câmara), à soma de poderes que Carneiro Leão enfeixara em suas mãos e à violência policial. Não era mais um conciliado. Não foi mais reeleito.*

*Freqüentemente o panfleto tem sido visto como uma peça de apoio incondicional à política do gabinete. Sabe-se que a idéia de conciliação nunca foi muito cara a Justiniano e ao grupo partidário que representava.*<sup>124</sup>

Por isso, ao apresentar a época da *transação* a qual denomina - Último Período: 1852 a 1856. *Transação* - ,o autor sugere que se trata de um projeto a ser construído:

<sup>123</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit.p.215.

<sup>124</sup> Janotti, M. de Lourdes op.cit.p.14.

*"...E essa extinção das paixões, esse esquecimento de ódios, o que são senão sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra da transação?"<sup>125</sup>*

Todos estes encaminhamentos levantaram a hipótese que ao escrever o opúsculo, Rocha estivesse mais preocupado com seu partido do que com a oposição liberal, praticamente inexistente no Parlamento desde de 1849. Quais seriam, então, as intenções mais profundas do panfleto? Poderia estar acontecendo mais de uma proposta de "Conciliação"?

É o que vamos investigar no próximo capítulo a partir de uma análise dos debates Parlamentares ocorridos entre 1848 e 1855.

---

<sup>125</sup> Rocha, Justiniano José da op.cit.p.216.

## CAPÍTULO 3

### CONCILIAÇÕES INCONCILIÁVEIS.

#### 3.1 - Introdução.

De acordo com Maria de Lourdes Janotti, em sua reflexão sobre as etapas de análise de um documento histórico feita a partir do opúsculo de Justiniano José da Rocha, desvendar a conjuntura histórica em que esse documento foi produzido torna-se imprescindível para completar a sua interpretação.

*Na conjuntura histórica em que se produziu o documento. Esta se constitui no ponto referencial mais amplo para a interpretação.*

*Ao chegar esse momento da análise a recorrência a bibliografia torna-se imprescindível. A conjuntura histórica dos anos 50 deve ser esmiuçada sob todos os aspectos possíveis, com o risco de que se não for realizada, perde-se o verdadeiro sentido do documento.<sup>126</sup>*

Um dos aspectos mais relevantes da conjuntura política dos anos 50 foi, sem dúvida alguma, o debate em torno da chamada política de “Conciliação”. Essa proposição já havia feito parte das discussões parlamentares desde o final do Movimento Liberal em Minas e São Paulo, quando da discussão da anistia para os rebeldes tornando-se o projeto do gabinete que assumiu o poder em 1844.

---

<sup>126</sup> - Janotti, Maria de Lourdes op. cit. p.13.

Seu lema era “ poupar os submissos e debelar os soberbos”<sup>127</sup>, no entanto, essa expressão assumiu um significado mais pragmático no final da década de 1840, principalmente após a derrota do Movimento Praieiro em Pernambuco, porém naquele momento a condução dessa política foi retomada por gabinetes conservadores. Ou seja, a expressão “ Conciliação” circulou entre os partidos e nomeou projetos políticos diferenciados.

Levando-se em consideração essa trajetória da “ Conciliação”, o historiador se indaga : a simples recorrência à bibliografia seria um procedimento suficiente para dar conta da complexidade do tema? Acompanhem alguns autores que trabalharam com o tema.

Na maioria das vezes, o período da “ Conciliação” aparece na historiografia como o momento final dos conflitos entre Liberais e Conservadores fato que garantiu a paz e a estabilidade política para o Segundo Reinado. Por exemplo, o trabalho de Francisco Iglésias Vida Política, 1848-1868, tendo como objeto de sua análise o estudo e a composição dos grupos políticos, que entre o final da Praieira em Pernambuco e a queda do Gabinete Zacarias, dominaram o núcleo da gerência do Estado Brasileiro:

*...Depois, de 1840 a 1850, assiste-se ao preparo da mais longa fase da história política brasileira, que é o Segundo Reinado, com o fim nesse instante, das lutas da década antecedente, a votação das leis garantidoras da ordem e o amadurecimento do Imperador.*<sup>128</sup>

<sup>127</sup> - Ver os trabalhos de Marson, Izabel op. cit. p.189.

Castro, Paulo de “Política e Administração de 1840 a 1848” in: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, 2o volume, Difusão Européia do Livro, 1972, p.522.

<sup>128</sup> Iglésias, Francisco “ Vida Política 1848 - 1868” in: História Geral da Civilização Brasileira , Tomo 2 , 3o volume, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1967. p.9.

Apesar de mencionar o “fim das lutas” Iglésias não deixa de demonstrar que existiram divergências políticas significativas que impediram a construção de verdadeiros partidos políticos tanto no núcleo Liberal quanto no núcleo Conservador.

Nesse sentido, também é importante retomar o trabalho de Ilmar R. Mattos O Tempo Saquarema, destacando temas políticos importantes como as diferenças internas à classe dirigente no Império o texto aborda a “ Conciliação” como um marco da estabilidade política na História do Segundo Reinado:

*Com efeito, os anos cinquenta não se teriam se distinguido apenas pela estabilidade política, simbolizada pela “ Conciliação”, assinala-nos a extinção do tráfico negreiro internacional, as bem sucedidas investidas militares na área platina...*

*Recuperando hoje, esse privilegiamento possibilita que, de um lado, recortemos as diferenças entre Luzias e Saquaremas e também no interior dos próprios Saquaremas, além de, por outro lado, e pela consideração de uma direção, hierarquizar estes diversos segmentos: Saquaremas, conservadores de todo o Império e Luzias.”<sup>129</sup>*

Tanto o trabalho de Ilmar R. Mattos quanto o de Francisco Iglésias, por elaborarem reflexões preocupadas com as divergências internas dos Partidos Políticos no Império, indicam que na luta política entre os anos de 1848 a 1855 é possível pensar em múltiplos discursos em torno do tema “ Conciliação”. De certa forma, essa multiplicidade de discursos podem ajudar na compreensão das trajetórias políticas dos dois panfletários - Francisco Sales Tôres Homem e Justinano José da Rocha.

<sup>129</sup> Mattos, Ilmar R. op.cit. pp.108-109.

O primeiro um liberal “radical” que se tornou um dedicado conservador no início da década de 1850 e inscreveu-se como um dos defensores da política do Gabinete Paraná, o segundo que fazia parte do grupo de conservadores recalcitantes e, apesar do panfleto “ Ação; Reação; Transação”, nunca aderiu totalmente a tendência conciliatória. As análises de Iglésias e Mattos reforçam o quanto ainda é necessária uma narrativa das inúmeras dimensões dos embates em torno da política de “ Conciliação”.

### 3.2 - Propostas de Conciliação na década de 1840.

O programa do ministério resumia-se numa palavra - Conciliação. Pela primeira vez depois de tantas perseguições um governo fazia solenemente o seu compromisso ministerial.

Paraná explicava que os ministros não abandonavam por isso os seus princípios nem pretendiam criar um partido novo, que apenas iam imprimir na sua política `aquele caráter de moderação que é consentâneo com as opiniões conservadoras.`

A formação do ministério era homogênea, Limpo de Abreu, depois Visconde de Abaeté, Pedreira e Paranhos tinham sido liberais, mas antes de entrarem para o gabinete haviam mudado de alianças - não se deve dizer de crenças, porque entre os dois partidos não havia diferença sensível : o dito de Holanda Cavalcanti : ` não existe nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia no poder, ` era uma verdade sentida por todos.”

Joaquim Nabuco - Um Estadista do Império - p.171.TomoI.

Entre os anos de 1848 a 1855, momento político no qual se originaram os dois panfletos analisados no segundo capítulo, a luta política no Brasil perpassou dois eventos importantes: o Movimento Praieiro em Pernambuco e a ascensão ao poder do chamado gabinete da Conciliação organizado pelo Visconde, depois Marquês de Paraná.

São dois momentos opostos que, ao mesmo tempo, se completam: o primeiro valeu-se de armas como último recurso e instrumento da garantia de direitos políticos; o segundo recorreu à “negociação”, na tentativa de evitar a reedição da luta armada no jogo político do Império Brasileiro.

Desde o início do Segundo Reinado ocorreram inúmeras disputas político-partidárias entre Liberais e Conservadores, entre as quais políticas “conciliatórias” apareceram, mais de uma vez, como condição fundamental para o estabelecimento de tréguas entre os dois partidos. O fato é que ambos os partidos não se constituíam em dois blocos homogêneos. Havia inúmeras divergências internas que, em algumas situações, conduziram com mais ênfase as disputas políticas do que as questões ideológicas externas. Um exemplo dessa situação pode ser percebido no fato dos liberais do sul não terem apoiado os do nordeste em 1848 e, vice-versa <sup>130</sup>, em 1842 os liberais de Minas e São Paulo não tinham o apoio dos liberais do nordeste. Dessa forma a expressão Conciliação circulou entre os dois partidos e internamente a eles, nomeando projetos políticos diferenciados e aparecendo com inúmeros significados durante o período estudado nesse trabalho.

A primeira experiência de “Conciliação” aconteceu após debelação da Rebelião de Minas e São Paulo. Em 1844 assumiu o gabinete 2 de Fevereiro, o quarto do Segundo Reinado tendo como ministro do Império José Carlos de Almeida Tôrres - Visconde de Macaé -, e composto eminentemente por liberais inaugurando o chamado “Quinquênio Liberal”. Os liberais do sul, cujas lideranças recém libertadas não haviam podido comparecer ao parlamento, quando da organização do gabinete, não tiveram representação na Câmara, e a organização do partido liberal nesse contexto, aconteceu através da formação da representação por bancadas. Assim, na sessão de 17 de maio de 1844, diante das solicitações da Câmara, Jerônimo Francisco Coelho, ministro interino da marinha, manifestava os princípios da política do gabinete. Naquela data, ainda não tinha exatamente definido o conceito de “Conciliação”. No seu entender, naquele momento, um ato se ressaltava como testemunho deste conceito - anistia dos rebeldes de 1842 :

---

<sup>130</sup> Ver Iglesias, Francisco “ Vida Política 1848 - 1868” in: História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico, Tomo II, 3o volume, Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1967. p.10.

*A Câmara tem manifestado o desejo, não digo de conhecer a política do Gabinete, porque suponho que a Câmara conhece perfeitamente qual é a política do Gabinete, mas a Câmara tem manifestado a ansiedade de ouvir da boca do próprio Ministro o seu credo político. Eu pois procurarei satisfazer a essa ansiedade pelo modo que me fôr possível.*

*Em outro tempo, em que era simples Deputado, nunca dei muita ponderação a programas políticos; sempre entendi que o programa de um Ministro da Coroa que tinha pela primeira vez de comparecer à Câmara não passava de mera formalidade, tudo se reduzia à enunciação de certos princípios e a um certo número de promessas sobre as quais se fundavam discussões mais ou menos calorosas aos diferentes lados da Casa, mas que quase sempre nunca produziam um resultado positivo.*

*Hoje, porém, que estou na posição de Ministro da Coroa, vejo-me obrigado a satisfazer a essa exigência; e confesso que, se em circunstâncias ordinárias os programas apenas podiam ser considerados como mera formalidade, hoje, mudadas as circunstâncias, talvez não o sejam; julgando mesmo que na atualidade a exposição da política ministerial é uma rigorosa necessidade.*

*Sr. Presidente, antes de tudo cumpre saber o que se deve entender pela política do Governo? A política por si só é tão vaga, tão abstrata que não assinala uma idéia positiva. Eu, não sabendo, não compreendendo o positivo da exigência, tratarei de definir a meu modo o que entendo por política, e procurarei então, em vista dessa definição, satisfazer como fôr possível essa exigência da Câmara.*

*Eu entendo por política de um Governo o complexo dos princípios políticos e governamentais pelos quais esse Governo julga conveniente dirigir a*

*administração pública em proveito do País, e no mesmo tempo o modo e oportunidade de aplicar esses princípios aos fatos ocorrentes. Reduz-se, pois, toda a política à aplicação desses princípios aos fatos.*

*O Ministério, Senhores, é de recente data e apenas conta três meses de existência; o fato mais proeminente e característico do Gabinete atual é a anistia, que foi concedida aos comprometidos nos crimes políticos que tiveram lugar nas províncias de Minas e São Paulo, etc...etc... ”<sup>131</sup>*

Foi João Maurício Wanderley uma das primeiras vozes a enunciar a idéia de Conciliação. Segundo o trabalho de Paulo de Castro, Política e Administração de 1840 a 1848<sup>132</sup>, o deputado pela província da Bahia anunciava essa proposição em nome da anistia aos envolvidos no movimento de 1842 em Minas e São Paulo. Em sua leitura o signo da conciliação surge como o apaziguamento do conflito:

*... os nosso negócios andam infelizmente em continuada ação e reação: quando predomina o sentimento democrático os nossos políticos levam-no até baterem nas portas da anarquia; quando predomina mais o sentimento monárquico, o de fortalecer o poder, vão, vão pelo arbitrário, até bem perto do absolutismo.<sup>133</sup>*

De 1844 a 1848 sucederam-se 6 gabinetes e a composição da Câmara organizou-se durante esse período, através da formação da representação por províncias. Pelos liberais,

<sup>131</sup> - Javari, Barão Organização e Programas Ministeriais - Regime Parlamentar no Império. MEC. Instituto Nacional do Livro, Brasília, 1979, p.92.

<sup>132</sup> - Castro, Paulo de Política e Administração de 1840 a 1848 in: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, 2o Volume, Difusão Européia do Livro, 1972.

<sup>133</sup> - Castro, Paulo de op.cit. p.522.

praieiros, luzias e os venda grande e pelos conservadores apresentavam-se os saquaremas<sup>134</sup>. Muitos conflitos existiam entre estes grupos, particularmente com relação às reformas legislativas que deveriam modificar a lei de 3 de Dezembro de 1841<sup>135</sup> decisão conservadora que os liberais nunca aceitaram. Tais reformas dependiam, novamente, de uma trégua política entre partidos e facções. Foi nesse contexto que reeditou-se uma renovação da “conciliação”, sugerida pelo gabinete 8 de março de 1848 organizado pelo mesmo promotor da “Conciliação” em 1844 - José Carlos de Almeida Tôres - Visconde de Macaé.

---

<sup>134</sup> Praieiros era a designação para os liberais pernambucanos; os Santa Luzia ou simplesmente Luzias designava os liberais de Minas e Venda Grande os liberais de São Paulo. Saquaremas era denominação dos conservadores. Castro, Paulo op.cit. p.526.

<sup>135</sup> A lei de 3 de Dezembro de 1841 reformou o Código do Processo Criminal. Esse Código já havia sido reformado durante o período regencial sob o domínio Liberal, o que os conservadores propunham era uma outra reforma que desarticulasse aquela elaborada durante a Regência daí a resistência Liberal.

### 3.3 - Tolerância e Justiça Política : 1848 o final do Quinquênio Liberal.

*Augustos e digníssimos senhores representantes da nação.*

*(...) A ordem pública não tem sido perturbada : cumpre porém conhecer o estado de segurança individual e de propriedade em algumas províncias do Império, não é ainda como se deve desejar. Confia porém, o meu governo que a revisão e o aperfeiçoamento de algumas leis fundarão garantias e bases mais sólidas e permanentes.*

*Ser-vos-a apresentada uma proposta relativa a lei de 3 de dezembro de 1841, e uma outra que tem por objeto declarar a incompatibilidade da eleição de alguns funcionários públicos nos lugares em que exerçam jurisdição e autoridade.*

*Recomendo a vossa consideração o exame da lei que organizou a Guarda Nacional, e das que regulam as promoções para o exército e a armada, e a maneira de fazer-se o recrutamento. Todos merecem atenção particular de meu governo.*

*Espero igualmente que nesta sessão dotareis o país com uma lei que possa atrair ao Império colonos úteis e industriais.*

*Pelo orçamento que vos será presente vereis a relação existente entre a receita e a despesa do estado, asseguro-vos que uma severa economia e fiscalização presidirá aos atos do meu governo, e que na aplicação das consignações que lhe forem concedidas terá ele que em vista promover os melhoramentos materiais das províncias.*

*Augustos e digníssimos senhores representantes da nação, certo de vosso concurso leal e patriótico, e do espirito de ordem e de amor de concórdia que forma o caráter distinto da nação brasileira, e que meu governo se esforçará por*

*alimentar, prosseguindo no sistema de justiça e tolerância política que se tem prescrito, nutro a lisonjeira esperança de que a bondade divina conservará ao Império todos os benefícios de que goza, e lhe outorgará um futuro de paz e de progressivo engrandecimento. Está aberta a sessão - D. Pedro II Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil - 3 de maio de 1848.<sup>136</sup>*

Como era de praxe durante todo o Império a abertura dos trabalhos legislativos era iniciada pela Fala do Trono do Imperador D. Pedro II. No entanto, a fala do Imperador não se constituía em mera formalidade. Normalmente sua intenção era indicar à Câmara a política norteadora do Gabinete, que passaria pelo crivo e apreciação do Legislativo. O Gabinete de 1848 tinha como presidente do Conselho de ministros José Carlos de Almeida Tôres - Visconde de Macaé - que já havia presidido os gabinetes de 1844 e 1845, e compunham o ministério : José Antônio Pimenta Bueno - ministro da Justiça -; Antônio Paulino Limpo de Abreu - ministro da Fazenda e do Estrangeiro -; Manuel Felizardo de Souza e Melo - ministro da Marinha e da Guerra.<sup>137</sup>

O Gabinete Macaé era composto por dois senadores com títulos nobiliárquicos, um oficial do exército e posteriormente dois deputados - José Pedro Dias Carvalho, que substituiu Macaé na pasta da Fazenda e Joaquim Antão Fernandes Leão que substituiu Manuel Felizardo na pasta da Marinha. Mesclava-se, assim representantes liberais como Limpo de Abreu e Dias Carvalho e conservadores como Manuel Felizardo, o pomo da discórdia.

<sup>136</sup> Anais do Parlamento Brasileiro, Sétima Legislatura, 1848, Tomo Primeiro, Rio de Janeiro, Tipografia H.J. Pinto, 1880, p.43. Daqui em diante todas as referências aos Anais do Parlamento Brasileiro serão expressas da seguinte maneira : Anais... ano em questão, tomo e página.

<sup>137</sup> Javari op.cit. p.103.

Através da Fala do Trono, o gabinete Macaé encaminhava à Câmara pelo menos cinco temas com os quais esta deveria se ocupar durante o ano legislativo : a revisão da Lei de 3 de dezembro de 1841 ( que reformou o Código do Processo Criminal ), a Lei das Incompatibilidades ( que restringia a elegibilidade dos magistrados ), a reforma da Guarda Nacional juntamente com a revisão do processo de recrutamento e a aprovação do orçamento do Império. O encerramento da Fala do Trono indicava que a política do ministério Macaé primaria pela Justiça e Tolerância, sinalizando à Câmara que seu programa de governo pretendia agir com justiça e tolerância política, diante das divergências entre os partidos.

Todavia, o programa do ministério Macaé agitou uma Câmara que não era de modo algum uníssona do ponto de vista político. Os debates tiveram início de imediato com a discussão em torno do Voto de Graças. A resposta à Fala do Trono, momento em que a representação nacional no Parlamento exprimia suas posições em relação ao programa do Executivo, demonstra a pluralidade das posições e as inúmeras discordâncias. Os debates, como ocorrera nos anos anteriores empolgaram, pois a indicação da justiça e tolerância suscitou longas reflexões a respeito do significado prático desses enunciados, principalmente entre os liberais. A presença na Câmara dos membros do ministério que ouviam as interpelações dos deputados e tinham direito de resposta, dá-nos maior dimensão dos efeitos e da polêmica que essas duas expressões causaram no Parlamento.

Convém demonstrar, primeiramente, o discurso do presidente do Conselho de Ministros perante a Câmara dos deputados na sessão de 19 de maio. Nesse momento, o Visconde de Macaé tentou evidenciar o pensamento do Gabinete a propósito da justiça e tolerância política: ela significava o respeito ao adversário político no seu direito de expressão ( na tribuna e na imprensa ); e a liberdade de opinião nas eleições através do voto livre, de forma a se representar no Parlamento todas as opiniões emergentes na nação:

*Nem todos os governos regulares, senhores, cumprem todos os proveitos, todos os deveres a justiça e da tolerância ( apoiados). Muitos governos temos nós tido, e muitos ainda havemos de ter que digam que têm por programa a justiça e a tolerância, não são capazes de observar muitas vezes em sua extensão (apoiados).*

*Muitas vezes se disse no parlamento brasileiro que a administração anterior a de 2 de Fevereiro não fazia justiça, não era tolerante; entretanto quem duvidava que este governo fosse regular? Em todos os sistemas, ou despótico ou constitucional, pode haver governo regular que não falte à justiça em muitas ocasiões mas, que deixe de observar a justiça (apoiados), mormente a justiça como governo a entende, e de que faz alarde no seu programa. Eu peço licença à Câmara para mostrar em que consiste essa justiça e essa tolerância.*

*Senhores o governo atual, assim como todos os governos, reconhece que é uma necessidade do sistema constitucional, que é mesmo uma condição indispensável, a existência de partidos (apoiados), que estes partidos se combatam, se disputem, por meios legítimos, o poder (apoiados). O governo está à testa de um destes partidos, cuja as opiniões ele julga melhores do que as dos outros, que julga serem mais capazes de fazer a felicidade do país; mas nem por isso o governo entende dever desprezar ou desrespeitar as opiniões de outros partidos (apoiados). Pelo contrario, quer tolera-los a ponto de facilitar-lhe todos os dias os meios legítimos de advogarem a sua causa; e estes meios são a tribuna e a imprensa.*

*O governo propõe-se a não tolher a imprensa, a tolera-la, em toda a sua extensão. O governo entende que deve deixar o voto livre (apoiados), para serem*

*todas as opiniões representadas nesta casa (apoiados). Não estorvará, nem embarçará de maneira alguma as eleições; eis a tolerância política do governo. O governo para conseguir este fim, para dar esta prova de tolerância não só pedirá que o corpo legislativo reveja a lei de eleições, como for necessário, que se reforme o sistema eleitoral (apoiados).<sup>138</sup>*

Macaé deixava claro à Câmara que a tolerância política do Gabinete deveria, na lógica do que entendia por sistema representativo, ater-se ao cumprimento do respeito partidário, bem como o respeito à imprensa de oposição, o zelo pela manutenção de um sistema eleitoral sem a interferência do executivo. Daí a ênfase na necessidade da reforma eleitoral. Porém, não foi exatamente dessa maneira que boa parte da Câmara, inclusive a representação liberal, entendeu a política da justiça e tolerância. Na mesma sessão de 19 de maio, o deputado pela província de São Paulo, Gabriel José Rodrigues dos Santos externava ao presidente do Conselho de Ministros o entendimento que a própria comissão elaboradora da resposta à Fala do Trono fazia em relação à política do Gabinete:

*Eu passarei sucintamente a expor quais os motivos que determinaram este voto da comissão...*

*A comissão não trepida em anunciar à Câmara dos deputados que um dos motivos que impedem sua confiança ao gabinete é o modo porque se acha organizado.(apoiados) Senhores, este pensamento da comissão não deve surpreender a câmara; ele se acha bem expresso em um dos tópicos da resposta à fala do trono...*

---

<sup>138</sup> Anais...1848 pp.97-98.

*Recordemos, senhores, do passado: quantos gabinetes entre nós, aliás dotados das mais belas intenções, das mais patrióticas vistas. têm perecido por falta de unidade de vistas, por falta de acordo de princípios?*

*Quantas vezes não temos presenciado no seio desta câmara o doloroso espetáculo de contradição de pensamentos, de luta interna e permanente de ministros que deviam formar um gabinete sólido pela sua unidade, forte pela sua adesão aos princípios do partido que representa, para não só poder cobrir a corôa, não deixando interstício algum por onde ela possa ser vista, como para poder dar ao país os bens que precisa, e mesmo praticar as idéias que professa?*

*Se nós temos triste lição de experiência que tão alto nos fala, como podemos ainda hoje, tão crédulos, tão minimamente confiados, prestar a nossa adesão a um gabinete que encerre em si o germen da divergência e de luta?<sup>139</sup>*

Não havia por parte da Câmara, em 1848, nenhuma credibilidade e nenhuma expectativa sobre coerência na conformação do Gabinete Macaé. Se o discurso do presidente do Conselho apontava para o que poderíamos entender como uma política “apaziguadora”, a deputação desconfiava desse encaminhamento político e partia para o ataque, numa clara leitura que tolerância significava ausência de unidade de pensamento e princípios. Acreditava ser quase que impossível reunir em um só ministério opiniões opostas. Portanto, nesse momento, o discurso da deputação era o da opção: ou liberal ou conservador não havia “conciliação”.

Nesse mesmo sentido, na sessão de 20 de maio o deputado pela província do Ceará, José de Assis Alves Branco Muniz Barreto acusa o ministério de infidelidade

---

<sup>139</sup> Anais...1848 p.99.

partidária, enunciando, ao mesmo tempo, que a salubridade do sistema representativo dependia de uma única direção de princípios do executivo:

*Nos países bem organizados, na Inglaterra, por exemplo, que é o padrão dos governos constitucionais representativos, ainda não houve ministro da coroa que viesse ao parlamento dizer que o governo tolerará partidos porque todos sabem que é essencial a esses governos a existência dos partidos: entendo mais que todas as vezes que o governo trilhasse o caminho de não tolerar os partidos, ele teria inteiramente abastardado a forma de governo representativo, ele tentaria contra a própria existência (apoiados)...*

*Agora cabe-me tratar de unidade de pensamento.*

*Entendo que, não sendo tolerância a confissão de princípios, o governo deve adotar um partido qualquer dos que existem entre nós, que deva ser representante fiel desse partido, porque todos nós sabemos que todos os partidos têm princípios e representantes. Ninguém contestará que existem no país duas forças políticas que se disputam o direito de governar: um partido que se denominou - da regeneração e do futuro, e o outro partido é - das franquezas provinciais, ou o partido liberal.*

*Nós sabemos que a política do partido da regeneração foi formulada em algumas leis; e uma delas é a da interpretação do Ato Adicional, onde foram criadas as regalias das assembleias provinciais: vós sabeis qual o princípio que dominou nessa lei, que foi o princípio da centralização. Temos uma outra lei, que é a de 3 de Dezembro de 1841, onde a justiça e a polícia foram confiadas a autoridades livremente nomeadas pelo governo. Aqui também dominou o princípio da*

*centralização. Temos uma outra lei, que é talvez a mais perigosa, a lei do conselho de estado...*

*Assim pois está reconhecido que no país existem duas políticas, e a vista dessas duas políticas, é muito urgente e necessário que o gabinete, em termos breves, claros e concisos, nos diga qual delas adota, se é aquela que domina o princípio da centralização, ou se é aquela das franquezas provinciais ou da liberdade. Pelas propostas apresentadas pelo gabinete, parece aderir o governo à política do partido liberal; porém ao mesmo tempo vejo que os senhores do lado adverso, que ainda não se confessarão pecadores, prestam apoio ao gabinete, e daqui nasce a minha desconfiança. É preciso saber quem renegou, é preciso que os senhores do partido adverso confessem que são renegados...*

*Agora entrarei na parte relativa a organização do gabinete...*

*No ano de 1848, foi organizado um gabinete de cuja a organização se incumbiu o Sr. Visconde de Macaé, atual presidente do conselho de ministro; foram por ele convidados três senhores, e são os Srs. A .P. Limpo de Abreu, ministro dos negócios estrangeiros e interinamente ministro da fazenda, Manoel Felizardo de Souza e Melo, ministro da marinha e interinamente ministro da guerra, e ficou na pasta da justiça, de que já se achava encarregado, o Sr. José Antônio Pimenta Bueno. Olhando para esta organização do gabinete não pude deixar de fazer estas reflexões: - O organizador do gabinete 2 de Fevereiro é o organizador do gabinete 8 de Março: entendi que os princípios do gabinete de 2 de Fevereiro seriam os princípios da política de 8 de Março, porque, se o presidente do conselho entre nós representava o pensamento ministerial, razão mais forte tinha eu para isto, vendo que o presidente do conselho era o Sr. Visconde de Macaé; reflexionei, é ministro dos negócios estrangeiros o Sr. Antônio Paulino Limpo de*

*Abreu, a glória parlamentar de 1835 e 1836, quando em luta com esse partido que já nessa época hasteava a bandeira da centralização um eloqüente orador, um dos ornamentos desta tribuna, sempre na estacada a favor do partido liberal, vítima do gabinete de 23 de Março de 1842, seguramente por ser tolerante e moderado. No Sr. José Antônio Pimenta Bueno encontrava eu um homem que já havia merecido os sufrágios da província de São Paulo na primeira eleição posteriormente aos movimentos ali ocorridos (apoiados). E ainda a pouco, se bem que não fosse eleito deputado, reuniu um grande número de votos, e saiu segundo suplente. Mas, senhores, no Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello o que via eu? Um delegado do partido centralizador nas províncias do Maranhão, Alagoas e Ceará, e ultimamente em São Paulo foi demitido pelo então Sr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, hoje visconde de Macaé, que o convidou no dia 8 de Março para com ele fazer parte do gabinete. Assim, pus-me em dúvida a respeito da política ministerial; entendida, como muitos, que não havia unidade de pensamento, porque três senhores representam um princípio, outro um diametralmente oposto. Não sabia eu se o Sr. Manoel Felizardo tinha renunciado a seus princípios, de que o julgo incapaz, porque é uma pessoa muito respeitável, ou se os três senhores que com ele combinaram haviam renunciado a seus princípios, porque só assim é que podia haver unidade de pensamento.<sup>140</sup>*

A citação é longa mas o discurso de Muniz Barreto expressa bem que não existia nenhuma tese velada; tudo aparecia muito claro. O orador retrata a consciência de que para tal composição ministerial, alguém havia denegado princípios. Mais, que os princípios dos dois partidos, assim como suas trajetórias eram, portanto, inconciliáveis.

---

<sup>140</sup> Anais...1848 pp.110-111-112.

A resposta do ministro da Justiça Pimenta Bueno vem logo em seguida, no sentido de reforçar a tese de que fazia parte do sistema democrático e representativo, o respeito à opinião diversa. E mais que isso, seria conveniente que a representação nacional refletisse sobre as conseqüências da manutenção do fracionamento político e sua utilidade prática para a estabilidade nacional. Considerou também que a política ministerial nada mais fazia que zelar por essa estabilidade.

*Nos governos onde as instituições representativas estão mais adiantadas pela ação do tempo e pelo debate, tem-se considerado que todas as porções da sociedade têm o direito sagrado de emitir a sua opinião...*

*Independentemente disto há no exercício dos governos representativos duas grandes divisões; uma delas é que a que governa precisa de unidade de pensamento homogeneidade de ação; dirige-se a um só farol, tem uma só vista, e então é por sem dúvida que o governo não deva confiar os empregos de influência senão àqueles de que pode esperar uma coadjuvação franca e leal; mas os seus adversários são cidadãos do estado e têm um direito rigoroso ( e não por graça) a que o governo respeite as suas opiniões. Ora, qual será a política que convenha mais ao Brasil? Não será a política dos sentimentos generosos dignos das instituições livres que o país adotou? Por ventura um princípio que conserve a permanente divisão entre brasileiros, e estorve todos os meios de conciliação, pode ser útil aos país?<sup>141</sup>*

---

<sup>141</sup> Anais...1848 pp.113.

O resultado da política de tolerância e justiça foi a desaprovação da Câmara ao Gabinete na votação da Resposta à Fala do Trono, por 55 votos contra 44 votos a favor, a queda do gabinete Macaé em 31 de maio e ascensão do gabinete Paula Souza.

A queda do Gabinete Macaé e a ascensão do Gabinete Paula Souza representava para a Câmara apenas a preservação de uma tendência dentro de um quadro estabelecido: o domínio liberal. O Gabinete 31 de maio era composto exclusivamente por liberais, e o discurso de Paula Souza, na sessão de 2 de junho, era menos impositivo no que dizia respeito à aceitação da Câmara quanto a participação conservadora na composição ministerial. Porém continuava insistindo na urgência da aprovação da reforma eleitoral e do judiciário:

*Cumpri porém que eu declare desde de já que para isto necessito do apoio das câmaras, sem o qual é impossível fazer coisa alguma ( apoiados) ; acrescentarei ainda com franqueza que nesse ponto serie exigente, não me satisfaria um apoio simples e ordinário, julgo indispensável para o bem do país um apoio eficaz e dedicado, porque segundo o modo por que encaro o estado do país e suas mais urgentes e vitais necessidades...*

*Do que estou convencido, e creio que estão igualmente todos os homens sensatos do Brasil, é que o único penhor da nossa salvação é a consolidação da monarquia representativa, ( muito apoiados) : uma dissidência sobre a forma de governo, julgo que seria a maior das infelicidades ( apoiados); e estou persuadido que esta é a opinião da câmara.”<sup>142</sup>*

No entanto, a situação tornou-se insustentável com a queda do Gabinete Paula Souza em setembro de 1848 e a ascensão de um Gabinete conservador, primeiramente

---

<sup>142</sup> Anais...1848 pp.170-171.

presidido pelo Visconde de Olinda e posteriormente por Rodrigues Torres. Os liberais na Câmara demonstraram perplexidade, pois as regras do jogo político haviam sido rompidas. A deputação nacional continuava com a maioria liberal, apesar das divergências, porém o Gabinete 29 de setembro era exclusivamente conservador.

Na sessão de 2 de outubro, o deputado Rodrigues dos Santos corrobora os questionamentos feitos pelo deputado Teófilo Ottoni, que argumentava não estar satisfeito com as explicações dadas ao Parlamento sobre a dissolução do ministério Paula Souza - o motivo alegado foi o de saúde do ministro -. Na verdade os liberais do sul queriam argumentos mais convincentes e Teófilo Ottoni denunciava a queda de Paula Souza como tendo sido arquitetada pela facção áulica. No entender de Rodrigues dos Santos o que estava em questão era a própria representatividade da Câmara.

*Eu acompanho o ilustre deputado de Minas que primeiro encetou este debate, no desejo de ter esclarecimentos sobre os acontecimentos notáveis e inesperados cuja a apreciação compete à representação nacional.*

*Em primeiro lugar não vi em país algum onde rege o sistema representativo se contestasse ao parlamento a indagação de todos os acontecimentos e conseqüentes que acompanham dissolução de um ministério, principalmente quando este fato serve de passagem para uma política inteiramente oposta...*

*Há doutrinas que não estão escritas em pacto social algum. As doutrinas que se compreendem debaixo da expressão genérica de - sistema parlamentar - não estão escritas em pacto social algum; mas é incontestável que essas doutrinas recebidas na prática, como conseqüências naturais do sistema representativo, exigem que os ministérios sejam tirados do seio das maiorias.<sup>143</sup>*

---

<sup>143</sup> Anais...1848 p.425.

Anunciava-se o total divorcio entre os dois poderes demonstrando o fracasso das proposições de “justiça e tolerância”. Na sessão de 5 outubro adia-se a reunião da Câmara para o próximo ano, e em novembro eclode a luta armada em Pernambuco <sup>144</sup>, ponto culminante e testemunho das dificuldades da convivência política com a diversidade : uma Câmara liberal e um Gabinete conservador.

O partido da Praia desde a sua fundação em 1842 congregava diversas tendências políticas desde ex-conservadores até republicanos. Todavia, em sua liderança sempre esteve um grupo moderado e conservador. Por integrar em seu quadros tantas tendências, os praieiros conseguiram chegar ao poder político em Pernambuco e na Assembléia Geral.

*De todas as lideranças praieiros, o grupo de bacharéis ( Nunes Machado, Peixoto de Brito, Antônio Afonso e Sabino ) era o mais afinado com a idéia de moderação e, sobretudo, com o projeto político inaugurado pelos conservadores na província.*

*Todos haviam se postado na órbita de Araújo Lima e do barão de Boa Vista, quando estes se lançaram numa proposta de redefinição do Ato Adicional, visando à valorização da magistratura e do Estado em detrimento dos poderes locais, consumada na Lei de Interpretação do Ato Adicional e na Reforma do Código do Processo. Exatamente por essa afinidade conservadora, os futuros líderes da Praia obteriam um espaço político na província e na Assembléia Geral<sup>145</sup>*

---

<sup>144</sup> Ver Marson, Izabel Andrade O Império do Progresso: a revolução praieira (1842 - 1855 ), São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

<sup>145</sup> Marson, op.cit. p.191.

Dessa forma, a questão de Pernambuco aparecia como uma caixa de ressonância do quadro geral da política na Corte. Coerentemente, a dinâmica liberal era a da diversidade e as alianças conjunturais eram resultados de aproximações que visavam interesses comuns. A luta armada somente ocorreu quando esses recursos da negociação estavam esgotados.

No início de 1849 começa anunciar-se a intervenção conservadora decisiva no encaminhamento da luta política. No dia 19 de fevereiro foi assinado o decreto de dissolução da Câmara, selando o divórcio total entre os poderes legislativo e executivo. As teses liberais não haviam sido votadas - reforma da Guarda Nacional, a reforma da lei de 3 de dezembro de 1841 e as incompatibilidades -. O Gabinete conservador de 29 de setembro organiza, então, as novas eleições para o biênio 1850/52. No interior desta intervenção nasceu o panfleto “ O Libelo do Povo”, de Torres Homem, em defesa dos réus da Rebelião em Pernambuco.

### 3.4 - A pluralidade da unanimidade.

O Gabinete 29 de setembro era o décimo do Segundo Reinado. Ainda em 1848, o Visconde de Olinda, Pedro de Araújo Lima, assumiu a presidência do conselho de ministros sendo substituído em 8 de outubro de 1849 por José da Costa Carvalho - Visconde de Monte Alegre -. No momento desta substituição, ainda faziam parte do Gabinete: Eusébio de Queirós Matoso Câmara, na pasta da justiça; o Visconde de Olinda na pasta do estrangeiro (posteriormente sendo substituído no dia 8 de outubro de 1849 por Paulino José Soares de Souza ). Também Olinda foi interinamente ministro da fazenda, sendo substituído por Joaquim José Rodrigues Tôrres em 13 de junho de 1849. Manuel Felizardo de Souza e Melo concentrava as pastas da marinha e da guerra, sendo substituído na pasta da marinha por Manuel Vieira Tosta em 23 de julho de 1849.<sup>146</sup>

A Câmara eleita para a legislatura de 1850 demonstrou pleno domínio conservador. As eleições provocaram protestos dos liberais. De acordo com Francisco Iglesias, somente a representação liberal de Minas Gerais enviou à Assembléia Geral mais de 115 documentos que tentavam comprovar irregularidades eleitorais.<sup>147</sup>

Na Fala do Trono que abriu a sessão da Câmara no primeiro dia de janeiro de 1850, o tom do discurso era de moderação, indicando três importantes questões : não havia ainda tranqüilidade na província de Pernambuco, porém a Coroa seria clemente com os “rebeldes”. Ao mesmo tempo informava à deputação sobre a necessidade da regulamentação das forças do exército e marinha. Indicava também que os debates do ano legislativo deveriam ocupar-se da questão da escassez de trabalhadores para a lavoura, e concluindo, apontou para a tranqüilidade em que se encontrava as instituições políticas no Brasil, com plena harmonia entre os poderes. Dessa forma estava garantida a liberdade e os direitos dos cidadãos.

---

<sup>146</sup> Javari op.cit. pp. 104-105.

<sup>147</sup> Iglesias op.cit. p.15.

*Augustos e digníssimos representantes da nação. As instituições monarquico-representativas consagram a intenção do país na deliberação de seus grandes interesses grandes interesses, garantindo os direitos e a liberdade dos cidadãos; protegendo o desenvolvimento da indústria e comércio são o mais seguro penhor da prosperidade nacional; esforcemo-no pois por mante-las ilesas.*

*A harmonia entre os poderes políticos do estado é o meio mais eficaz de conseguirmos esse fim; e dará ao país o exemplo de união e concórdia, os quais não poderá ele alcançar a força e grandeza a que o tem destinado a providência.<sup>148</sup>*

Contudo, este pronunciamento revelava um verdadeiro paradoxo, pois uma das mais importantes províncias do Império ainda se encontrava em plena luta armada. Porém a estratégia era justamente demonstrar que situação estava relativamente tranqüila, e que se vivenciava um quadro ideal. O Gabinete conservador indicava à Câmara, quase unanimemente conservadora, que o grande projeto da “ordem” política - excluídos os liberais - era levar o país ao progresso material. Sem dúvida alguma, o progresso material, ou pelos menos a indicação de que este estava sendo sinalizado, encontra-se na legislação aprovada no ano de 1850, na lei Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico de escravos e na lei de terras.<sup>149</sup>

Na legislatura de 1850 a unanimidade da Câmara foi rompida com a convocação de suplentes. Entre os quadros do partido liberal destacava-se Bernardo Souza Franco, pela província do Pará, que havia sido eleito e diplomado no início do ano. Em seguida vieram

<sup>148</sup> Anais...1850 p.85.

<sup>149</sup> Tanto a abolição do tráfico de escravos quanto da lei de regulamentação da propriedade da terra, foram de fundamental importância para a reordenação econômica e social do Império, sendo indicada por vários historiadores desde Caio Prado Jr. passando por R. Faoro, Emília Viotti da Costa e Francisco Igléias todas obras citadas nesse trabalho.

acrescentar-lhe apoio José Pedro Dias Carvalho, Manuel Franco Melo, Joaquim Antão Fernandes Leão e Antônio da Costa Pinto todos da representação mineira.

A deputação da oposição, como não poderia deixar de ser, marcou posição distinta com relação à política do Gabinete em todos os debates, relevantes ou não, que passaram pela apreciação do legislativo. Temos, já no início de janeiro, Bernardo Souza Franco debatendo sobre a legitimidade do processo eleitoral e sobre as razões do partido liberal ter ficado de fora do parlamento.

Em quase todos os debates de relevância, retomou-se as teses ou práticas liberais como uma forma de marcar contraponto entre as tradicionais tendências. Na sessão 15 de julho de 1850, Paulino Soares de Souza ministro dos negócios estrangeiros foi interpelado por Silveira da Motta, sobre a apreensão de navios negreiros nos portos brasileiros feitos pela Inglaterra. O deputado questionava as providências tomadas pelo Gabinete em relação às sistemáticas intervenções britânicas em portos brasileiros apresando escravos.

*Qual foi o governo que depois que se extinguiu o tráfico no Brasil em 1831, qual foi o governo que se esteve à testa dos nossos negócios, de quem por ventura se poderia exigir que se tivesse força necessária para arrostar todos os preconceitos, todos os interesses que estavam comprometidos na nossa sociedade?*

*Foi um governo fraco, nascido da revolução, quando os laços da autoridade estavam frouxos, foi um governo da regência que se apresentou no meio de nós para arrostar o primeiro ímpeto, dessa opinião, embora factícia, embora errada, mas que era a opinião existente no país<sup>150</sup>.*

---

<sup>150</sup> Anais...1850 p.194.

O recado ao Gabinete era claro. Se o tráfico havia sido extinto legalmente por um governo fraco, dever-se-ia esperar de um governo, que se dizia mais forte, atitudes mais enérgicas que defendessem a soberania nacional. Nessa circunstância “lembrar” as fragilidades do governo liberal dos tempos da Regência aparece como um argumento de discordância e uma estratégia de pressão.

Paulino Soares respondeu através de um longo retrospecto dos acordos entre Brasil e Inglaterra no sentido da extinção do tráfico de escravos. Finalizou sua argumentação alegando que estava diante das mesmas dificuldades que os liberais, quando no poder, haviam vivenciado, tendo em vista que fora em 1845, durante o período liberal, que o governo britânico aprovara o Bill Aberdeen.

*... Com a pouca duração de nossos ministérios, com a vida que levam nossos ministros, constantemente distraídos, ou envolvidos na intriga política peculiar do país, nesse jogo de eleições e de partidos, poucos instantes lhe restam para se ocuparem destas questões graves, e daí esta marcha, que pode ser considerada por quem estiver prevenido como dúbia e falta de sinceridade. No estado em que estão estas questões, e a vista do que foi exposto, creio sinceramente que é indispensável sair deste estado em que nos achamos, que é necessário darmos uma solução larga, sincera e franca a todas estas questões; a estas questões que provocam todos os dias conflitos, que podem trazer outros maiores, a estas questões que embaraçam a nossa marcha para o desenvolvimento dos recursos e prosperidade do país.*

*Antes de concluir, porém, tenho de fazer um pedido à Câmara. Se a Câmara entende que a situação é grave, que a atualidade apresenta dificuldades, e que o ministério tem coragem, inteligência e dedicação suficientes para resolver como*

*pedem a dignidade e os verdadeiros interesses do país, dê-lhe uma ampla e inteira confiança, preste-lhe uma completa e larga cooperação.*<sup>151</sup>

Na sessão de 16 de Julho, depois de muita discussão, a oposição, sem direito à debate é derrotada. Eusébio de Queirós conseguiu aprovar, em sessão secreta, as emendas à repressão ao tráfico. Souza Franco, Melo Franco e Antão se contrapuseram à sessão secreta, porém não obtiveram sucesso. As galerias são esvaziadas, mas o expediente de Eusébio de Queirós, causou desgostos nos próprios correligionários, fato que já começou divergências entre a bancada conservadora.

Uma das questões mais importantes de 1851 foi, sem dúvida, o fato da resposta à Fala do Trono ter sido aprovada em primeira instância no Senado. Este encaminhamento provocou uma enorme celeuma na Câmara, e trouxe à tona um problema que, apesar da maioria conservadora, não havia sido resolvido : as competências entre os poderes do Estado.

A Fala do Trono anunciou à Câmara o esforço do governo na aplicabilidade da Lei de 4 de Setembro de 1850:

*... A lei de 4 de setembro do ano passado tem sido rigorosamente executada. A ela se deve principalmente o estado de quase extinção do tráfico. Espero que continueis a coadjuvar o meu governo com todos os meios que possam ser necessários para obstar a que reapareça, ainda que em pequena escala.*<sup>152</sup>

No entanto, o que causou maior efervescência foi o projeto de resposta à Fala do Trono que havia saído pronto do Senado. Mais uma vez Bernardo Souza Franco toma a

---

<sup>151</sup> Anais... 1850 p.208.

<sup>152</sup> Anais...1851 p. 3.

palavra acusando o Gabinete e o Senado de anularem a representação da Câmara dos deputados.

*... É sobremaneira agradável à câmara dos deputados o aumento das rendas públicas, mediante medidas adotadas e a tranqüilidade que tem gozado o país.*

*Sim, Senhor ! A sombra de nossas instituições políticas temos atravessado unidos e em progresso mais de um quarto de século livres da grandes tempestades revolucionárias que têm abismado os outros povos; obrigação é nossa consolidá-las e desenvolve-las e a voz paternal de V.M. Imperial nenhum brasileiro deixará de concorrer para fazer a pátria todo o bem que ela tem direito de exigir de nós!*

*Leal, sincera e decidida coadjuvação afiança a câmara dos deputados a V.M. Imperial para fim tão justo e patriótico. É esta a verdadeira, a salutar e a gloriosa política que tem atraído para V. M. Imperial a gratidão dos contemporâneos e honrará a memória de seu reinado.*

*- João Manoel Pereira da Silva - Aprigío José de Souza.<sup>153</sup>*

A tendência foi a recomposição do Gabinete de 29 de setembro de 1848. Surge então, o décimo Gabinete do Segundo Reinado - o de 11 de maio - tendo como presidente do conselho de ministros, Joaquim José Rodrigues Tôrres ( Visconde de Itaboraí ) que concentrava também a pasta da fazenda, na pasta do Império Francisco Gonçalves Martins; na justiça José Ildefonso de Souza Ramos; continuava na pasta dos negócios estrangeiros Paulino José Soares de Souza; na marinha Zacarias Góis e Vasconcelos, e na pasta da Guerra Manuel Felizardo de Souza.

<sup>153</sup> Anais...1851 pp.81-82.

A recombinação do Gabinete pouco resolveu as questões políticas, pois na sessão do dia 2 de junho de 1851, a estratégia de Souza Franco ainda era desqualificar o Gabinete de tendência conservadora. Denunciou que, através de arbitrariedades, o Gabinete conquistara também a oposição de seus antigos aliados dentro e fora do parlamento, além de haver perdido sua legitimidade. Após retaliadora introdução, o orador continuou enumerando as deficiências do ministério desde a ausência de habilidade política em relação às questões externas - abolição do tráfico e pressões inglesas - ( em 1850 essas mesmas questões serviram de acusação ao ministério) até questões internas, como o abandono à agricultura e ao comércio.

*... Mas seja o ministério, ou seja, a câmara dos senadores quem se arroge o direito de dirigir a política do país, o que é fato é que a câmara dos deputados não tem mais força alguma na direção dos negócios públicos, e que essa mínima que lhe restava é-lhe arrancada com a apresentação da decisão do senado - aprovada em 28 de maio - com quem como se nos diz: `Está aprovada a política do governo, aceitai e se registre a nossa sentença`.*

*Se a câmara dos deputados, senhores, em uma ocasião destas não reagir, se não se revoltar contra a imposição, se não tiver coragem de sustentando estilos antigos, reivindicar direitos que tinha porque a ela sobretudo é que pertence dar opinião a favor ou contra a política da administração; se sujeitar-se a aceita-la do senado, a câmara dos deputados está por uma vez morta, os Srs. ministros não vêm mais do que assistir as suas exigências.*

*Senhores, amigos do meu país, amigo do sistema representativo, e firme no princípio de que é a maioria quem deve governar, que deve impor sua vontade ao governo, eu continuarei a sustentar que a câmara deve, desprezando a sentença*

*anterior de um corpo alheio examinar a questão por si e votar com conhecimento de causa embora os ministros para nos sujeitarem a esse jugo ignóbil conseguissem que a discussão de resposta a fala do trono fosse espaçada: não nos sujeitamos a tanto. Senhores, dizia eu há dias : - compreendo a câmara, compreendo a maioria a sua posição; compreendo a câmara que quando o país inteiro se declara contra o ministério, não é possível que os distintos membros da maioria deixem de acompanhar o país. Felizmente a maioria tem compreendido o seu dever, e hoje não é segredo para ninguém adversários e antigos amigos todos a uma voz censuram o ministério.*

*É preciso confessar que o ministério entrou para o poder em 29 de setembro de 1848 com um partido que se pode dizer numeroso. Sustento como disse, que não era a maioria do país, mas era um partido numeroso, muitos homens de consciência e muitas capacidades, e o ministério teve habilidade em menos de três anos de ter destruído esse numeroso partido: teve a habilidade de desenganar seus amigos, de reduzir ao ponto em que estão hoje, em que estão todos contra ele.<sup>154</sup>*

A resposta de Pereira da Silva na mesma sessão veio, em de tom ameaça: se a Câmara sentia-se preterida, pois segundo sua avaliação havia no discurso de Souza Franco uma confusão de competências, defendia a idéia de preponderância do Legislativo. Pereira da Silva retomou novamente uma acusação recorrente às práticas liberais - o excesso de poder do parlamento - , lembrava também a seu interlocutor os acontecimentos de 1848, momento em que havia a preponderância da Câmara.

---

<sup>154</sup> Anais... 1851 pp. 317-318.

*Começou meu honrado colega por sustentar que a câmara dos Srs. deputados devera negar seu apoio ao ministério porque o ministério a tratava com desdém e desprezo, visto como só fez discutir e aprovar no senado em primeiro lugar a resposta a fala do trono no sentido de aprovação de sua política, pretendendo impor assim à câmara dos deputados a sentença que obtivera em seu favor no senado...*

*... Aonde achou o senhor deputado que a decisão do senado importava igual decisão da câmara dos senhores deputados? Não podem pensar diferente a respeito da política do ministério?*

*Em que a precedência da decisão de uma câmara pode influenciar na discursiva e no voto da outra câmara independentes como são compostas de elementos diversos e organizados por métodos diferentes?*

*... Quem é o poder executivo enfim? É a câmara dos Srs. deputados? Não. Quem tem de praticar uma política e dirigi-la no país?*

*É a câmara dos deputados? Não. Não pode existir ministério sem o apoio da câmara dos deputados : logo que há uma dissidência entre o ministério e a câmara, decide a coroa, ou dissolvendo o ministério e nomeando outro cuja política tenha o apoio do parlamento, ou dissolvendo a câmara e apelando ao país que é o juiz em último caso.*

*... O princípio apresentado pelo nobre deputado significaria uma preponderância da câmara sobre o governo, uma dependência deste para com ela, uma absorção enfim do governo pela câmara, o que seria até uma infração da constituição que tornou independentes os poderes do estado.*

*... O princípio do nobre deputado equivaleria a tornar o governo um instrumento, uma comissão executiva da câmara, como lembra o honrado membro que no seu*

*próprio ministério em 1848 de que era chefe o Sr. Senador Paula Souza, declarou aqui nesta casa o seu colega da repartição a justiça!...*<sup>155</sup>

Entre os anos de 1850 a 1852, apesar do controle conservador sobre o executivo e sobre a Câmara, a marca da oposição liberal continuava presente e constante. E em todos os momentos que lhe era possível pronunciava-se desfavorável a esse predomínio, chegando a coaptar aliados entre os próprios conservadores. Portanto, era preciso mudar de estratégia e anunciar uma outra proposta de conciliação, até para deter uma possível fragmentação conservadora. Está nova estratégia aparece no discurso de Nabuco de Araújo na Câmara no dia 6 de julho de 1853: a famosa “Ponte de Ouro”, que reeditou a “Conciliação” em outros termos: como obra do governo, e não dos partidos.

*... A conciliação como coalizão e fusão dos partidos, para que se confundam os princípios, para que se obliterem as tradições, é impraticável, e mesmo perigosa, e por todos os princípios inadmissível : porque destruídas as barreiras do antagonismo político que as opiniões se opõem reciprocamente, postas em comuns as idéias conservadoras e as exageradas, estas hão de absorver aquelas; as idéias exageradas hão de triunfar sobre as idéias conservadoras; as idéias exageradas têm por si o entusiasmo, as idéias conservadoras somente a reflexão; o entusiasmo é o de maior número, a reflexão é de poucos; aquelas seduzem e coagem, estas somente convencem. A história nos diz que nestas coalizões a opinião exagerada ganha mais que a opinião conservadora.*

*Ouvi com repugnância, Sr. presidente, uma idéia proferida nessa casa, que todos os partidos por si só deviam conciliar; que o governo devia esperar que os partidos por si é que deviam conciliar; que o governo devia esperar que os*

---

<sup>155</sup> Anais...1851 p.

*partidos se concilhassem. Entendo, ao contrário, que a conciliação deva ser obra do governo e não dos partidos, porque no estado atual, se os partidos por si mesmos se conciliarem será o ódio e despeito ao governo, e a transação versando sobre o princípio da autoridade não pode deixar de ser funestíssima à ordem pública e ao futuro do país. Se a idéia é boa, o governo não deve consentir que outros se aproveitem dela em seu prejuízo, não se deve deixar de surpreender e dirigir pelos acontecimentos, mas deve ir à frente deles e dirigi-los<sup>156</sup>*

Foi inspirado nessa perspectiva que, no dia 6 de setembro de 1853 assumiu o décimo segundo Gabinete do Segundo Reinado, organizado por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná. Nele o Marquês de Paraná concentrava em suas mãos a presidência do Conselho de Ministros e a pasta da fazenda; compunha o ministério com dois liberais: Antônio Limpo de Abreu na pasta dos negócios estrangeiros, e Luís Pedreira do Couto Ferraz na pasta do império; José Tomás Nabuco de Araújo ocupou a pasta da justiça; e Pedro de Alcântara Bellengarde as pastas da guerra e marinha.

O Gabinete Paraná apresentou-se publicamente como o empreendedor da conciliação definitiva entre liberais e conservadores, mas, com um discurso discordante da proposta de conciliação apresentada por Nabuco de Araújo em julho do mesmo ano, reformulando, uma vez mais o sentido da “ Conciliação”. Enquanto, Nabuco de Araújo formalizava a conciliação como uma política governamental, porém se isentando da tarefa de fusão dos partidos e princípios, Paraná adere a idéia de que a conciliação empreendida por seu Gabinete deveria colocar um ponto final no confronto entre Luzias e Saquaremas, submetendo-os ao seu controle e mediando suas discórdias.

---

<sup>156</sup> Anais...1853 pp.86-87.

*...Não há mais Saquaremas nem Luzias; as lutas passadas foram extintas; o governo é conservador-progressista, ou progressista conservado; aceita todas as questões políticas de discórdia até agora, para na calma das paixões, nessa substância geral dos ódios políticos, discuti-las e resolve-las; a tempo de evitar que no futuro fiquem como ocasiões de novas fermentações de novos ódios.<sup>157</sup>*

Apesar de toda a elaboração de uma política conciliatória coordenada por um Gabinete que fazia claramente dessa proposição política o seu programa de governo, e que conseguiu coaptar alguns liberais como Limpo de Abreu e Sales Torres Homem, porém a pretendida aliança não se concretizava. Formou-se uma outra oposição entre os próprios conservadores.

Em 27 de junho de 1854, Ferraz fez um longo discurso na Câmara, divergindo das práticas do ministério, e de seu titular, principalmente, no que dizia respeito às irregularidades no orçamento do Império, então, incumbência do próprio Paraná, pois este, como já foi demonstrado, acumulava a presidência do conselho de ministros e a pasta da fazenda. Incisivamente, Ferraz vinculou as irregularidades do orçamento ao excesso de concentração de poder nas mãos de Paraná. Discordou ainda do poder do Ministro no empreendimento da prática da Conciliação, apontando que ele recorria a uma discutível “barganha de cargos” administrativos. O deputado da Bahia usou de toda essa argumentação para romper, desqualificar e questionar, profundamente, as bases práticas da política de conciliação:

*Senhores, esta política terá de muito sublime, mas creio que qualquer mercador de verduras faz o mesmo sem aspirar às honras de heroicidade.*

---

<sup>157</sup> Anais...1853 p. 220

*A verdadeira política da conciliação, aquela que todos consideram como necessária, não consiste no emprego destes meios; consiste no desassombro daqueles que não se acham no poder, daqueles que seguem princípios opostos que dominam o ministério que dirige o país; consiste na desguarneça do voto livre, por meio do qual homens esforçados de talento, podem pleitear a sua causa, vir ante ao país, ante aos poderes do estado fazer triunfar suas idéias, seus princípios pela livre discussão.*

*Mas por meio de graça, de um favor, sem garantia alguma, que assegure sua existência política, e dê esperança da realização de suas idéias, destacar assim esses homens do seu partido, creio que nada poderão conseguir, não farão mais que embalar a hipocrisia, e depois... não sei o que será.*

*Esse partido que era oposto ao nobre ministério tem princípios, tem convicções, tem raízes no país. Deste modo nada pode obter, ao contrário se excitará o desejo de permanecer na sua posição, porque o raciocínio que ocorre a todos é o seguinte - fulano que entre nós gozava de grande conceito, porque fazia-se temido do poder, imediatamente foi agraciado; logo nós temos muita importância: podemos fazer por outro meio aquilo que não podemos obter até o presente.*

*E da parte oposta o que ocorrerá ? Quando muitos vêm as suas pretensões desprezadas no topo da escada dos ministros, e ao contrário os inimigos contra os quais combateram... galardeados... o raciocínio é curto, é breve...<sup>158</sup>*

Mais que uma denuncia pública, o discurso de Ferraz demonstra que apesar da ocupação de cargos no governo, apesar da troca de favorecimentos políticos mantinha-se as diferenças entre liberais e conservadores e que na luta política não havia tréguas. Uma

<sup>158</sup> Anais...1854 p.269.

“estranha” oposição aparece, sinalizando que as conciliações são mesmo inconciliáveis: em 1848 não havia conciliação entre os liberais; de 1850 em diante não havia conciliação entre setores dos conservadores. E que, apesar da adesão de alguns liberais, outros setores do partido liberal continuavam se opondo. A discordância com Paraná levou algumas personagens importantes do partido conservador a romperem publicamente com o governo. Uma vez mais a “Conciliação” tornava-se um pomo de discórdias.

No entanto, a ruptura que mais interessa a esse trabalho foi a de Justiniano José da Rocha com o gabinete Paraná. Enquanto Francisco Iglésias<sup>159</sup> entende essa ruptura como “a mais patética da história do parlamento brasileiro”, nós a consideramos uma peça política importantíssima para a inteligibilidade das dissidências conservadoras. A acusação à questionável política financeira de Paraná continuou após a defecção de Ferraz em 1854. Porém Justiniano José da Rocha rompeu elaborando uma avaliação política do Gabinete.

Justiniano José da Rocha pede a palavra no dia 19 de maio de 1855 para justificar o seu negativo apoio ao projeto de resposta à Fala do Trono:

*... A Câmara, porém, permite-a que me retire por completamente desse campo (discorrer sobre questões econômicas), e que vá para um outro, em anos anteriores tão trilhado pelos seus oradores, mas que de tempos para cá está sendo esquecido: o campo da política.*

*Sr. presidente, corria o ano de 1853. O ano de 1851 tinha visto a completa ruína de uma revolução que sustentara com armas as pretensões mais ousadas... Nestas circunstâncias o partido que vencera estava como esse vira sumir o inimigo com quem tinha lutado; e não tendo mais objeto, senhor de todas as suas forças,*

---

<sup>159</sup> Iglésias, Francisco op.cit. p.55.

*inquieto por não saber que destino dar-lhes, ia-as gastando em pequenas lutas intestinas: foi o que aconteceu em princípios de 1853.*

*Formou-se um partido no parlamento, que se dizia parlamentar: houve reunião dos representantes do país para examinar que fim comum nos vincularia, pois desejávamos todos estar sempre unidos; mas esse desejo não se realizava porque era impossível...*

*Sr. presidente, o resultado desse exame foi o seguinte: Havia muito tempo que o partido democrático dominava, e dominava tão completamente que a toda parte tinha amoldado a sua feição...Em substituição da grande unidade política do Império a unidade brasileira deu-nos um arremedo de federação republicana; estabeleceu corpos legislativos provinciais, criando assim a diversidade provincial, talvez para o futuro a diversidade de legislação...*

*... Era ainda moço e vinha às tribunas dessa casa tomar nota do que diziam os representantes da nação. Recordo-me do presidente do conselho de hoje e seus colegas dizendo: `Basta: paremos aqui!`.*

*...Sr presidente, são condições infalíveis das sociedades que se organizam, são períodos fatais a que nunca se escapam - a preponderância da ação de um elemento, a reação violenta de outro e por fim a transação entre ambos, trazendo tudo a seus eixos, é igualmente na proporção da ação que está a veemência da reação e as dificuldades da transação...*

*...Tínhamos dado esses golpes, porque víamos a ordem pública em perigo; tínhamos organizado assim a autoridade, porque a autoridade estava constantemente ameaçada; hoje porém há calma e sossego, que não há paixões políticas, bem haja o presidente do conselho que vem lembrar-nos a necessidade da conservação, para que evitemos futuras lutas dos elementos constitucionais,*

*dêmos a cada um o seu quinhão, e pela, transação entre os elementos tragamos o equilíbrio, atiremos na história do passado, do passado para sempre, ações e reações.* <sup>160</sup>

Analisa a situação do que pragmaticamente havia sido feito em torno do programa de conciliação entre saquaremas e luzias, e chega a conclusão que a única reforma que fora apresentada à Câmara, do ponto de vista legislativo fora a reforma no judiciário, e ela não contemplara a transação. Como fora apresentada era um progresso da reação, pois atribuía uma concentração quase absoluta do poder judicial nas mãos das autoridades.

As teses sintetizadas no panfleto “Ação; Reação; Transação” foram, então, apresentadas de forma sucinta no discurso de ruptura. E deixam muito evidente o comprometimento do panfleto também com discordâncias com a política de Paraná. Se Justiniano José da Rocha convictamente refletia sobre o movimento da política na dicotomia ação/reação é fato que essa análise é um referencial comprometido com suas posturas de momento não apenas para referendar Paraná, mas para adverti-lo da insuficiência da transação por ele praticada. O mais brilhante desse discurso de ruptura no Parlamento é justamente o momento que J.J. da Rocha avalia as práticas políticas do presidente do Conselho e o acusa de absolutismo, advertência irônica na fala de um emérito conservador:

*... Caminhávamos senhores, dominados pela grande necessidade de salvação da ordem, da salvação da sociedade atacada pelo espirito revolucionário, e chegamos às vizinhanças e proximidades do absolutismo. ( Reclamações e risadas ) Sim, senhores refleti um pouco, constatei-me, dissei-me vós mesmos rindo-se não estamos nas vizinhanças do absolutismo.*

<sup>160</sup> Anais...1855 p.44.

*Responde Paraná - São sonhos! desde quando... ( Não foi ouvida o restante da pergunta ).*

*Eu disse que estávamos na vizinhança do absolutismo. E alguns de vós estranharam a palavra, que talvez esteja no coração de muitos. Ora, o que é o absolutismo ? É a concentração de todo o poder social nas mãos de um homem ou de uma corporação; pois eu vos digo que esse absolutismo quase existe. Existe no governo, no governo em cujas mãos está tudo concentrado.<sup>161</sup>*

O que temos é o fato de que o panfleto “Ação; Reação; Transação” criou um modelo de análise histórica e instrumentalizou o passado para construir uma irônica advertência aos conservadores então no Governo. Ou seja, recorreu ao passado para fazer uma reflexão política a propósito daquelas questões do presente. No entanto, acabou incorporado por boa parte da historiografia brasileira, sem que fosse levada em consideração as motivações imediatas emergência de suas proposições.

Portanto, ao entender o texto de Justiniano José da Rocha apenas como um discurso político de apoio a Paraná, o historiador incorpora uma imagem sempre indivisa dos conservadores. No entanto, houve uma dissidência política mesmo nos momentos mais hegemônicos da “Conciliação” conservadora. E, pode-se afirmar com uma certeza, que essa dissidência ficou um pouco deslocada da memória histórica. Ela, sem dúvida, na maioria de seus escritores incorporou o discurso da “Conciliação” que os próprios personagens se recusaram seguramente a aceitar.

---

<sup>161</sup> Anais...1855 pp. 44-45.

# CONCLUSÃO

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nesse sentido, entender a história como uma memória e perceber a integração que ocorre de maneira contínua entre a herança recebida e projetada até nós, e a reflexão a debruçar-se sobre esse mesmo passado, constituiu-se em questão e pareceu-me relevante para a aproximação do que é tomado tão-somente por historiografia

Esta poderia deixar ao leitor menos avisado a percepção de que o objeto sobre o qual ela se debruça - temas, fatos, agentes aí colocados - tem existência objetiva independentemente do seu engendramento no processo de luta e da força de sua projeção e recuperação, como tema, em cada momento específico que o retoma e refaz. E é esse movimento e esse fazer a serem aqui considerados.”

Carlos Alberto Vesentini - A Teia do Fato - p.18

Ficou evidente que o panfleto de Justiniano José da Rocha “ Ação; Reação; Transação”, principalmente por apresentar uma periodização coerentemente organizada, tornou-se um modelo e, ao mesmo tempo, uma importante fonte interpretativa de vários momentos da história do Império, em especial do Período Regencial. No entanto, quando essa mesma fonte é confrontada com outras falas contemporâneas a ela, como é o caso de “ O Libelo do Povo”, ou mesmo quando é reintegrada ao embate político do qual emergiu pode assumir outras dimensões e sobretudo, outros significados.

Levando-se em conta a ruptura entre Justiniano José da Rocha e o Marquês de Paraná fica complicado aceitar de forma irrestrita que o panfleto “Ação; Reação; Transação” seja apenas uma peça de defesa da política de Conciliação pois, como demonstro no final do terceiro capítulo, uma ala do partido Conservador havia denegado seu apoio a Paraná.

Esse encaminhamento político foi corroborado por Justiniano José da Rocha e, ao que tudo indica, sua ruptura no Parlamento com o presidente do Conselho de Ministros não foi um mero desagravo de momento. Dessa forma o conteúdo panfleto também constitui claro recado a dois interlocutores - de um lado Paraná e o grupo que o circundava, e de outro os liberais - a radicalização típica do período da reação ( 1837-1852) seria tão perigosa para estabilidade política do Império quanto fora a radicalização do período da ação ( 1822-1836).

Essa é uma das razões pelas quais o autor apresenta o período Regencial como um momento de *anarquia*. E era preciso buscar, ou construir historicamente um convincente “exemplo” de um período que, ao mesmo tempo, testemunhasse a imagem de anarquia e demonstrasse a inevitável lei da ação/reação. Ou que sustentasse a sua tese de que existiam na História momentos consecutivos e ininterruptos de ação/reação que poderiam se desdobrar na exacerbação de um desses dois elementos.

A ação do adversário político - o domínio liberal - deveria ser desqualificada e, na mesma medida, ser apontada como uma ameaça. Mas, por outro lado, a exacerbação do domínio conservador, que também se encaminhava para a radicalização poderia redundar-se no mesmo resultado. Nessa medida, a concentração de poderes nas mãos do Presidente do Conselho de Ministros desfigurava, no entender Ferraz e Justiniano José da Rocha, a “Conciliação”, tornando-a tão somente, uma troca de favores políticos e econômicos, ou seja, uma negociação. Esse ceticismo em relação aos procedimentos de Paraná ficam evidentes no final do panfleto:

*O período da reação está completo tão completo desde de 1852, como esteve o período da reação no dia em que o regente do ato adicional tomou conta do govêrno para dar testemunho da desorganização social que o assombrou. É pois chegada a época da transação...*<sup>162</sup>

O último período mencionado no panfleto é cronologicamente demarcado como o de 1852 a 1856 : a Transação. Nele aparecem mais interrogações que afirmações, Justiniano José da Rocha não arrola nenhum elemento da política empreendida por Paraná desde setembro de 1853 para indicar que realmente a “transação” estava encaminhada como política de gabinete:

*Se porém perder-se o ensejo; se os anos de 1855 e 1856 correrem tão infecundos para a grande obra da transação como ocorreram os três anos que lhes precederam; se o poder compreender tão mal o seu dever para com a pátria, que continue exagerando cada vez mais suas conquistas...*<sup>163</sup>

Uma outra levantada nesse trabalho sobre o panfleto “ Ação; Reação; Transação” destaca a forma do seu manuseio como fonte: o panfleto vem sendo instrumentalizado como banco de dados. Retira-se de suas páginas as informações que interessam do ponto de vista analítico, desconsiderando-se suas mediações com a historicidade que o engendrou. Se, para o historiador, é conveniente a análise elaborada por Justiniano José da Rocha sobre o período Regencial, pois ali o “passado” está narrado, articulado e organizado, cabendo tão somente utiliza-lo e não questionar as origens da fonte documental.

<sup>162</sup> Rocha , Justiniano José da “ Ação; Reação; Transação” in: Magalhães , Raimundo Jr. Três Panfletários do Segundo Reinado, São Paulo, Ed. Nacional, 1956 p. 216.

<sup>163</sup> Rocha, Justiniano José da op. cit. p.217. grifo meu.

Nesse sentido, por exemplo, a idéia de *anarquia* apresentada por Justiniano José da Rocha é tomada como um “fato” pela historiografia que a reinterpreta à luz de sua contemporaneidade e até mesmo diverge quanto aos seus possíveis significados - revolução, desordem, inexperiência política - ; porém continua a difundir-la, por não romper com seu eixo instituinte: o discurso político.

Mas, a historiografia foi seletiva na sua instrumentalização do texto de Justiniano José da Rocha. Por exemplo, não considerou o empenho do autor do panfleto em marcar as dissonâncias entre liberais e conservadores. Sem dúvida Justiniano José da Rocha procurou demonstrar que: havia muita dissemelhança entre liberais e conservadores no poder ou fora dele, como também havia muita dissemelhança entre o discurso político liberal e o conservador basta retomarmos o confronto entre “ O Libelo do Povo” e “ Ação; Reação; Transação”.

Indagamos então: como foi possível ignorar o empenho das fontes em marcar essas diferenças? Existiu, em algum momento, um pensamento hegemônico ? Acredito que sim. Os liberais, a partir de 1850 reduziram-se a um número pouco expressivo dentro do Parlamento. Apesar de marcarem sua presença através do constante embate político, como demonstrei no terceiro capítulo, foram restringidos como força política. Essa situação contribuiu inclusive, entre outras coisas, para que começasse aparecer com maior ênfase as divergências entre os próprios conservadores.

Apesar dessa circunstância, o fato dos conservadores deterem o controle das instituições - o executivo e quase a maioria do legislativo - deu-lhes capacidade e instrumentos para impor, seu projeto político. Corroboraram tal situação homens como o próprio Francisco Sales Torres Homem e Limpo de Abreu, que aderiram a “Conciliação” de Paraná e mudando de posição, passaram a compor com o Gabinete reforçando o projeto conservador.

Provavelmente em 1849, Francisco Sales Torres Homem nem sequer vislumbrava a possibilidade de mudança de posição política. Porém, quando passou para a defesa da política de “Conciliação” de Paraná, denegou as idéias do passado reforçando ainda mais a desqualificação da atuação liberal. A formação dessa espécie de “centrão” em torno da política de Conciliação de Paraná acabou por criar uma memória que confundiu, conforme pretendia a “Conciliação” idealizada, liberais e conservadores.

Dessa maneira, do ponto de vista da conformação da memória o passado assumiu uma função social e política. O bloco hegemônico dos “conciliados” de ambos os lados - liberais e conservadores - assumiram essa tarefa. Então, Francisco Sales Torres Homem se incumbiu de “apagar” a imagem do “O Libelo do Povo”.

Quanto a Justiniano José da Rocha, a estrutura de suas idéias e a mensagem de seu texto na defesa da “transação”, também serviram aos objetivos políticos da conformação dessa memória pois, até certo ponto, demonstravam sistematicamente os efeitos desastrosos da política liberal. Apesar da posição do autor no texto ser de advertência e ruptura, ele continuou colocando-se intelectualmente a serviço do partido conservador, fato que apagou possíveis dissonâncias vivenciadas no passado.

A marcante fixação do modelo de ação/reação para a memória histórica do período Regencial, assim como da idéia de que não haviam diferenças substanciais entre liberais e conservadores, fica muito mais evidente quando saímos do âmbito do saber acadêmico e penetramos nas informações contidas nos livros didáticos, que obviamente, têm como referência a própria historiografia do Império. Tomo como exemplo um dos autores mais manuseados atualmente no ensino de segundo grau: Gilberto Cotrim. Ele registra que:

*Apesar de manter as estruturas políticas do império autoritário, as primeiras medidas da Regência Provisória tinham caráter liberal e antiabsolutista. Era o início do chamado avanço liberal, que durou até 1837...*

*... Os partidos que marcaram a vida política de todo o Segundo Reinado foram o Partido Liberal e Partido Conservador.*

*Como já vimos, esses partidos não tinham grandes divergências ideológicas.*

*...Em geral, liberais e conservadores intercalaram-se no poder. Mas houve um período em que decidiram governar juntos, através de acordos políticos. Foi a chamada era da conciliação ( 1853 - 1858 ), concretizada a partir da não existência de diferenças ideológicas fundamentais entre os dois partidos.<sup>164</sup>*

Poderia citar outros cem exemplos de material didático em que as mesmas idéias se repetem e se repõem. O que temos é uma ampla divulgação de um conhecimento parcial e articulado a um projeto de dominação de um grupo político que pretendia, e conseguiu com certo sucesso, encaminhar a construção do Estado esvaziando a luta política e desqualificando, de forma eficaz, a memória de seu adversário.

---

<sup>164</sup> Cotrim, Gilberto História e Consciência do Brasil, São Paulo, Ed. Saraiva, 1996. pp. 182/197.

## FONTES:

*Annaes do Parlamento Brasileiro - Câmara do Deputados* ( sessões de 1848 a 1855), Rio de Janeiro, Typ. de H. J. Pinto, 1880.

Homem, Francisco Sales Torres, “ O Libelo do Povo” , in: Magalhães Jr. , R. *Três Panfletários do Segundo Reinado* , São Paulo, Ed. Nacional, 1956, pp.45-126.

*Organizações e Programas Ministeriais - Regime Parlamentar no Império -* , Instituto Nacional do Livro, Secretaria - Geral do Ministério da Educação e Cultura, 3. ed.Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

Rocha, Justiniano José da “ Ação; Reação; Transação: Duas Palavras Acerca da Atualidade Política do Brasil”, in: Magalhães, Jr., R. *Três Panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, Ed. Nacional, 1956, pp.163-218.

## BIBLIOGRAFIA:

### 1. livros

Bloch, Marc, "A Crítica" in: *Introdução à História*, coleção saber, Lisboa, Publicações Europa América, Tradução: Maria Miguel e Rui Grácio.

Bresciani, Maria Stella, *Liberalismo: Ideologia e Controle Social. (um estudo sobre São Paulo entre 1850 e 1910)*, tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH - USP, 1976. mimeo.

Burk, Peter, "Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro" in: Burk, Peter (org) *A Escrita da História - Novas Perspectivas*, São Paulo, UNESP, 1991, pp.7-37.

Carvalho, José Murilo de, *A Construção da Ordem: a elite Política Imperial*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.

Castro, Paulo Pereira de, "A 'Experiência Republicana', 1831-1840", in: Holanda, S. B.(dir), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, *O Brasil Monárquico*, vol.2, São Paulo, DIFEL, 1972, pp.9-67.

\_\_\_\_\_ ; "Política e Administração de 1840 a 1848", in: S.B.( dir), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, *O Brasil Monárquico*, vol. 2, São Paulo, DIFEL, 1972, pp.509-540.

Costa, Emilia V. da, *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

Faoro, Raimundo, *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Vol.I, Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1987 ( 1a edição 1958, revisada em 1972).

Furet, François, "Prefácio" e "O Nascimento da História" In: *A Oficina da História*, Lisboa, Gradiva, s.d., pp.7-37 e 109-135.

Hobsbawm, Eric, *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, tradução: Cid Knipell Moreira.

Iglésias, Francisco, "Vida Política, 1848-1868", in: Holanda, S.B.( dir), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, *O Brasil Monárquico*, vol.3, São Paulo, DIFEL,1969, pp. 9-112.

Janotti, Aldo, *O Marquês de Paraná: inícios de uma carreira política num momento crítico da história da nacionalidade*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1990.

Janotti, Maria de Lourdes Mônico, *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*, São Paulo, Ática, 1977.

- Lima, Oliveira *O Império Brasileiro de 1822 a 1889*, vol. 8, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1921.
- Leal, Aureliano *O Golpe Parlamentar da Maioridade*, Col. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Série Estudos Históricos, vol.8, Brasília: Senado Federal/ Ed. UnB, 1878.( 1a edição 1915).
- Magalhães Júnior, Raimundo *Três Panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, Ed. Nacional, 1956.
- Marx, Karl, “ O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, in: *Manuscritos Econômicos Filosóficos e outros Textos Escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural, 2a edição, 1978.
- Marson, Izabel Andrade, *O Império do Progresso: A Revolução Praieira ( 1842-1855)*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- Mattos, Ilmar R. de, *O Tempo Saquarema* Brasília, Hicitec, ILN, 1987.
- Nabuco, Joaquim, *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua Vida, suas Opiniões, sua Época*, São Paulo, Ed. Nacional, 2 vols., 2a edição, 1936.
- Prado Jr. Caio, *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1972, ( 33a edição).
- Rodrigues, José Honório, *O Parlamento e a Evolução Nacional*, Brasília DF, Senado Federal, vol.4, 1972.
- Sodré, Nelson Werneck, *O Panorama do Segundo Império*, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1939.
- Sousa, Otávio Tarquineo de, *História dos Fundadores do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1960.
- Torres, João Camilo de Oliveira, *A Democracia Coroada: Teoria Política do Império do Brasil*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1964.
- Vesentini, Carlos Alberto, *A Teia do Fato: Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1997.
- Veyne, Paul, *Como se Escreve a História*, Lisboa, (trad.Antônio José da Silva Moreira), Edições 70, 1971.

## 2. artigos.

Guimarães, Manoel Luís Salgado, “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, in: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, , n.1, 1988, pp.5-27.

Janotti, Maria de Lourdes Mônaco, “ A Falsa Dialética: Justiniano José da Rocha”, in: Revista Brasileira de História 2 (3), Março, 1982, pp.3-17.

Le Goff, Jacques, “ História” in: Enciclopédia Einaudi, vol. 1( Memória-História) , Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, pp.158-259.

\_\_\_\_\_, “ Memória” in: Enciclopédia Einaudi, vol. 1 ( Memória-História) Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

Marson, Izabel Andrade, “ Política, ciência e utopia: a revista “ O Progresso” e a (re)criação da monarquia constitucional no Brasil ( 1846-1848), in: Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPHU/Marco Zero, vol.12, 23(24), Setembro, 1992, pp.99-109.